

Veículo: Rádio Sucesso FM – Teixeira de Freitas	Programa: O Grande Jornal
Data: 06/08/2020	Apresentador: --
Assunto: Diretor de produção de informações da Sefaz, Jadson Bitencourt, fala sobre aplicativo do governo do estado Preço da Hora Bahia.	

**Data:** 06/08/2020

**Horário:** 12:17:13

**Emissora:** Rádio Sucesso FM – Teixeira de Freitas

**Programa:** O Grande Jornal

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Diretor de produção de informações da Sefaz, Jadson Bitencourt, fala sobre aplicativo do governo do estado Preço da Hora Bahia.

Veículo: Bocão News	Polícia
Data: 06/08/20	<b>Cita Sefaz</b>



*Polícia*

## *Vídeo: Carga com 25 mil litros de cerveja é apreendida após motorista apresentar nota fiscal de carregamento de gesso*



06 de Agosto de 2020 às 17:37 Por: Divulgação/ PRF Por: Redação BNews 0 comentários

Uma carreta com 25 mil litros de cerveja foi apreendida na noite desta quarta-feira (5), na BR 116, município de Encruzilhada, a 607 km de Salvador.

Os policiais rodoviários federais pararam um caminhão Volvo para fiscalização de rotina, mas o motorista apresentou nervosismo ao mostrar documentos e uma nota fiscal de carregamento de gesso.

De acordo com os agentes, em vistoria ao compartimento de carga algumas folhas de maderites impediam a visualização da carga no baú do caminhão. Os policiais rodoviários retiraram as folhas de madeira e descobriram fardos de cerveja que estavam escondidos.

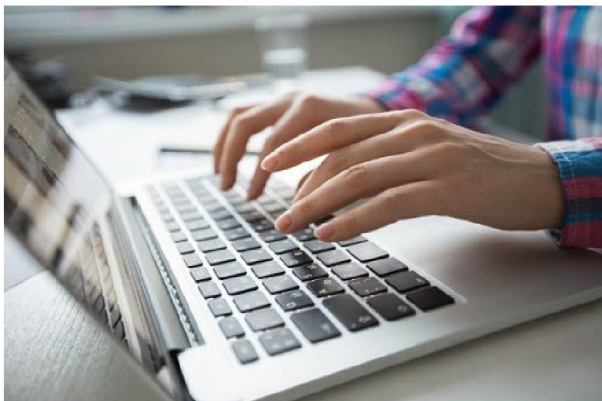
Após o flagrante, o caminhoneiro relatou que o carregamento foi realizado em Aracaju e tinha como destino a cidade de Rio Bonito.

A mercadoria foi encaminhada para a Secretaria de Fazenda Estadual (Sefaz/BA) para pagamento do imposto sonegado e multas.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 06/08/20	



## GOVERNO DA BAHIA ECONOMIZA R\$ 156 MILHÕES COM TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS



admin 6 Agosto, 2020

Nos últimos 40 meses, o governo calcula ter economizado mais de R\$ 156 milhões com a implantação do SEI Bahia, o sistema informatizado de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Poder Executivo Estadual. A estimativa é resultado de um estudo que demonstrou que a tramitação eletrônica está permitindo ao Estado eliminar gastos não apenas com a confecção dos processos físicos mas também com o armazenamento de documentos oficiais, entre outros custos.

Cedido ao governo baiano pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o SEI começou a ser implantado em março de 2017. Desde então, os servidores já geraram mais de 1,6 milhão de processos por meio do sistema informatizado. Levando em conta o tamanho médio dos processos, a estimativa é de que o Estado tenha deixado de consumir no período mais de 241 milhões de folhas de papel.

“Do ponto de vista ambiental, este número significa que preservamos 12 mil árvores; já do ponto de vista financeiro, deixamos de gastar cerca de R\$ 48,2 milhões, não apenas com papel e impressão, mas com os diversos itens que compõem um processo físico, como capa, grampos e etiqueta”, informa o coordenador do SEI Bahia, Marcio Souza, ao explicar que este cálculo leva em conta também os custos com transporte, para tramitação dos processos de uma unidade para outra.

Para além desses valores, o superintendente de Gestão e Inovação Anderson Prazeres chama atenção ainda para os ganhos provenientes do fato de que os documentos eletrônicos não precisam ser armazenados no Arquivo Público do Estado, como acontece com os documentos em papel. “Se os 1,6 milhão de processos gerados no SEI estivessem em papel, o Estado teria que desembolsar neste período mais R\$ 68 milhões, para bancar digitalização dos documentos, aquisição de caixas de armazenagem e serviços de indexação, além de todos os recursos necessários para viabilizar o funcionamento do prédio, como IPTU, energia, água, manutenção e conservação predial”, explica Anderson.

Para completar, o superintendente chama atenção ainda para a economia proporcionada pelo fato do governo ter optado pela implantação de um sistema cedido gratuitamente pelo TRF4. “Nossa estimativa é de que a aquisição de um sistema similar teria um custo médio para o Estado de R\$ 40 milhões”, informa.

Foto: Freepik

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/08/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 07 de Agosto de 2020 - 00:00

## ***Itabuna, Feira e Conquista receberam maiores valores para enfrentamento da Covid na Bahia***

por **Jade Coelho**

A Bahia recebeu R\$ 1,2 bilhão em recursos do governo federal para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. A verba emergencial foi enviada tanto para o estado quanto municípios, e até agora R\$ 21,2 bilhões foram executados em todo o país. Entre as cidades baianas do interior, Itabuna, no sul do estado, foi a que recebeu mais recursos. Os dados foram consultados pela reportagem no Portal da Transparência nesta quinta-feira (6).

A União destinou R\$ 33 milhões para a cidade gerida pelo prefeito Fernando Gomes. Itabuna contabiliza 6.275 registros de infectados pela Covid-19 desde o início da pandemia, de acordo com o boletim mais recente da Secretaria da Saúde (Sesab).

Em abril, o município registrou alta taxa de propagação e incidência do coronavírus. O fato acendeu o alerta do governo estadual, e fez com que o governador Rui Costa (PT) chamasse a atenção dos gestores da região (leia [aqui](#) e [aqui](#)). Além disso, em maio a cidade chegou a ser a segunda com mais casos de Covid-19 no estado ([lembre aqui](#)).

O município entrou no noticiário nacional em julho com a repercussão de um declaração do prefeito Fernando Gomes. Na ocasião ele falava da reabertura do comércio em Itabuna quando afirmou que as atividades seriam retomadas "morra quem morrer" ([veja aqui](#)). A fim de minimizar a crise, a gestão municipal disse que ele foi mal interpretado e o governador Rui Costa (PT) interveio, decretando toque de recolher ([saiba mais aqui](#)).

O Comitê Científico do Consórcio Nordeste recomendou em julho a instituição imediata de lockdown em Salvador, Feira de Santana, Itabuna e Teixeira de Freitas. A sugestão implicava na proibição de circulação de pessoas durante todo o dia e suspensão total de atividades não essenciais ([saiba mais aqui](#)).

Localizada no Portal do Sertão, Feira de Santana foi a segunda cidade baiana do interior que mais recebeu recursos. Um montante de R\$ 27 milhões foi encaminhado pelo governo federal para a cidade.

Foi em Feira que aconteceu a detecção do primeiro caso de infecção pelo coronavírus no estado, há exatos cinco meses, em 6 de março ([relembre aqui](#)). Até esta quinta, o município ligado a Salvador pela BR-324 e gerido por Colbert Martins era o segundo com mais casos confirmados da doença na Bahia, com 8.698, além de 97 mortes e um coeficiente de incidência de 1.414,60 por 100 mil habitantes.

Vitória da Conquista, no Sudoeste da Bahia, recebeu o terceiro maior valor: R\$ 17.697.853,03. A cidade registra até agora 2.885 infectados desde o início da pandemia e 60 mortes.

Barreiras, no Oeste do estado, e Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), completam a lista das cinco cidades que receberam as maiores transferências.

Com 1.949 casos confirmados, 30 mortes por Covid-19 até o momento e um coeficiente de incidência por 100 mil habitantes de 1.253,87, Barreiras recebeu R\$ 15 milhões. Enquanto o recurso destinado a Camaçari foi da ordem de R\$ 14,6 milhões. O município da RMS teve até então 4.380 diagnósticos positivos para a infecção pelo coronavírus e 59 mortes.

Jacobina foi o 6º município a receber mais recursos. A União destinou R\$ 13,8 milhões à cidade localizada no Piemonte da Diamantina. Juazeiro aparece em seguida com R\$ 13,1 milhões, depois Ilhéus com R\$ 11,8 milhões, Lauro de Freitas com R\$ 10,6 milhões e Alagoinhas com R\$ 10,4 milhões.

#### QUEM MENOS RECEBEU

Na outra ponta desta lista, entre os municípios que menos receberam verba para o enfrentamento da emergência de saúde pública causada pela pandemia da Covid-19 está Aramari.

A cidade de 11,3 mil moradores localizada no Agreste Baiano recebeu o equivalente a R\$ 6,97 por habitante. O governo federal enviou ao município R\$ 79.480,82.

Aramari somava, até o último boletim da Sesab, 84 infectados pela Covid-19.

Não muito longe dali, há apenas 62 km de distância, Itanagra recebeu o segundo menor valor, mas já na casa dos 100 mil. A União destinou R\$ 128.646,60 ao município que até agora registrou 15 casos de Covid.

Presidente Jânio Quadros também aparece nesta ponta da lista de transferências. A cidade recebeu R\$ 139,8 mil. Com 12,3 mil habitantes, o município já confirmou 150 casos do novo coronavírus.



NARA GENTIL/CORREIO

**Pessoas com deficiência, além do desconto, também possuem o benefício de vagas especiais**

paraparesia, monoplegia, monoparesia, nanismo, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”.

“Eu precisei fazer um laudo pericial e apresentar uma série de documentos para comprovar minha condição, mas valia à pena todo o esforço porque o desconto realmente é muito bom”, conta dona Maria, que precisa de um carro completamente automático já que tem sequelas que impedem que ela suba o braço de forma completa.

A medida pode ser revertida, já que os convênios só passam a ter validade quando são ratificados - ou não - pelo Poder Executivo de todos os Estados Federados nos 15 dias após sua publicação, conforme o artigo 4º da Lei 24/75.

“Art. 4º - Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado neste artigo”, diz o artigo.

**COMO CONSEGUIR O BENEFÍCIO DE ISENÇÃO**

**Cada caso é um caso.** Por exemplo: PcD's precisam ter a deficiência registrada em um laudo pericial emitido por entidades públicas ou privadas ou por profissionais indicados pelo órgão executivo de trânsito da região. No caso da Bahia, é o Detran-BA. A alteração no convênio de isenção do ICMS afeta apenas deficiências físicas. Para quem tem deficiência visual, mental severa ou profunda, e autismo, as regras seguirão como estão.

**Motoristas de aplicativo** precisam comprovar a propriedade do veículo e estar devidamente cadastrado nas plataformas de aplicativo para quem trabalha há, pelo menos, dois anos. Vale lembrar que todas essas isenções só são válidas para a compra de carros 0Km.

**VENDA DIRETA**

Pessoas com deficiência (PcD), condutoras ou não, têm direito a essa isenção que também é conhecida como Venda Direta porque a comercialização acontece diretamente entre a fabricante e o cliente. A concessionária entra como uma espécie de intermediária que faz a exposição do veículo para o cliente.

Outros públicos têm direito à venda direta, que não é exclusiva para PcD. Mas ela não funciona baseada no convênio 28/12, como é de se imaginar. Gerente de vendas da CAO A Chery Paralela, Paula Cardoso explica que há possibilidade de venda direta para: Taxistas sem Isenção e Motoristas de Aplicativo, Taxistas com Isenções, Auto Escolas, Produtores Rurais, Embaixadas, Consulados e Corpo Diplomático, além de frestistas. Segundo a gerente, veículos que são uma boa indicação para todos esses públicos são o Arrizo 5 e o Tiggo 2.

É bom ficar atento que essa isenção impõe algumas regras. Uma fundamental é que não existe a possibilidade de ficar trocando de carro todo ano. Dona Maria, por exemplo, precisa ficar pelo menos 5 anos com o seu veículo se não quiser pagar o valor cheio. Taxistas, motoristas de aplicativo e produtores rurais, por exemplo, precisam se manter pelo menos dois anos com o mesmo carro antes de fazer a troca.

# Mais dificuldade ainda para PcD's

**Carros** Confaz quer vetar isenção de ICMS para pessoas com deficiência leve

**Eu precisei fazer um laudo pericial e apresentar uma série de documentos para comprovar minha condição, mas valia à pena todo o esforço porque o desconto realmente é muito bom** Maria Motta

Aposentada, que tem isenção de ICMS na compra de carros por conta dos dois cânceres que teve

**Vinicius Nascimento**  
REPORTAGEM  
vinicius.nascimento@redabahia.com.br

Os 83 anos na bagagem da vida não tiraram de Maria Motta o gosto por dirigir. Dona de uma voz tão serena quanto firme, ela só faz uma exigência na hora de escolher o seu possante: tem que ser Honda Fit. Com essa filosofia, já é a terceira vez que ela compra o carro - o último deles há seis anos. A durabilidade e quase ausência de imprevistos com manutenção a tornaram fiel ao veículo.

Dona Maria venceu dois cânceres de mama que lhe acometeram em momentos distintos da vida. Por conta do convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) chamado de ICMS 28/12, ela tem direito de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na compra de veículos, assim como pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autismo. Na época, o desconto girou em torno de 27%.

No entanto, pode ser que isso mude. Na última terça-feira, o Confaz publicou, no Diário Oficial da União, o Despacho 55/20, que alterou o convênio supracitado. Em resumo, as novas regras dizem que deficiências consideradas leves não terão mais o benefício de isenção, ficando exclusivo a pessoas que sofrem com problemas de graus considerados moderado ou grave. O texto ainda precisa ser aprovado pela Secretaria da Fazenda e passará a valer a partir de 1º de janeiro de 2021.

De acordo com o despacho, são consideradas deficiências físicas moderadas ou graves quando há alteração parcial ou completa de parte do corpo humano, causando comprometimento das funções. O Confaz diz que as deficiências que comprometem a capacidade de dirigir aparecem na forma de “paraplegia,



## Não é hora de tributar, mas de incentivar!

**Karla Borges**

Professora de direito tributário

kborges0@gmail.com

**A**pandemia que assolou o mundo, além da exacerbada quantidade de vítimas fatais, vem trazendo enormes prejuízos às mais diferentes áreas da economia brasileira, num momento em que a União retomou a discussão da reforma tributária. As empresas e os profissionais liberais enfrentam a maior crise da recente história do Brasil para se manterem ativas e conseguirem suportar o peso da parada obrigatória e da carga tributária que, sequer, foi mitigada. O texto original sugerido na proposta de emenda constitucional (PEC) foi fatiado num projeto de lei específico e não se tem conhecimento da redação de eventuais compensações posteriores.

A sugestão de reforma tributária, que nesse período deveria contemplar incentivos e desonerações, toma um ca-

minho oposto. Segue mais uma vez a linha de aumentar alíquotas significativamente, inviabilizando os mais diversos setores, principalmente o de serviços. O Projeto de Lei (PL) 3887/20 propõe um novo tributo, a Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS, unificando o PIS e a Cofins, aplicando uma alíquota de 12%, impondo, assim, uma migração de empresas para o lucro real como forma de fazer jus a não cumulatividade, em virtude da operacionalização do cálculo e sendo absolutamente ineficaz para os prestadores de serviços que possuem poucos créditos.

Acredita-se que essa medida da União de propor uma lei ordinária federal para o PIS e a Cofins pode fulminar de vez a PEC ampla da reforma tributária, agravada, ainda, pela resistência de estados e municípios renunciarem aos seus principais impostos: o ICMS e o ISS.

A União deveria envergonhar-se de tal propositura, abdicar temporariamente da sua competência de instituir para estimular as mais distintas atividades eco-

nômicas do país, promovendo reduções de alíquotas setoriais, abolindo impostos e contribuições, diminuindo bases de cálculo, concedendo isenções, remissões e moratórias. A única saída para recuperar a combalida economia é fazer com que o ente público federal se coloque no lugar do privado, mesmo porque só ele tem a prerrogativa de emitir títulos e apenas ele tem capacidade de elevado endividamento.

É inegável a necessidade de reformular a tributação brasileira, permitindo que o mercado sufocado volte a respirar. Simplificação, transparência e equilíbrio nas proposituras são palavras primordiais. O contribuinte é parceiro e quer colaborar, mas pagando o que pode e ciente de que a devolução virá através da prestação de serviços públicos de qualidade. Imperiosa é a reforma tributária, desde que possibilite a sobrevivência dos negócios, não a sua falência. Afinal, incentivar será a chave da retomada, e o primeiro passo, certamente, é a desoneração da elevada carga tributária.

responde a 33,7 vezes a remuneração dos 50% dos mais paupérrimos.

O Especial do jornal A TARDE de 31/3/2020, "Superlotação de casas desafia o isolamento social na Bahia", demonstra, com a costumeira precisão jornalística, como seria difícil realizar o imperioso afastamento para o combate à Covid-19, pois "mais de 630 mil baianos dividem quartos com quatro ou mais pessoas".

Ao confirmar o resultado da pesquisa do IBGE, a matéria traz a lume a comumente história da catadora de material reciclável Telma Batista. Essa cidadã de um país desigual divide sua casa com um irmão e sete crianças. Ao afirmar que não tem medo do coronavírus, ela conclui: "O medo atrai coisa ruim. No entanto, se alguém pegar a doença, é cada um por si. Se for para adoecer, vamos adoecer. Se for para morrer, assim será. Sempre morre mais gente do lado de cá, do lado da pobreza".

Resta provado que o bolo, se cresceu, foi e está sendo mal dividido.

Ao concluir este artigo, espero que razão assista à catadora e ao ex-ministro. Ou seja, que o resignado povo brasileiro não tenha medo do que está por vir e que, após a passagem da peste, sejamos mais humanos e menos desiguais.

**CARTÃO DE CRÉDITO** Projeto de lei limita em 30% o teto para cobrança de instituições de crédito financeiro enquanto durar a pandemia

# SENADO APROVA LIMITE DE JUROS DE ATÉ 30%

**RAUL AGUILAR**

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que limita em 30% o teto para cobrança de juros no cartão de crédito e no cheque especial para instituições de crédito financeiro enquanto durar o estado de calamidade pública no Brasil, provocado pela pandemia do novo coronavírus. As startups de créditos, conhecidas como fintechs, poderão cobrar um juro de 35%, em uma medida acolhida no Senado para ampliar a margem de lucro das empresas em formação. A taxa estabelecida abarca o uso do crédito rotativo.

Os limites de crédito disponíveis até o dia 20 de março não poderão ser reduzidos durante o período da pandemia. O pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) estará isento para essas linhas de crédito. O PL veda a cobrança de tarifa pela oferta, aos clientes, de limite para o crédito no

cheque especial. Fica proibida a cobrança de juros e multas por atraso no pagamento das prestações de operações de crédito, concedidas por instituições financeiras públicas e privadas, inclusive os tomados a partir do cartão de crédito.

O projeto também proíbe a cobrança de juros e multas por atraso no pagamento de compras diretas de produtos e serviços. Essas determinações só estarão em vigor enquanto durar a calamidade pública. Instituições financeiras deverão informar aos clientes que



Projeto de lei foi aprovado em sessão deliberativa remota (SDR) do Senado Federal

tenham dívidas sobre a possibilidade de contratação de créditos a juros baixo.

Os consumidores que comprovarem redução de renda na pandemia, poderão adiar prestações para de-

**Projeto proíbe a cobrança de juros e multas por atraso no pagamento de compras diretas**

pois do vencimento da dívida, sem cobrança os encargos de multa ou juros.

O teto inicial sugerido pelo autor do projeto, o líder do Podemos, Alvaro Dias, em de 20%, mas foi ampliado pelo substitutivo do relator do texto, o senador Lasier Martins (Podemos-RS), permitindo uma taxa de até 30% anuais. Em seu relatório, o senador cita o alto valor do juro cobrado pelos bancos no Brasil, que segundo dados do Banco Central chega a ser de 140% para pessoas jurídicas e 326% para pessoas físicas no uso do cartão de crédito.

O líder do governo na Casa, o senador Fernando Bezerra

(MDB-PE), criticou o texto que classificou como "inconstitucional" por não

ser o Projeto de Lei Complementar. "O país precisa de segurança jurídica para promover desenvolvimento e crescimento. Essa é uma matéria que impõe limite e traz insegurança jurídica. Juros abusivos só é cobrado de quem não paga. É o retorno da fixação de preço de mercadoria ao interferir de um acordo de grau de risco, o que vai provocar a elevação de juros em outros segmentos", lamentou Bezerra.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM [WWW.ATARDE.COM.BR](http://WWW.ATARDE.COM.BR)

**COVID-19** Prefeitura de Salvador anuncia medidas para reduzir efeitos da pandemia para pessoas físicas e jurídicas

## PLANO FACILITA O PAGAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

VITOR CASTRO

O prefeito ACM Neto anunciou ontem o plano de ações tributárias e fiscais com o objetivo de reduzir os impactos da pandemia na economia local. Dentre as medidas, que abrangem tanto pessoas físicas quanto jurídicas, estão a possibilidade de refinanciamento das dívidas de impostos municipais, contraídas antes e durante o período pandêmico, além de descontos e benefícios concedidos a empre-

ses de diversos setores a fim de aquecer o mercado. Anunciada na manhã de ontem em coletiva de imprensa com a presença do secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, e do presidente da Câmara de Vereadores, Geraldo Júnior, as *Medidas Tributárias Fiscais* visam garantir a adimplência frente ao município e a regularização das contas municipais. De acordo com a gestão, a capital perdeu durante meses de pandemia R\$ 200 milhões da receita própria. A exemplo, dados da Secretaria da Fazenda (Sefaz) apontam que apenas no mês de abril 30 mil contribuintes deixaram de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), impactando nos cofres públicos. O pacote de medidas que foi encaminhado à Câmara Municipal para ser votado conta com ações envolvendo tributos como o IPTU, a Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos (TRSD) e imposto sobre Serviços (ISS). "Talvez esse seja o conjunto de incentivos mais completo que uma prefeitura já apresentou em todo o país. E não poderíamos fazer isso antes do início da retomada das atividades econômicas, apesar das cobranças que recebemos, até porque tínhamos que agir com precaução, após analisar os

efeitos da pandemia e não prejudicar o caixa da nossa cidade", destacou o gestor. As medidas incluem a criação de um programa de parcelamento incentivado (PPI) que possibilitará que as dívidas contraídas antes do dia 29 de fevereiro - período anterior à crise sanitária - e também das dívidas contraídas entre os meses de março e julho sejam reparceladas. Para aqueles que optarem em quitar os débitos até 29 de fevereiro a gestão oferece 10% de desconto sobre o valor principal da dívida e 100% sobre multas e juros. Caso o cidadão opte em dividir o débito em 12 vezes, o desconto será de 100% sobre o valor de multas e juros. A gestão anunciou também a divisão da dívida em até 48 vezes, mas nesta modalidade o desconto alcançará 80% sobre o valor de multas e juros, e a correção do valor das par-



Neto acredita que esse seja o conjunto de ações mais completo de uma prefeitura

celas será com base na taxa Selic, com redução substancial dos encargos financeiros, caindo dos 14,81% para até 2%, em cotação atual.

Os débitos contraídos entre 1º de março e 31 de julho também poderão ser renegociados. O prefeito informou que o desconto para pagamento à vista será de 20%, sem multas e juros. Quem optar por pagar em 12 vezes terá 10% de desconto sobre o valor principal do débito e de 100% sobre juros e multas. Aqueles que desejarem quitar em 48 parcelas terão 90% de desconto sobre multas e juros, também com correção pela Selic.

Outra medida de incentivo à quitação das dívidas junto ao município incide sobre a Taxa de Funcionamento de Funcionamento (TFF). O plano prevê um desconto de

20% sobre o valor da taxa e também do ISS Autônomo que não foram pagos e também a vencer no próximo ano. "Essa medida, que também vai precisar da aprovação da Câmara de Vereadores, visa, inclusive, beneficiar o bom pagador. A gente só não suspendeu essa cobrança porque a prefeitura precisava dos recursos para conter neste momento de crise sanitária. Mas vamos garantir esse estímulo também", disse.

Também foi anunciado o manutenção do desconto de 40% do IPTU devido no exercício de 2021 para estabelecimentos de hotelaria e hospedagem contemplados no programa Proturismo. A novidade neste aspecto é que agora os beneficiários não precisarão de nenhuma contrapartida para receber o desconto caso os estabeleci-

mentos estejam adimplen-

tes junto ao município.

para os centros de distribui-

### Imóveis e empresas

A fim de aquecer o setor imobiliário, a gestão também propõe que os proprietários de imóveis localizados em áreas de mata atlântica recebam a ampliação da redução de 50% para 80% do valor venal, para fins de tributação do IPTU incidente sobre terrenos, equiparando ao benefício dispensado aos imóveis localizados em área de proteção ambiental (APA) e área de preservação permanente (APP).

De acordo com ACM Neto, objetivando trazer para o município novas empresas e "investindo numa política agressiva" para competir com outras cidades da região metropolitana, o plano de ações propõe 40% de desconto no IPTU e no TRSD

ção que se instalem na capital. "O mesmo benefício vale para aqueles centros que já estão instalados na cidade, desde que invistam em modernização e ampliação", destacou o gestor. Indústrias integrantes de projetos sociais implantados em áreas públicas terão desconto de 50% no IPTU e TRSD. Para os microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte que investem em ações de inovação o plano propõe um apoio financeiro de até 80% do valor do projeto aprovado, dentro da Polícia Municipal de Inovação, limitado a R\$ 50 mil. O benefício concedido será deduzido do IPTU devido pelo contribuinte que apoiar o projeto.

\*SOB SUPERVISÃO DO EDITOR LUIZ LASSERRE

### R\$ 200

milhões da receita própria foram perdidos pelo município no período da pandemia. Somente no mês de abril 30 mil contribuintes deixaram de pagar o IPTU

## Prefeitura oferece uma série de benefícios para o contribuinte renegociar débitos fiscais

**Marcela Villar\***

REPORTAGEM  
marcela.villar@redebahia.com.br

O prefeito de Salvador, ACM Neto, anunciou ontem um pacote de medidas fiscais e tributárias para empresários e pessoas físicas afetados pela pandemia do novo coronavírus. O objetivo é incentivar a retomada da atividade econômica e permitir que aqueles que contraíram débitos com o IPTU e ISS, por exemplo, possam ter mais tempo e condições mais favoráveis para pagar os tributos. Além disso, o prefeito anunciou ações para atrair empresas para a capital, descontos para quem adquiriu um novo imóvel e benefícios para quem quiser estimular pequenos e microempreendedores.

“Temos a consciência de que a prefeitura precisa ser parceira nesse momento, apesar de todas as limitações. Esse pacote que estamos apresentando é muito ambicioso e vai além da capacidade da maioria das prefeituras do Brasil. Somente em função da nossa capacidade administrativa financeira é que é possível apresentar essas medidas”, afirmou o prefeito.

As medidas serão apresentadas à Câmara Municipal por meio de um projeto de lei que precisa ser votado até o dia 31 de outubro. Em seguida, ele precisa ainda ser sancionado e aprovado para que as ações comecem a valer. Os empresários que tiverem interesse devem se manifestar à prefeitura até 31 de outubro.

Entre as ações está a criação de um novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Quem contraiu qualquer dívida com a prefeitura até 29 de fevereiro, ou seja, antes mesmo da pandemia chegar à capital baiana, pode pagá-la à vista, com desconto de 10% sobre o valor principal da dívida, sem multas ou juros. Para quem quiser parcelar, existem duas opções: em 12 vezes, sem juros, ou em até 48 parcelas, porém, com 80% de desconto sobre o valor das multas e juros.

Para quem começou a dever à prefeitura entre 1º de março e 31 de julho, a atenção é especial. As dívidas que forem pagas à vista terão 20% de desconto. Quem quiser parcelar,



Prefeito destacou que as medidas beneficiam tanto empresas quanto o cidadão comum

### AS MEDIDAS

#### ● DÉBITOS ANTES DE 29 DE FEVEREIRO DE 2020

**Podem ser** pagos à vista, com 10% de desconto sobre o valor principal da dívida, sem multas e juros

**Parcelados** em 12 vezes, sem multas e juros

**Parcelados** em 48 vezes com 80% de desconto sobre o valor das multas e juros

#### ● DÉBITOS ENTRE 1º DE MARÇO E 31 DE JULHO

**Pagos à vista** com 20% de desconto, sem multas ou juros

**Parcelados** em até 12 vezes, com desconto de 10% sobre o valor total da dívida, sem multas ou juros

**Parcelados** em 48 vezes, com 90% de desconto sobre o valor de multas e juros e o benefício

#### ● REDUÇÃO DE IMPOSTOS

**Quem pagou** em dia o TFF e ISS, terá redução de 20% nos valores desses impostos para o ano que vem

**Hotéis** e meios de hospedagem terão descontos de 40% no IPTU no ano que vem, se adimplentes com a Prefeitura e contemplados no programa ProTurismo

**Para quem** adquirir novos imóveis, terá descontos de até 20% no ITIV. As reduções são proporcionais de 1% por cada mês que for antecipado

**Imóveis** localizados na Mata Atlântica terão o valor venal reduzidos de 50 para 80%

#### ● ATRAÇÃO DE EMPRESAS

**Redução de** até 40% no IPTU e na TRSD para os centros de distribuição que quiserem se instalar ou ampliar suas atividades

**Redução de** 50% no IPTU de indústrias integrantes de projetos de cunho social implantadas em áreas públicas

**Empresas de** tecnologia que quiserem vir para Salvador terão o ISS reduzido de 5% para 2% e poderão atrasar o pagamento do ISS por 6 meses

**Empresas de** base tecnológica e startups que se estabelecerem no Comércio terão redução de 50% do IPTU por cinco anos, além da isenção nas seguintes taxas: TFF, TLL e TVS

**Microempreendedores**, empresas de micro e pequeno e cidadãos soteropolitanos que apresentarem propostas inovadoras de interesse público vão ganhar financiamento municipal de até 80% para os projetos até R\$ 50 mil

# SOS TRIBUTÁRIO

**200**

milhões de reais foi quanto a prefeitura perdeu em receitas próprias nesse período de crise sanitária

**30**

mil é o número de contribuintes que deixou de pagar o IPTU somente no mês de abril

**100**

milhões de reais foi a redução das despesas não essenciais da prefeitura durante a pandemia

pode fazer em até 12 vezes e ainda assim terá desconto de 10% sobre o valor total, sem multas ou juros. Já para quem quiser parcelar em até 48 vezes, terá 90% de desconto sobre o valor de multas e juros.

#### DESCONTO NA TFF

Para os que conseguiram pagar em dia a TFF (Taxa de Fiscalização do Funcionamento) e o ISS (Imposto Sobre Serviço) autônomo durante a pandemia será possível uma redução de 20% nos valores desses impostos para o ano que vem. “Quem pagou em dia nós entendemos que tem que ter um benefício. Temos que reconhecer o bom pagador”, esclareceu ACM Neto.

Já os hotéis e meios de hospedagem poderão ter descontos de 40% no IPTU no ano que vem. Contudo, eles precisam estar adimplentes com a prefeitura e contemplados no programa ProTurismo. A diferença é que não serão mais exigidas contrapartidas, como o investimento em infraestrutura e qualificação de mão de obra.

Para aquecer o mercado imobiliário, a prefeitura dará descontos de até 20% para quem pagar adiantado o ITIV (Imposto de transmissão Intervivos). Ou seja, quem adquirir um novo imóvel vai ter direito a reduções proporcionais de 1% por cada mês que for antecipado. Isto é, se a pessoa quiser adiantar o pagamento do imposto em dois meses, o desconto será de 2%, se for de 5 meses, 5%, e assim

## “Talvez esse seja o conjunto de incentivos mais completo que uma prefeitura já apresentou em todo o país ACM Neto

Prefeito de Salvador

por diante, limitando-se a 20%. Para os proprietários de todos os imóveis localizados na Mata Atlântica, a prefeitura vai ampliar a redução de 50 para 80% no valor venal do imóvel. Isso reduz o IPTU cobrado nessa região.

#### ATRAÇÃO DE EMPRESAS

Outro objetivo do prefeito ACM Neto é atrair empresas e investidores para Salvador. Neste sentido, a prefeitura oferece uma redução de até 40% no IPTU e na TRSD (Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares) para os centros de distribuição que quiserem se instalar ou ampliar suas atividades na capital baiana.

“Sabemos que houve, nos últimos anos, uma concorrência muito grande entre os municípios da região metropolitana de Salvador e muitos centros de distribuição acabaram se instalando em cidades vizinhas. O convite está feito para eles virem pra cá e, os que já estiverem aqui, se quiserem apresentar um plano de ampliação ou modernização, também poderão ser beneficiados”, disse o prefeito.

A prefeitura também quer trazer mais empresas de tecnologia para a capital. Para isso, reduzirá o ISS de 5 para 2% para as que atuam em plataformas digitais, como operadoras de marketplace, bancos digitais, administradoras de cartão de crédito ou débito e ainda operadoras de aplicativos de transporte urbano e de delivery que queiram ter a base em Salvador.

\*SOB ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 07/08/2020	Página:

# Correio\*

## FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

### QUE VIAGEM...

Para movimentar as 44 mil toneladas de minério de ferro pelo terminal portuário do estaleiro Enseada, em Maragogipe, a Brazil Iron precisou viabilizar mais de mil viagens de caminhão entre os 450 quilômetros que separam Piatã do porto no Recôncavo. Somando tudo, daria para dar 11 voltas no planeta Terra. Essa situação poderia ser evitada, lamenta o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, se a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) já estivesse pronta. “Já se vão dez anos que a Bahia clama por essa ferrovia e o processo segue parado no TCU (Tribunal de Contas da União)”, lembra. “Transportar de caminhão é caro, demorado, desgasta as estradas e polui muito mais do que se fosse transportado por trem”, defende Tramm.

#### FALTA TÃO POUCO...

As obras da Fiol, de Caetitê a Ilhéus, já estão 80% concluídas. A liberação para conclusão aguarda há dois anos parecer do ministro do TCU, Aroldo Cedraz. Em entrevistas recentes, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, tem dito que só depende do TCU para fazer a licitação para conclusão do trecho I.

“Já se vão dez anos que a Bahia clama por essa ferrovia e o processo segue parado no TCU”

Antonio Carlos Tramm

Presidente da CBPM

### Aratu na disputa

Por falar no Porto de Aratu, a Codeba está trabalhando para atrair cargas do setor mineral para lá. Na última quarta-feira, entrou em vigor um incentivo para a exportação na tarifa de armazenagem para granéis sólidos minerais oriundos de distâncias superiores a 400 quilômetros e com embarque mínimo de 40 mil toneladas. A medida vale por 1 ano. A decisão, assinada pelo presidente da empresa, Carlos Autran de Oliveira Amaral, é justificada pela “baixa taxa de ocupação do pátio de estocagem”. Ontem, o ministro Tarcísio Freitas anunciou que o TCU autorizou o arrendamento de dois terminais em Aratu, com investimentos previstos de R\$ 415 milhões. Um deles, para movimentar minério.

#### NO HORIZONTE

● **Lucro histórico** Com receita bruta de R\$ 9 bilhões, o Assaí Atacadista encerrou o 2º trimestre com índices históricos para a marca. O resultado, que representa uma adição de R\$1,9 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior, foi o melhor já registrado pela bandeira em um trimestre. Dezesesseis novas lojas estão em construção e deverão ser inauguradas neste segundo semestre, incluindo uma unidade em Salvador, no bairro Mussurunga.

# 415

milhões de reais é o volume de investimentos previstos com arrendamentos

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

### Investimento em terminal

A RHI Magnesita, que possui uma unidade em Brumado e é uma das arrendatárias do Porto de Aratu-Candeias, vai investir cerca de R\$ 283 mil em melhorias na infraestrutura do Terminal de Graneis Sólidos. Especificamente na casa de transferência e no carregador do navio, segundo informações da Codeba. A empresa recebeu autorização da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários para realizar os investimentos em caráter de urgência.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 07/08/2020	Página:

# Correio\*

## SERVIDOR PODE ACUMULAR PENSÃO E APOSENTADORIA

**FUNCIONALISMO** Por 7 a 3, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que os servidores públicos podem acumular pensão com aposentadoria, desde que a soma dos valores não ultrapasse o teto constitucional. Atualmente, o teto do funcionalismo público é de R\$ 39,2 mil, valor correspondente ao salário de ministro do STF. O caso girou em torno de um recurso da União, que contestou decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJ-DF).

BRASIL

## Paulo Guedes fala em corte 'drástico' de despesas

**REDUÇÃO** Depois do aumento do endividamento público para fazer frente aos efeitos da covid-19, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo prepara uma "redução drástica" de gastos no próximo ano. "Gastamos 10% do PIB em 2020 em programas de assistência na pandemia. O déficit fiscal seria de 1% do PIB neste ano, mas vai chegar a 11% do PIB. Em 2021, voltamos à trajetória fiscal e reduziremos drasticamente o gasto", afirmou, ele em evento promovido pela Fundação Internacional

para a Liberdade (FIL), instituição que é presidida pelo prêmio Nobel de literatura, Mario Vargas Llosa.

Mais uma vez, Guedes destacou que o governo brasileiro gastou mais que o dobro da média dos países emergentes em medidas de enfrentamento à pandemia. "Apenas os Estados Unidos gastaram mais que o Brasil", repetiu ele.

O Tribunal de Contas da União (TCU) acompanha os gastos do governo durante a pandemia e alertou, na quarta-feira, que não vai permitir manobras contá-

beis com créditos extraordinários para abrir espaço no teto do gasto - a regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação.

O ministro prometeu também ações para estimular o emprego na saída da

**O ministro prometeu também ações para estimular o emprego na saída da crise causada pela pandemia e voltou a reclamar da associação de um novo imposto com a CPMF**

crise causada pela pandemia e voltou a reclamar da associação de um novo imposto sobre pagamentos com a extinta CPMF. "Não temos espaço fiscal para eliminar impostos na folha de salários, por isso vamos reduzir imposto na folha e um novo imposto está sendo estudado. Queremos substituir o imposto cruel sobre folha, mas não haverá aumento de carga tributária", disse

Já o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, afirmou que o governo não quer desprestigiar a regra do teto de gastos "de forma ne-

nhuma". "Não existe 'jeitinho', tem de fazer o correto do jeito que tem de ser feito", afirmou Funchal, em uma videoconferência organizada pelo site Jota.

Ele alertou que o debate para alterar a norma fiscal pode levar a um aumento da taxa de juros, encarecendo a rolagem da dívida e prejudicando o investimento privado no país. "Cada vez que há discussão sobre teto, sobre permitir investimentos fora do teto, isso se reflete na taxa de juros e encarece a rolagem da dívida para o governo", afirmou ele.

## **MAIA DEFENDE REFORMA TRIBUTÁRIA**

**CÂMARA** O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu o teto de gastos em uma live da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) ontem. Disse que a manutenção da emenda constitucional garantirá a capacidade de o Congresso continuar com as reformas econômicas. No mesmo encontro, afirmou que a privatização da Eletrobras não sai este ano, elogiou a reforma tributária do governo e explicou porque acha que o PL e as duas propostas de emenda à Constituição sobre o tema devem ser debatidas antes da reforma administrativa.

"Nos anos 2000, tivemos política de aumento de carga tributária para financiar o Estado. Transferimos para a sociedade a conta, mas não as soluções. Mantivemos um estado igual em todas as áreas, tributária, administração pública, previdenciária, na abertura do comércio com outros países. Não faço ataque a ninguém. Mas há pressão para furar o teto (de gastos). Concordo com as demandas urgentes, mas que seja usado o orçamento de R\$ 1,485 trilhão do próximo ano e os R\$ 350 bilhões de subsídios que existem", afirmou Maia.

# Correio\*

## miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

### Os segredos de Mendonça

O ministro André Mendonça quer muito ser indicado ao Supremo e para pavimentar o seu caminho decidiu ser servil ao seu chefe, o presidente Bolsonaro. O problema é que ele acaba de negar ao STF o conhecimento de um documento sobre o qual paira a suspeita de ser inconstitucional, de ser um atentado aos direitos fundamentais numa democracia. E zelar pela Constituição é o coração do papel do STF. Sobre o dossiê, o ministro já teve várias posições: negou, defendeu, disse que não podia negar nem confirmar a sua existência, abriu sindicância, exonerou o chefe da secretaria e agora diz que se ele for divulgado o Brasil perde a confiança internacional.

André Mendonça está perdido em seu novelo de versões sobre o que afinal aconteceu na Secretaria de Operações Integradas (Seopi), do Ministério da Justiça. O órgão teria preparado um dossiê sobre quase 600 policiais e um grupo de professores que se declararam antifascistas, com nomes, endereços digitais e, em alguns casos, fotos, como informou no dia 24 de julho o jornalista Rubens Valente, do portal UOL. O ministro sabe o caminho reto, mas tem insistido em ficar no sinuoso. Por isso acabou der-

rapando: está descumprindo uma ordem judicial.

A ministra Cármen Lúcia é relatora de uma ADPF apresentada pelo partido Rede de Sustentabilidade e considerou a notícia da existência do dossiê um caso gravíssimo. E mandou que o ministro esclarecesse a questão. Ele confundiu ainda mais. Não mandou o dossiê ao STF e, ao negar esclarecimento, anexou pareceres da AGU e da própria Seopi. Num desses textos se diz que "a mera possibilidade de que essas informações exorbitem os canais da inteligência e sejam escrutinadas por outros atores internos da República Federativa do Brasil já constitui circunstância apta a tisonar a reputação internacional do país e a impingir-lhe a pecha de ambiente in-

seguro para o trânsito de relatórios estratégicos". Em outro trecho, sustenta-se a tese de que seria "catastrófico" dar essa informação ao Poder Judiciário.

Então o ministro que quer uma cadeira no Supremo acha que o Supremo não pode conhecer um documento interno do governo sobre seus próprios funcionários. Documento que ele ora diz existir, ora não existir. Segundo Mendonça, "não compete à Seopi produzir dossiê contra nenhum cidadão e nem mesmo instaurar procedimentos de cunho inquisitorial". Nisso estamos todos de acordo. O Ministério da Justiça tem uma lista de funções e entre elas não está a de fazer dossiês contra policiais, nem instalar procedimen-

tos inquisitoriais. Só que ou o dossiê existe ou não existe. Se não existe, por que exonerar o coronel Gilson Libório? Ele trata o que houve no Ministério como um segredo tão grave que sua divulgação abalaria a república e as relações internacionais.

André Mendonça foi alçado ao cargo no vácuo da queda do ex-ministro Sergio Moro que, por sua vez, caiu porque o presidente queria controlar a Polícia Federal. Todo mundo ouviu os gritos presidenciais reclamando que seu sistema de informações e de inteligência não funcionava e que ele montara até um sistema próprio de informação. "Esse funciona, o meu", disse Bolsonaro. Para ter uma PF sob seu controle, tinha também que ter um Ministério da Justiça submis-

so. Assim, com essa encomenda, André Mendonça assumiu. No dia da posse, bateu continência para o presidente e o chamou de profeta.

O presidente acha que todo o sistema de inteligência do país, e nisso ele inclui até a polícia judiciária, deve servir aos seus propósitos. O Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) é feito, sim, para preparar relatórios de inteligência e informar o governo sobre riscos para o país. Deveria, por exemplo, ter deixado o presidente minimamente informado sobre a gravidade da pandemia que se abatia sobre os brasileiros. Hoje, quando estamos perto de 100 mil mortos, ele continua demonstrando ignorância em relação ao assunto.

O risco desse dossiê é Bolsonaro estar usando a máquina do Estado para espionar seus supostos adversários políticos. E nesse caso é a democracia que corre perigo. O último país em que foi considerado crime ser antifascista foi a Itália de Mussolini. O ministro que quer ir para o Supremo não pode decidir que o Supremo não tem o direito de conhecer um documento com o qual ele pode estar ferindo princípios constitucionais.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)



# Correio\*

## Mercado fecha 8,9 milhões de vagas entre trimestres

**PNAD CONTÍNUA** Mesmo com as políticas de governo para reter empregos e socorrer as empresas em aperto financeiro na crise da covid-19, o país extinguiu 8,9 milhões de vagas do 1º para o 2º trimestre, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na primeira edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) a trazer os impactos completos da pandemia no mercado de trabalho.

Mais da metade das pessoas em idade de trabalhar, ou seja, acima de 14 anos, está sem emprego. A pandemia levou a um número recorde de pessoas sem ocupação ou com jornada abaixo do desejado: falta trabalho

●● **A pessoa alega que não está procurando trabalho por causa da quarentena da covid-19, porque tem medo de pegar a doença**

Adriana Beringuy  
Analista do IBGE

para 32 milhões de brasileiros. Segundo economistas, o quadro ainda vai piorar. A taxa de desemprego - que subiu de 12,2% no 1º trimestre para 13,3% no 2º trimestre - continuará crescendo.

O extermínio de vagas é verificado na queda de 9,6% na população ocupada na passagem do primeiro para o segundo trimestre, para 83,3 milhões. Os cortes atingiram especialmente os trabalhadores informais, que tradicionalmente têm rendimentos mais baixos, com 70% dos que perderam o trabalho.

A taxa de desemprego não subiu ainda mais porque 10,5 milhões de brasileiros optaram por abandonar a força de trabalho. Conforme padrões internacionais, o IBGE só considera desempregado quem está sem uma vaga e tomou alguma atitude para conseguir trabalho. Com a pandemia, num pri-

meiro momento, quem perdeu o emprego ficou impedido de procurar uma nova oportunidade.

Com isso, a população inativa - que nem trabalha nem procura emprego - alcançou o recorde de 77,8 milhões de pessoas. A força de trabalho potencial, que reúne os inativos que gostariam de trabalhar, também registrou recorde, com 13,5 milhões de pessoas. Foi a primeira vez que esse contingente superou o total de desempregados, de 12,8 milhões. Parte expressiva dos que não buscaram emprego apontaram a pandemia como empecilho.

“A pessoa alega que não está procurando trabalho por causa da quarentena, porque tem medo de pegar a doença, porque o comércio está fechado”, disse Adriana Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE.

## PL que limita juros de cartão e cheque especial vai para Câmara

**VOTAÇÃO** O Senado concluiu a aprovação do projeto de lei nº 1.116 que limita em 30% ao ano os juros cobrados por bancos em operações com cartão de crédito e cheque especial. A medida dependerá da Câmara e vale para operações de crédito contratadas durante o período de

calamidade da pandemia do coronavírus, que a princípio vai até 31 de dezembro.

No caso das fintechs (empresas de tecnologia do setor financeiro), o limite de juros proposto é de 35% ao ano. Ideia com forte apelo popular no Brasil, o tabelamento do juro do cartão e do che-

que especial foi aprovado por 56 votos 14 pelo plenário do Senado. Os senadores ainda aprovaram uma emenda do PT abrindo espaço para o tabelamento permanente dos juros em operações de crédito com cartões após o período de calamidade pública, no próximo ano



Presidente Jair Bolsonaro assinou, em cerimônia no Palácio do Planalto, a medida provisória que destina recursos para a produção da vacina

## 'Vamos chegar a 100 mil mortos, mas vamos tocar a vida'

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) lamentou ontem, em live semanal no Facebook, os quase 100 mil mortos por conta do coronavírus no Brasil, mas disse que teremos que "tocar a vida". "A gente lamenta todas as mortes, vamos chegar a 100 mil, mas vamos tocar a vida e se safar desse problema", disse o presidente, ao lado do ministro interino da Saúde, o general Eduardo Pazuello.

Ontem, o Brasil registrou 1.226 novas mortes em decorrência do coronavírus, atingindo uma contagem total de 98.644 óbitos, de acordo com informações do Ministério da Saúde. O número emblemático de 100 mil óbitos deve ser atingido amanhã.

Ainda na live, Bolsonaro voltou a fazer propaganda sobre o uso da hidroxicloroquina para o tratamento da covid-19. Não há comprovação científica sobre o uso do medicamento. "Quem não quer tomar cloroquina, não tente proibir, impedir quem queira tomar, afinal de contas, ainda não temos uma vacina e não temos um remédio comprovado cientificamente", disse.

## imunidade coletiva pode vir antes do previsto

Especialistas que participaram de um evento online promovido ontem pela Agência Fapesp e pelo Canal Butantan avaliam que os dados da pandemia no Amazonas corroboram uma hipótese que começa a ganhar força na comunidade científica: a de que o limiar da imunidade coletiva (também conhecida como imunidade de rebanho) ao covid-19 pode ser alcançado quando algo em torno de 20% da população é infectada – bem antes, portanto, do que estimaram os trabalhos de modelagem feitos no início da pandemia: entre 50% e 70%. O grupo coordenado pela biomatemática portuguesa Gabriela Gomes foi um dos primeiros a apontar nessa direção, com base em projeções feitas por um modelo matemático que leva em conta o fato de que os indivíduos de uma população têm diferentes graus de suscetibilidade e de exposição ao vírus.

# Brasil libera R\$ 1,9 bilhão para vacina contra covid

**Crédito** do governo federal deve bancar a confecção de 100 milhões de doses

**Das Agências**  
REPORTAGEM  
correio24horas@iredetbahia.com.br

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem a medida provisória (MP) que abre crédito extraordinário de R\$ 1,9 bilhão para viabilizar a produção e aquisição da vacina contra a covid-19, que está sendo desenvolvida pelo laboratório AstraZeneca, em parceria com a Universidade de Oxford. A transferência de tecnologia na formulação, envase e controle de qualidade da vacina será realizada por meio de um acordo da empresa britânica com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde. Com isso, caso a eficácia do imunobiológico seja comprovada, o Brasil deverá produzir 100 milhões de doses.

"Assinamos esse protocolo no passado e passamos a fazer parte desse seletor grupo. A nossa contrapartida é basicamente financeira no momento, quase R\$ 2 bilhões. Talvez em dezembro ou janeiro exista a possibilidade da vacina e daí esse problema estará vencido poucas semanas depois", afirmou o presidente, durante cerimônia de assinatura da MP, no Palácio do Planalto.

O presidente voltou a defender o uso da hidroxicloroquina contra a covid-19, mesmo sem eficácia comprovada da droga neste tratamento. Para ilustrar que nem sempre há tempo de esperar estudos robustos antes de apostar num tratamento, Bolsonaro repetiu que soldados teriam se curado com água de coco na Guerra do Pacífico.

O acordo entre Fiocruz e AstraZeneca é resultado da cooperação entre o governo brasileiro e governo britânico, anunciado em 27 de junho pelo Ministério da Saúde. O próximo passo será a assinatura de um contrato de encomenda tecnológica, previsto para este mês, que garante o acesso a 100 milhões de doses do insumo da vacina, das quais 30 milhões de doses entre dezembro e janeiro e 70 milhões ao longo dos dois primeiros trimestres de 2021. Em todo o mundo, esta é uma das vacinas que estão em estágio mais avançado, já em testes clínicos com seres humanos.

"Estamos garantindo a aplicação de recursos em uma vacina que tem se mostrado a mais promissora do mundo. O investimento é significativo, não apenas no seu valor, quase R\$ 2 bilhões, mas também aponta para a busca de soluções que permitam ao Brasil desenvolver tecnologias para a proteção dos brasileiros. Esse é um acordo de transferência de tecnologia, isso significa que estamos garantindo a produção e entrega, inicialmente, de 100 milhões de doses", destacou o ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello.

### CAMPANHA

Se a vacina for eficaz e o cronograma previsto pelo governo se cumprir, a expectativa é que haja uma grande campanha nacional de vacinação contra a covid-19 no início do próximo ano, dirigida a públicos prioritários, como idosos, profissio-

nais da saúde e pessoas com doenças preexistentes.

Do total de recursos liberados, o Ministério da Saúde prevê um repasse de R\$ 522,1 milhões na estrutura de Bio-Manguinhos, unidade da Fiocruz produtora de imunobiológicos. O objetivo é ampliar a capacidade nacional de produção de vacinas e tecnologia disponível para a proteção da população.

Um total de R\$ 1,3 bilhão são despesas referentes a pagamentos previstos no contrato de encomenda tecnológica. Os valores contemplam a finalização da vacina. O acordo prevê o início da produção da vacina no Brasil a partir de dezembro deste ano e garante total domínio tecnológico para que Bio-Manguinhos tenha condições de produzir a vacina de forma independente.

### VACINA CHINESA

O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, afirmou ontem ser possível ter uma vacina contra a covid-19 em produção em outubro. Para ser disponibilizada à população, ela ainda deverá passar pela aprovação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), responsável pelo registro. Em junho, o Butantan firmou parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac para produção e testes avançados de uma vacina. As declarações foram dadas em audiência pública virtual da Câmara dos Deputados para debater o desenvolvimento da imunização.

No momento, a vacina está sendo testada em cerca de 9 mil voluntários em seis unidades federativas – São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas, Rio – sob a coordenação e o acompanhamento do Butantan. Se a vacina for clinicamente bem-sucedida, o Butantan a submeterá para registro na Anvisa.

**1.226**

**mortes pela covid-19 foram confirmadas nas últimas 24 horas no Brasil, chegando ao total de 98.644 óbitos**

**339**

**novas mortes foram registradas somente no estado de São Paulo**

# Tribuna

## Fundo de Saúde

Ao desaprovar a prestação de contas do Fundo Estadual de Saúde (Fesba), do exercício de 2017, referentes ao período de gestão de Adelson de Araújo Prata (01/12/2016 a 19/09/2017), o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), em sessão plenária ontem decidiu, à unanimidade, punir aquele gestor com multa de R\$ 2 mil, por considerá-lo o principal responsável pelas irregularidades apontadas no relatório de Auditoria.

### Positivo

O vereador Edvaldo Brito (PSD) viu com satisfação as medidas anunciadas ontem pelo prefeito ACM Neto (DEM) para quem está devendo impostos municipais. "É um paliativo, mas não atende a todos que passam por dificuldades por causa da pandemia", diz o vereador. Segundo

polícia tem um passaporte original, e a União e os estatísticas encantadoras. os novos darwinianos dos públicos, nem os reformistas ainda os esquerdistas para chamar o Estado à realidade, fora do plano de sobrevivência. Nem as mulheres, na tinta de um Sarrasine ("com seus caprichos, seus caprichos, suas perturbações, suas audácias sem as bravatas e sua delícia de sentimentos"), cruzam para inscrever o feminicídio me hediondo. Quase 5 mil foram assassinadas em na leitura crítica da Primeira ajudaria, ou não, se Alex Ferraz, certa vez, o de um assunto, sendo Caetano Veloso. Ela se acopla ao consumo,

ele, há três meses que apresenta projetos para resolver esta questão, e não são sequer apreciados nas comissões. Inicialmente, Brito propôs o adiamento do pagamento dos impostos municipais vencidos a partir de quando começou a quarentena. Em seguida, ampliando a ação, apresentou outro Projeto de Lei, dessa vez propondo a moratória das dívidas, que é a suspensão do pagamento, e, depois que os órgãos oficiais decretarem o fim da pandemia, o cidadão terá 90 dias para quitar a dívida escalonada, sem juros ou correções, desde que comprove a incapacidade de ter pago durante o período da pandemia.

# Tribuna

## Prefeitura lança pacote de ações fiscais

YURI ABREU  
REPORTER

Para rebater a crise provocada pelo coronavírus, que fez com que Salvador tivesse uma perda de R\$ 200 milhões em receitas próprias, sem contar os cerca de 30 mil contribuintes que deixaram de pagar o IPTU, em abril deste ano, a Prefeitura da capital baiana lançou, ontem, um pacote de ações tributárias que vão beneficiar tanto empresas quanto o cidadão comum. As medidas envolvem, entre outros, incentivos e renegociação de dívidas.

"Estamos, com esse pacote, ajudando principalmente todos aqueles que foram atingidos pela pandemia. Talvez esse seja o conjunto de incentivos mais completo que uma prefeitura já apresentou em todo o país. E não poderíamos fazer isso antes do início da retomada das atividades econômicas, apesar das cobranças que recebemos, até porque tínhamos que agir com precaução, após

analisar os efeitos da pandemia e não prejudicar o caixa da nossa cidade", disse o prefeito ACM Neto, durante o lançamento das ações.

Entre as medidas tributárias e fiscais está a criação de um novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), com o objetivo de dar novas condições especiais para que empresas ou pessoas façam a quitação de dívidas contraídas antes ou durante a pandemia de Covid-19. Para quem quitar os débitos vencidos até 29 de fevereiro deste ano, ou seja, antes da pandemia na cidade, à vista, será oferecido 10% de desconto sobre o valor principal da dívida e 100% sobre multas e juros. Já quem optar por dividir em 12 vezes, haverá 100% de desconto sobre o valor de multas e juros.

Outra iniciativa é o desconto de 20% sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e do Imposto Sobre Serviços (ISS) Autônomo devidos, e a vencer, no

exercício de 2021, beneficiando autônomos e empresas atingidas pelas medidas restritivas para conter o avanço do novo coronavírus na cidade.

Além destes, a gestão municipal vai oferecer ainda até 20% de desconto do Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITIV), sobre a compra de imóveis para entrega futura. O benefício será concedido para pagamento antecipado do imposto, no limite de 20%. Quem pagar um mês antecipado, por exemplo, terá 1% de desconto. Quem quitar 21 meses antecipados terá o limite de 20% de desconto.

### OUTRAS

Além dessas três, fazem parte do pacote de medidas ações voltadas para o turismo, as indústrias e microempreendedores individuais (MEIs). Os centros de distribuição que venham a se instalar no município terão desconto de 40% no IPTU e TRSD. O mesmo benefício vale para aqueles centros que já

estão instalados na cidade, desde que invistam em modernização e ampliação. Já as indústrias integrantes de projetos de cunho social implantados em áreas públicas terão desconto de 50% no IPTU e TRSD – este último referente a recolhimento de resíduos sólidos domiciliares.

Mais uma ação importante deve beneficiar, desta vez, fintechs, bancos digitais, administradoras de cartão de crédito ou débito e demais prestadores de serviços financeiros, bancários e afins, exclusivamente digitais ou eletrônicos, baseados ou estabelecidos em Salvador. Todos também terão redução da alíquota de ISS de 5% para 2%, com postergação, por um prazo de seis meses, do pagamento do tributo devido, tendo este benefício duração de dois anos. Benefício semelhante será garantido para operadores de marketplace em plataformas digitais e de aplicativos de transportes urbano e de delivery.

# Tribuna

## Como a reforma tributária pode afetar seu bolso

CAMILLA VERAS MOTA -  
@CAVMOTADA BBC NEWS  
BRASIL EM SÃO PAULO

A comissão especial mista encarregada de analisar as propostas de reforma tributária reuniu-se pela primeira vez desde que o Congresso recebeu o projeto do governo.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), já declararam que pretendem aprovar a medida até o fim deste ano.

Há, entretanto, muito ainda a se discutir: o Projeto de Lei enviado pelo governo no último dia 21 de julho será analisado em paralelo a outras duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que já tramitavam no Legislativo, a 45 e a 110.

Apesar de ser bem menos ambiciosa do que essas duas últimas, a proposta do governo suscitou uma série de críticas nos últimos dias — sobre a possibilidade de aumento de carga tributária, com consequente elevação de preços no setor de serviços, e um possível tratamento mais brando para o setor financeiro, que pagaria uma alíquota menor.

A BBC News Brasil conversou com especialistas em tributação para entender o que faz sentido dentro desse debate.

### O PL DO GOVERNO

O PL 3.887/2020 foi apresentado como a primeira parte da reforma tributária formulada pela equipe do ministro Paulo Guedes.

Ele propõe a unificação de dois tributos federais, o PIS/Pasep e a Cofins, em um só — a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com uma alíquota geral de 12% e um regime não cumulativo (em que cada etapa da cadeia produtiva gera um crédito que pode ser compensado na etapa posterior).

A tributação do PIS/Cofins é bastante complexa (são duas mil páginas de legislação), o que gera um alto custo de conformidade — aqueles grandes departamentos de contabilidade de algumas empresas precisam manter para entender o que precisam de fato pagar — e um volume substancial de litígios na Justiça.

Assim, de forma geral, a proposta de substituir o PIS/Cofins por um tributo mais simples e transparente é apontado como um ponto positivo do PL. O modelo de imposto sobre valor agregado no qual o CBS se inspira tem ampla experiência internacional e é adotado pelos países da União Europeia e pelos Estados Unidos, por exemplo. intenção é aprovar medida até o fim do ano

# Tribuna

## Lucro dos grandes bancos cai 40% no segundo trimestre

G1

O lucro líquido conjunto dos grandes bancos brasileiros no segundo trimestre deste ano foi 40% menor do que em mesmo período de 2019, aponta levantamento da Economatica. Os números foram apresentados nos últimos dias, em divulgação de resultados de Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander.

Juntas, as quatro instituições financeiras tiveram lucro de R\$ 12,1 bilhões no segundo trimestre de 2020. A redução contra igual período do ano passado foi de 40%, quando a soma foi de R\$ 20,4 bilhões.

O resultado conjunto é o pior desde o trimestre terminado em dezembro de 2016, quando os bancos tiveram lucro de R\$ 11,6 bilhões. Os valores do levantamento, contudo, não estão corrigidos pela inflação.

A queda continua sendo expressiva mesmo em janelas mais recentes. O desem-

penho dos bancos neste ano tem sido especialmente afetado pelas provisões realizadas para cobrir potenciais perdas durante a crise provocada pelo novo coronavírus.

Com o agravamento da crise, o trimestre terminado em março deste ano é o que registra a maior contração em relação ao anterior: 63%. O lucro somado do primeiro trimestre foi de R\$ 13,7 bilhões contra uma marca de R\$ 21,8 bilhões no último trimestre de 2019, melhor resultado da história.

A queda do primeiro para o segundo trimestre de 2020 foi de 11%. Em relação ao pico de dezembro, houve redução de 44% no resultado.

### BRADESCO LIDERA OS GANHOS

Dos quatro maiores bancos, o líder foi o Bradesco, com lucro líquido de R\$ 3,506 bilhões no segundo trimestre. Houve uma queda de 42% em relação ao mesmo período de 2019 (R\$ 6,042 bilhões).

## EM ALTA

## Depósitos na poupança superaram saques em R\$ 111 bi

ALEXANDRO MARTELLO, G1  
— BRASÍLIA

Os depósitos nas cadernetas de poupança superaram os saques em R\$ 111,578 bilhões nos sete primeiros meses deste ano, informou ontem o Banco Central.

Esse foi o melhor resultado para esse período desde o início da série histórica do Banco Central, em 1995.

O forte ingresso de recursos na poupança está relacionado com o pagamento das parcelas do auxílio emergencial para trabalhadores informais e desempregados, medida de enfrentamento dos impactos da pandemia. Uma parte desses valores foi depositada

em contas poupança.

Auxílio Emergencial: veja calendário de pagamento para mais 1,15 milhão de beneficiários

No acumulado deste ano, os depósitos em poupança somaram R\$ 1,636 trilhão, enquanto os saques totalizaram R\$ 1,524 trilhão, de acordo com números oficiais.

No final de junho a Caixa também passou a liberar, via depósito em conta poupança, os saques emergenciais do FGTS de até R\$ 1.045.

Somente em julho, informou o BC, os depósitos em poupança superaram os saques em R\$ 27,144 bilhões - no que foi o maior ingresso líquido de recursos para o

mês desde o início da série histórica.

### VOLUME TOTAL DE RECURSOS

Com o ingresso de recursos no mês passado, o estoque dos valores depositados, ou seja, o volume total aplicado na poupança, registrou novo crescimento.

Em dezembro do ano passado, o saldo da poupança estava em R\$ 845,464 bilhões. Em junho deste ano, já havia subido para R\$ 943,638 bilhões e, em julho, avançou para R\$ 972,669 bilhões.

Além dos depósitos e dos saques, os rendimentos creditados nas contas dos poupadores também são contabilizados no estoque

da poupança. Em julho deste ano, os rendimentos somaram R\$ 1,887 bilhão.

### RENDIMENTO DA POUPANÇA

Com a queda dos juros básicos da economia para 2% ao ano, a caderneta de poupança passou a render menos, assim como outros investimentos em renda fixa, como fundos de investimentos, CDB's e Tesouro Direto.

Pela norma em vigor, há corte no rendimento da poupança sempre que a taxa Selic estiver abaixo de 8,5% ao ano. Nessa situação, a correção anual das cadernetas fica limitada a 70% da Selic, mais a Taxa Referencial, calculada pelo BC.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 07/08/20	



07/08/20 às 10h23 - Atualizado em 07/08/20 às 10h23

## Inflação de julho foi puxada por preços da gasolina e eletricidade

Transportes tiveram maior influência com alta de 0,78%, diz IBGE



(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

### Agência Brasil

A gasolina, com uma alta de preços de 3,42% em julho, foi o item que mais impactou a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês. Os combustíveis, de uma forma geral, subiram 3,12%, devido a aumentos de preços no óleo diesel (4,21%), etanol (0,72%) e gás veicular (0,56%).

“A gasolina continua revertendo o movimento que teve nos meses de abril e maio. Já havia subido em junho e voltou a subir em julho”, disse o pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Pedro Kislánov.

Os transportes foram o grupo de despesas que teve maior influência no IPCA de julho, com alta de 0,78%.

O IPCA fechou o mês em 0,36%, influenciado também pelo aumento do custo com habitação (0,80%), puxado pela alta de preços da energia elétrica (2,59%). Outros

grupos que tiveram impacto importante na inflação foram saúde e cuidados pessoais (0,44%), artigos de residência (0,90%) e comunicação (0,51%).

Os alimentos subiram apenas 0,01% e tiveram pouco impacto na inflação de julho. Três grupos registraram deflação (queda de preços): vestuário (-0,52%), despesas pessoais (-0,11%) e educação (-0,12%).



mercado **coronavírus**

# 9 milhões ficam sem trabalho no 1º tri da pandemia, e desemprego vai a 13,3%

Trabalhadores menos qualificados e informais são os mais atingidos pela crise, aponta o IBGE

Nicola Pamplona e Diego Garcia

**RIO DE JANEIRO** A primeira pesquisa de desemprego do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que pegou três meses completos de pandemia no Brasil trouxe uma sucessão de recordes negativos e confirmou a percepção de que trabalhadores menos qualificados e informais foram mais atingidos pela crise. Segundo o instituto, 8,9 milhões de brasileiros perderam o trabalho de abril a junho, a maior queda no número de ocupados desde que a pesquisa começou a ser realizada no formato atual, em 2012. No segundo trimestre, o Brasil tinha 83,3 milhões de pessoas com algum tipo de trabalho, o menor número da série. A taxa de subutilização também foi recorde, assim como o número de pessoas desalentadas, aquelas que gostariam de trabalhar mas desistiram de buscar por uma vaga. Números que indicam que a taxa de desemprego, que chegou a 13,3%, a maior já registrada em um segundo trimestre, ainda não reflete totalmente os efeitos da crise.

Em maio, o IBGE havia indicado pela primeira vez que mais da metade da população em idade de trabalhar estava sem emprego. Em junho, a situação se agravou: apenas 47,9% dos brasileiros tinham alguma ocupação. O número de pessoas consideradas fora da força de trabalho avançou 15,6%, para 77,8 milhões. O comércio foi o setor mais atingido, com o fechamento de 2,1 milhões de postos. Na construção civil, foi a milhão a menos. Entre os empregos domésticos, houve 1,3 milhão de demissões.

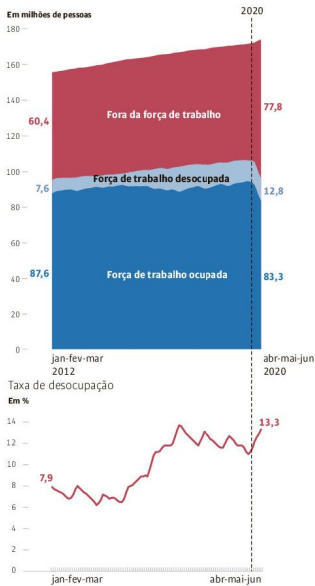
A atividade alojamento e alimentação teve redução de 1,3 milhão de pessoas. Nessa categoria estão hotéis, restaurantes e os vendedores de comida na rua. O setor de serviços é o único grande setor da economia que ainda não mostrou sinais de retomada após os tombos recorde de abril. Ao contrário de outras crises, quando ocupações informais se tornavam alternativas à perda do emprego com carteira assinada, agora a taxa de informalidade caiu, mesmo com o fechamento de vagas. Em junho, segundo o IBGE, esse índice chegou a 36,9%, o menor da série histórica.

"Essa taxa é menor não porque os trabalhadores estão migrando para a informalidade, mas porque eles estão perdendo a ocupação", disse a analista de pesquisa, Adriana Berinquin. Os dados mostram que a queda no número de trabalhadores foi maior entre os sem vínculo do que entre os com carteira assinada.

No setor privado, por exemplo, o primeiro grupo recuou

## População fora da força de trabalho bate recorde na pandemia

Taxa de desemprego sobe para 13,3%



21,6%, enquanto o segundo caiu 8,9%. Entre os domésticos também houve grande diferença. No grupo dos que têm carteira assinada, o número de trabalhadores recuou 13,9%. Entre os informais, o corte foi de 23,7%.

O aumento da renda média, de 4,6% para R\$ 2.500, é outro indicador de que os menos qualificados sofrem mais os efeitos da crise, pois indica que os maiores salários estão sendo mais preservados.

"A curto prazo, estamos no breu, no porão do buraco", diz o economista Otto Nogueira, da Insper, para quem a lenta retomada da indústria e do comércio não será suficiente para reverter o cenário desolador no mercado de trabalho.

"A base de comparação está extremamente baixa. A indústria automobilística cresceu 80% [em junho], mas chegou a ter apenas 13% da capacidade. Em vários setores, ainda estamos no abismo do pior momento da história", afirma. No mercado de trabalho seguirá pressionado pelo fechamento de pequenas empre-

sas com dificuldades de caixa para manter as portas abertas e pela baixa confiança do consumidor. "A gente observa nos shoppings que as pessoas estão meio reticentes. Vão por necessidade, mas não para gastar por gastar".

Com o distanciamento social, muitos brasileiros desistiram de ir às ruas atrás de uma vaga, levando o número de desalentados a crescer 19,4%, para 5,7 milhões de pessoas. A população subutilizada chegou a 31,9 milhões de pessoas, 15,7% a mais do que no trimestre anterior.

Pela primeira vez, a força de trabalho potencial, que soma as pessoas em idade de trabalhar que não tinham emprego nem estavam em busca de uma vaga, ultrapassou o número de pessoas desempregadas. São 13,5 milhões de pessoas nessa situação.

Muitos deles, diz o instituto, debaram de procurar emprego por causa da pandemia. Quando voltarem ao mercado em busca de vaga, devem pressionar a taxa de desemprego para níveis ainda superiores aos atuais.

## Taxa 'real' seria de 21,5% sem desalento, dizem economistas

A taxa de desemprego no país já teria atingido a marca de 21,5% caso a pandemia não tivesse levado tanta gente a ficar em casa e evitar as ruas, mesmo para procurar uma vaga. A expectativa é que, com o fim das medidas de isolamento, o indicador comece a subir nos próximos meses, ficando bem acima dos 13,3% calculados pelo IBGE.

Para os especialistas, o número divulgado pelo instituto nesta quinta (6) não traduz fielmente o quadro do desemprego no país, já que o cálculo da taxa de desemprego leva em consideração apenas aqueles entrevistados que disseram ter passado ao menos uma hora tentando encontrar uma vaga.

Com a pandemia, cresceu o contingente de brasileiros considerados fora da força de trabalho, que são aqueles que não querem trabalhar ou querem, mas não vão atrás de emprego. No trimestre, esse grupo passou a reunir 77,8 milhões de pessoas, número 150% superior ao verificado no mesmo período do ano anterior.

Isso explica por que, mesmo com a destruição de 8,9 milhões de postos de trabalho, o número de desempregados ficou estável em relação ao trimestre anterior, em 12,8 milhões de pessoas. Na outra ponta, cresceu em 5,7 milhões de pessoas o grupo dos desalentados, aqueles que gostariam de trabalhar, mas não procuraram emprego por acreditarem que não há vagas na cidade onde residem.

Segundo o IBGE, a pandemia mudou inclusive o padrão de respostas sobre o motivo do deslento: enquanto no primeiro trimestre a maior parte dos entrevistados respondeu que não procurava porque imaginava que havia trabalho na localidade onde residiam, desta vez houve um contingente maior na coluna "outros motivos", que incluiu problemas relacionados à pandemia.

"A taxa de desemprego teve alta muito limitada porque as pessoas deixaram de procurar emprego no período. O contingente dos que procuram está muito abaixo da média histórica", diz o economista Cosmo Donato, da LCA Consultores.

Ele estima que, se a força de trabalho (que inclui os ocupados e aqueles que buscam vaga) fosse igual à de fevereiro, a taxa seria de 21,5%.

Com base no mesmo princípio, o pesquisador do FGV-Ibre Daniel Duque fala em uma taxa de desocupação atual em torno de 21,4%.

Seria, de longe, a maior taxa de desemprego desde que o IBGE começou a fazer a pesquisa em seu formato atual.



## LATAM TEM PROTESTO CONTRA CORTES

Tripulantes durante manifestação no aeroporto de Guarulhos contra o anúncio da companhia aérea de que pretende demitir ao menos 2.700 funcionários, entre pilotos e comissários; rescisões de contrato devem começar nesta sexta-feira (7) Zanoze Fraissat/Folhapress

## Justiça manda Renault readmitir 747 empregados no Paraná

Katna Baran

**CURITIBA** A Justiça do Trabalho determinou nesta quarta (5) que a Renault readmita os 747 funcionários que foram dispensados no fim de julho da fábrica de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba (PR), sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. A montadora informou que ainda não foi comunicada da decisão judicial que determinou a reintegração dos empregados, mas que deve recorrer. A Renault atribui as demissões às consequências da pan-

demia do coronavírus. Representando os trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos da grande Curitiba (SMC) diz que não houve negociação coletiva prévia com a entidade na decisão sobre as dispensas.

A juíza Sandra de Oliveira Dias, da 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, considerou que a empresa assinou em janeiro um termo de compromisso com o MPT (Ministério Público do Trabalho) em que havia se comprometido a submeter eventual e futuro programa de dispensa voluntária a um processo prévio de

negociação coletiva junto ao sindicato da categoria.

"[...] Compromisso que foi incontestavelmente descumprido, haja vista que a ré [Renault], na primeira tentativa frustrada de estabelecer programa de demissão voluntária, via negociação coletiva, optou por romper com as tratativas coletivas e dispensar de forma ilícita mais de 700 trabalhadores", escreveu a magistrada.

Ela apontou ainda que a atitude da montadora feriu direitos constitucionais dos trabalhadores e configurou ato antissindical, pois deixou a enti-

dade de lado das negociações. A juíza também agendou audiência de conciliação entre as partes para o dia 13.

Na semana passada, funcionários de concessionárias da Renault em São Paulo, Minas Gerais e no Paraná realizaram atos contra a demissão.

Os funcionários de São José dos Pinhais foram dispensados em 21 de julho e, desde então, outros empregados da linha de produção estão em greve por prazo indeterminado. Eles pedem principalmente pela suspensão das demissões.

OSMC alega falta de diálogo por parte da Renault ao decidir sobre as dispensas. A entidade afirma que a empresa também descumpriu uma lei paranaense que concede inativos à fábrica em troca da manutenção de empregos.

De outro lado, a Renault relaciona a demissão em massa aos impactos da pandemia do novo coronavírus. No primeiro semestre de 2020, as vendas da montadora caíram 47%. Em nota, a empresa informou que tenta negociar com os empregados desde abril, mas que as propostas

foram rejeitadas. Acrescentou que manteve benefícios aos demitidos por alguns meses.

A Renault negou estar descumprindo o Protocolo Paraná Competitivo, programa estadual de benefícios para empresas para atração de investimentos, assinado pela montadora em 2011, "pois o compromisso assumido foi atingido já em 2014 e se mantém até hoje". Em relação à lei citada pelo sindicato, disse que há exceções sobre a manutenção do nível de empregos diante da dificuldade financeira enfrentada durante a pandemia.

# Home office deve

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painel@grupofolha.com.br

# acelerar desigualdade entre trabalhadores

Teletrabalho protege mais profissional mais escolarizado do que aquele com uma menor qualificação, sinaliza IBGE



**RIO DE JANEIRO** A adoção definitiva de home office após a pandemia deve acelerar mudanças estruturais no mercado de trabalho, com potencial para aprofundar as desigualdades entre trabalhadores mais escolarizados e aqueles com menor qualificação.

Para especialistas, o tema tem que ganhar espaço no debate para a discussão de medidas de apoio ao contingente que tende a ter mais dificuldade de se recolocar.

Dados sobre o desemprego divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quinta (6) já sinalizam que o teletrabalho protege mais os trabalhadores mais qualificados do que aqueles que dependem do movimento nas ruas.

Mesmo com o aumento do desemprego e o fechamento recorde de vagas no segundo trimestre, o rendimento médio do trabalhador subiu 4,6% em relação ao trimestre anterior, para R\$ 2.506, indicando que o corte foi mais intenso entre os que ganham menos.

"Quando a gente fala em trabalho remoto, geralmente envolve o trabalhador o mais qualificado", diz o economista Otto Nogami, do Insper. "A gente está vendo uma mudança de perfil em relação à desocupação: o qualificado se posiciona mais rapidamente no mercado e o não qualificado vai caindo no desemprego".

Neste momento, o problema tem forte influência da restrição à circulação. No segundo trimestre, o primeiro em que a pesquisa do IBGE captou três meses completos de pandemia, a taxa de informalidade da economia atingiu o menor patamar desde o início da série histórica, em 2012.

Mas, com a perspectiva de que as empresas passem a adotar o teletrabalho de forma permanente, a tendência é que o espaço para os menos qualificados no mercado formal fique mais estreito.

"O formato do trabalho vai mudar, basta que as pessoas tenham condições de ter tecnologia em casa para trabalhar", reforça o professor do Ibmec Ricardo Macedo.

Pesquisa do FGV Ibmec mostrou que mais da metade das empresas pretende incorporar mudanças adotadas na pandemia. Dos entrevistados, 8% adotaram home office para áreas administrativas.

A Petrobras quer manter 50% do pessoal administrativo em teletrabalho por ao menos três dias por semana e reduzir de 17 para 8 o número de prédios que ocupa.

Estrutura menor demandará menos pessoal para segurança, manutenção ou limpeza. A queda na demanda por esse tipo de serviço já foi sentida também pelo IBGE: em maio, as atividades de limpeza de prédios e agenciamento de mão de obra estiveram entre as que impulsionaram o tombo do setor de serviços.

O economista Cosmo Donato, da LCA Consultores, frisa que a mudança vem de antes da Covid, respondendo aos avanços tecnológicos que permitem, por exemplo, a substituição de caixas de supermercado por sistemas eletrônicos.

"A pandemia tem efeito indireto na aceleração do processo. O grande desafio é fazer com que essa tecnologia não abrace somente o emprego altamente qualificado, mas consiga abranger também a parte de baixo da pirâmide."

Ele pondera que aplicativos que permitem a venda do trabalho diretamente ao consumidor final, como os de transporte, já cumprem papel de alternativa para absorver a mão de obra que está à margem do avanço tecnológico.

Mas ressalta que esses serviços ainda deixam lacunas em relação a temas como segurança do emprego ou a situação previdenciária do trabalhador — com o corte de vagas no segundo trimestre, o número de pessoas que contribuíram para a Previdência chegou perto do mínimo histórico, registrado quando a

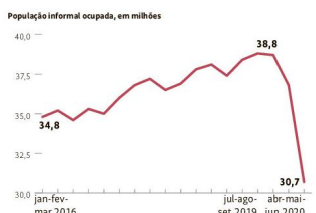
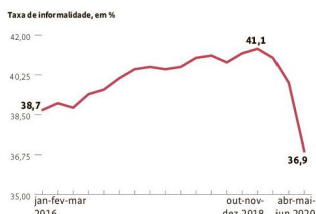
pesquisa começou a ser feita. "Está aumentando cada vez mais o estoque de pessoas não qualificadas no mercado e isso talvez leve a uma situação crítica no futuro", diz Nogami.

"Precisamos pensar em como absorver essa mão de obra." Donato afirma que o debate sobre renda mínima universal, que ganhou força depois da pandemia, já é um passo nesse sentido.

"Hoje, essa discussão já faz mais sentido. Deixa de ser uma questão puramente ideológica para ser uma questão real", afirma. **Nicola Pamplona e Diego Garcia**

## Veja como a pandemia afetou o mercado de trabalho

Crise causada pela pandemia atingiu mais o setor informal



**4 PEDIDOS DE SEGURO-DESEMPREGO DESACELERAM**  
As solicitações de seguro-desemprego em 2020 subiram 11,9% no acumulado até julho. No entanto, os pedidos estão arrefecendo. Após três meses de alta nas solicitações, em julho houve um recuo na comparação como ano passado. Foram 570.543 requerimentos em julho, ante o mesmo mês de 2019.

## Decolagem

Um dia antes de dar início à demissão de mais de 2.000 tripulantes, nesta sexta (7), o presidente da Latam, Jerome Cadier, enviou uma mensagem em vídeo para os funcionários dizendo que as reduções de despesas são urgentes. Ele afirmou que a companhia está voando menos que suas concorrentes, Gol e Azul, no doméstico porque tem um custo de operação maior, mas que todas estão perdendo. "Para cada dia operando no vermelho o buraco é maior", disse.

**POUSO** "A gente não vai desistir. Essa companhia vai continuar forte, viva, e vai sair dessa crise. Ela vai sair diferente, mas vai sair", disse Cadier. Ele também mencionou a proposta da Latam, rejeitada em negociações com o sindicato na semana passada, de reduzir os salários permanentemente.

**TURBINA** "Se eu pagar mais, será menor. Isso eu não quero. Eu quero continuar dando oportunidade de trabalho para todo mundo. Quero continuar contratando gente, como fizemos nos últimos três anos", disse o executivo.

**DESEMBARQUE** Após o fim das negociações com o sindicato, os cortes na Latam começam nesta sexta (7) e vão até a próxima sexta (14). O plano de demissão voluntária se encerrará com 345 profissionais, número que será subtraído da meta de 2.700 demissões.

**PEDE PARA SAIR** Com o pedido de licença apresentado na noite desta quinta (6) pelo secretário de Transportes Metropolitanos, Alexandre Baldy, preso pela manhã, o governador João Dória não precisou demitir um nome que tem fortes ligações políticas.

**DESPEDIDO** A permanência de Baldy no posto já era dada com a encerrada dentro do Palácio dos Bandeirantes desde a notícia da prisão. Segundo o Ministério Público Federal, ele é um dos investigados por esquema que apura pagamento de vantagens indevidas.

**SEGURA** No início da tarde, assessores do governador já falavam sobre o anúncio da sucessão, quando o Paineal S.A. publicou que a decisão de Dória pela saída de Baldy estava tomada. O governo, porém, divulgou nota dizendo que o secretário não foi afastado. A estimativa era que o próprio Baldy pediria para sair.

**TRADIÇÃO** Foi assim com o ex-chanceler Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), que, alvo de uma fase da Lava Jato em fevereiro de 2019, pediu demissão da presidência da Investe SP na gestão Dória. O ex-prefeito Gilberto Kassab, por sua vez, pediu licença da Casa Civil de Dória porque foi alvo de acusações de caixa dois.

**Tela** O Porta dos Fundos enfrenta ao menos 23 ações de associações e pessoas físicas desde a publicação do especial de Natal "A Primeira Tentação de Cristo", que retrata Jesus como gay, exibido na Netflix. As tentativas de retirar o vídeo vêm de oito estados. Três delas foram arquivadas e quatro vencidas pela produtora em primeira instância.

**Permissão** Segundo a advogada Nicole Reis, do Mattos Filho, representante da produtora, a defesa tem se baseado no princípio da liberdade de expressão, argumentando que não houve abuso do direito porque o vídeo não traz discurso ódio ou discriminação. Em janeiro, liminar do STF derrubou decisão do Tribunal de Justiça do RJ que exigia a retirada do conteúdo.

**Casa no campo** A pandemia mudou o perfil da demanda por hospedagem, destacando destinos que costumam ter baixo apelo para os turistas.

**Estrada** A cidade de Sorocaba, no interior de São Paulo, teve a maior alta nas buscas por acomodação no Airbnb em maio, na comparação com o mesmo período do ano passado. Recebeu três vezes mais procura e ganhou 44 posições no ranking de destinos preferidos. Na mesma linha, São José dos Campos e Campinas também dispararam.

**Isolamento social** O Airbnb atribui o avanço das buscas menos turísticas a uma busca por destinos que têm baixo fluxo de pessoas e podem ser alcançados de carro.

**Emprestado** O aluguel de notebooks, tablets e smartphones pela Agasus, empresa do Fundo 220 Capital, cresceu 50% na esteira da adoção em massa do home office. A empresa tem hoje cerca de 57 mil aparelhos alugados a clientes, ante 38 mil em agosto do ano passado.

**Onda** Março foi o mês com maior número de novos contratos para a companhia, quando a OMS declarou a pandemia e as empresas entraram em regime de trabalho remoto. Foram alugados 4.700 equipamentos, ante 1.900 no mesmo mês de 2019.

com Filipe Oliveira

## INDICADORES



Em R\$	Alíquota, em %	Debitar, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Considerando o piso na capital e Grande SP	Alíquota	Mínimo	Máximo
em R\$	em R\$	em R\$	em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,31

\*O prazo para o patrão da doméstica vence em 7 ago. A guia de pagamento dos salários inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FORTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

**mercado coronavírus****Quem paga o Bolsa Família de Bolsonaro?**

Governo não tem dinheiro para o programa, crucial na política e para a pobreza

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O programa de renda básica de Jair Bolsonaro deve chegar a algo em torno de 19 milhões de famílias — atualmente, 14,3 milhões estão no Bolsa Família. É o que está na prancheta; é o que Paulo Guedes deu a entender nesta quinta-feira (6), em uma entrevista, ao mencionar o aumento estimado do número de beneficiários.

O programa por ora não está com uma cara muito diferente dos rascunhos do Renda Brasil, do fim de 2019. A diferença é que, depois da epidemia, as expectativas em rela-

ção ao valor do benefício aumentaram. Antes da calamidade, o Bolsa Família pagava, em média, R\$ 190 por família; o auxílio emergencial rende no mínimo R\$ 600.

No fim de 2019, o plano era pagar uns R\$ 232 por família, em média, o que daria quase R\$ 53 bilhões por ano (sem "13"). O Bolsa Família pagou R\$ 337 bilhões em 2019 (em termos reais, valor corrigido pela inflação). Faltariam uns R\$ 20 bilhões. De onde viriam?

O abono salarial custou R\$ 18 bilhões em 2019 (é um benefício anual de até um salário mínimo pago a trabalhadores formalizados que recebem menos que dois mínimos, em média). O seguro-desemprego R\$ 2,85 bilhões (é um seguro-desemprego para pescadores que não podem trabalhar em época de proibição sazonal de pesca, mas recebido por um monte de gente mais. É um rolê). Juntando, dá mais ou menos os R\$ 20 bilhões.

Guedes e equipe dizem faz tempo que querem pegar esses dinheiros e levá-los para

um programa social que consideram mais eficiente. Problemas: 1) o fim do abono depende de emenda à Constituição (é direito definido no artigo 239); 2) ainda que passe a emenda, levaria pelo menos um ano para que o benefício deixasse de ser pago (haveria direitos adquiridos) e, portanto, para que o dinheiro para o Renda Básica aparescesse; 3) gente no Congresso não gosta da ideia de dar cabo do abono; 4) muita gente no Congresso quer apenas reformar o seguro-desemprego, re-

servando o benefício, dizem, a pescadores de fato. Logo, não vai ser fácil arrumar esses R\$ 20 bilhões. Além do mais, esse dinheiro extra bastaria para bancar um benefício de apenas R\$ 232 por família, recorde-se. Mais de 65 milhões de pessoas recebem auxílio emergencial; no Renda Brasil, o dinheiro cairia na conta de umas 26 milhões de pessoas. A clientela seria diminuída, e o valor do benefício, também, o que é razoável, pois não há dinheiro, mas politicamente é um problema.

Aumentar imposto não adianta, pois a despesa está limitada pelo teto de gastos. Dentro do teto, seria possível arrumar alguns dinheiros com o fim de algumas reduções de impostos e de gambiarras do Orçamento federal.

Tirar dinheiro de outro lugar, no curto prazo, é difícil. Sairia de onde? Dos parques re-

servando o benefício, dizem, a pescadores de fato. Logo, não vai ser fácil arrumar esses R\$ 20 bilhões. Além do mais, esse dinheiro extra bastaria para bancar um benefício de apenas R\$ 232 por família, recorde-se. Mais de 65 milhões de pessoas recebem auxílio emergencial; no Renda Brasil, o dinheiro cairia na conta de umas 26 milhões de pessoas. A clientela seria diminuída, e o valor do benefício, também, o que é razoável, pois não há dinheiro, mas politicamente é um problema.

Aumentar imposto não adianta, pois a despesa está limitada pelo teto de gastos. Dentro do teto, seria possível arrumar alguns dinheiros com o fim de algumas reduções de impostos e de gambiarras do Orçamento federal.

Tirar dinheiro de outro lugar, no curto prazo, é difícil. Sairia de onde? Dos parques re-

servando o benefício, dizem, a pescadores de fato. Logo, não vai ser fácil arrumar esses R\$ 20 bilhões. Além do mais, esse dinheiro extra bastaria para bancar um benefício de apenas R\$ 232 por família, recorde-se. Mais de 65 milhões de pessoas recebem auxílio emergencial; no Renda Brasil, o dinheiro cairia na conta de umas 26 milhões de pessoas. A clientela seria diminuída, e o valor do benefício, também, o que é razoável, pois não há dinheiro, mas politicamente é um problema.

Aumentar imposto não adianta, pois a despesa está limitada pelo teto de gastos. Dentro do teto, seria possível arrumar alguns dinheiros com o fim de algumas reduções de impostos e de gambiarras do Orçamento federal.

Tirar dinheiro de outro lugar, no curto prazo, é difícil. Sairia de onde? Dos parques re-

**Auxílio poderá ser estendido de novo, diz secretário do Tesouro**

Segundo Funchal, decisão será tomada a partir da metade do mês e dependerá da situação da economia

Fábio Pupo

BRASILIA O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, admitiu nesta quinta-feira (6) a possibilidade de o governo estender novamente a duração do auxílio emergencial. Segundo ele, essa decisão será política e dependerá da situação da economia.

"Do meio para o fim de agosto, vai ter essa discussão se prorroga ou não. E, se prorrogar, qual a dimensão", afirmou em videoconferência promovida pelo site Jota.

Funchal afirmou que a medida depende do estado da economia após o baço sofrido pelo coronavírus. "Se a economia estiver em situação em que consegue voltar a níveis de forma mais normal do que do começo do ano, não tem por que fazer essa renovação".

"Agora, chegando no prazo e vendo necessidade, é uma decisão política de avaliar no tempo exatamente essa necessidade. Se precisa ou não precisa, e além disso qual a dimensão", acrescentou.

O ministro Paulo Guedes (Economia) defende desde o começo do programa que o valor concedido seja de R\$ 200, mas a tese foi vencida após pressões do Congresso e quantia subiu para R\$ 600. Agora, a equipe econômica sugere

novamente cortar o valor. "A medida que a economia está retomando, a necessidade reduz. Então a discussão tem que ser essa. Vamos olhar o que está acontecendo com a economia, se de fato há necessidade, redimensionar e ver como podemos realocar recursos", afirmou Funchal.

Na quarta (5), Guedes havia dito em comissão no Congresso que o Brasil não aguenta muito tempo de auxílio emergencial. "Se fossemos R\$ 200, ou R\$ 300, dava para segurar por seis meses, um ano. Sendo R\$ 600, não conseguimos estender mais do que estamos fazendo até agora."

Ele defende um valor de R\$ 200 porque representa aproximadamente a média recebida no Bolsa Família. Portanto, segundo essa visão, o auxílio não poderia ser maior.

Também na quarta, Jair Bolsonaro disse que o auxílio não pode durar muito. "Não dá para continuar muito porque, por mês, custa R\$ 50 bilhões. A economia tem que funcionar. E alguns governadores teimam ainda em manter tudo fechado", disse. No domingo (7), o presidente já havia criticado a ideia de tornar a medida permanente. "Vão arrebentar com a economia do Brasil".

O auxílio emergencial já demandava R\$ 254,2 bilhões e re-

presenta a medida mais cara do pacote anticrise. O programa foi criado para apenas três meses, com valores concedidos em abril, maio e junho. Depois, foi prorrogado por dois meses (até agosto).

Técnicos do Ministério da Economia dizem que o programa tem um custo mensal aproximado de R\$ 50 bilhões. Por isso, a prorrogação com as mesmas regras até o fim do ano faria o custo chegar a R\$ 450 bilhões (quase cinquenta vezes o rombo de todo o governo em 2019, de R\$ 95 bilhões).

Para tentar evitar mais meses de auxílio emergencial, a pasta está revisando programas sociais (como o abono salarial) para cortar despesas e redesenhar o Bolsa Família (rebatizado como Renda Brasil). O programa, porém, está sendo desenhado pela equipe econômica e ainda não tem prazo para sair do papel.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), já cobrou do governo a proposta. "O governo precisa parar de fazer discursos sobre o tal Renda Brasil e apresentar o programa ao Congresso. O Congresso tendo espaço, tendo a proposta do governo, vai organizar de forma rápida esse debate e vai, claro, avançar, dentro da realidade fiscal brasileira", afirmou em 9 de julho.



DESEMPREGADOS DE SEGURO-DESEMPREGO CAEM NOS EUA Trabalhador se prepara para caravana em Las Vegas para pedir extensão de auxílio de US\$ 600; solicitações de seguro-desemprego caem de 1,4 milhão para 1,2 milhão em uma semana, depois de terem atingido um pico de quase 7 milhões no fim de março. (Bridget Beemer/APF)

**Emprego não dá sinal de recuperação, diz pesquisador**

ENTREVISTA DANIEL DUQUE

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Enquanto a pesquisa de emprego formal do Ministério da Economia, o Cariméd, mostrou uma redução no ritmo de demissões de trabalhadores com carteira assinada em junho, a Pnad Continua, do IBGE, indica que os efeitos da pandemia de Covid-19 para o mercado de trabalho seguem devastadores.

No segundo trimestre, o primeiro inteiramente sob os efeitos da pandemia, 8,9 milhões de pessoas ficaram sem qualquer tipo de ocupação.

Para o economista Daniel Duque, pesquisador da área

de Economia Aplicada do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), os dados desta quinta (6) do IBGE mostram continuidade na deterioração do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego no trimestre, diz Duque, só não foi pior porque as pessoas estão saindo da força de trabalho — quem foi demitido ou ficou sem poder trabalhar, como muitos informais, ainda não está buscando emprego. Para o IBGE, só está desempregado quem procurou vaga e não encontrou nos 30 dias anteriores à pesquisa.

\* A Pnad Continua traz os dados do período mais crítico da

pandemia. O que os resultados mostram é importante? Mostra que junho continua tendo uma piora no mercado de trabalho. Algumas pessoas esperavam alguma recuperação, pois os dados do Caged apontavam uma melhoria razoável da situação em relação ao fundo do poço, que foram abril e maio — principalmente abril.

Mas a Pnad Continua, pelo contrário, mostrou uma continuidade da degradação da situação, com queda ainda maior no número de ocupações, aumento ainda maior do desalento e da subutilização do trabalho. Então, o que me surpreendeu foi que não houve sinal de recuperação ou de desaceleração da piora do mercado de trabalho.

Quando o Caged saiu, integrantes do governo disseram que as demissões tinham desacelerado e que o desemprego seguia alto porque não havia contratação. Houve grande desconhecimento entre a Pnad Continua e o Caged. A queda de empregos com carteira assinada na Pnad, entre maio e junho, foi de 1 milhão de empregos. No Caged, a redução foi de 11 mil. Isso não faz muito sentido. Mesmo com uma ou outra defasagem, não é o normal ter um desconhecimento tão grande. Isso levanta algumas hipóteses, como o atraso no registro dos desligamentos.

O número de pessoas que deixaram a força de trabalho é muito similar ao que saiu da

população ocupada. É por isso que o número de desocupados ficou estável? Exatamente. Quem está perdendo sua ocupação não está procurando novos empregos. Fiz um exercício mostrando que se a força de trabalho, que inclui ocupados e desocupados, fosse a mesma do trimestre terminado em fevereiro, a gente teria uma taxa de desemprego de 21,4%. A saída da força de trabalho está segurando, e muito, a taxa de desocupação.

O que a gente deve esperar para os próximos meses? A Pnad Covid, que sai semanalmente, não tem dado nenhum indicativo ainda de recuperação robusta do mercado de trabalho.

**Senado aprova limite de juros de cartão e cheque**

Iara Lemos

BRASILIA O Senado aprovou nesta quinta (6) o projeto que limita os juros do cheque especial e do cartão de crédito durante a pandemia. O projeto é de autoria do senador Álvaro Dias (Podemos PR) e o seu relatório estava concluído desde maio, quando iniciaram as negociações para que ele entrasse em votação.

O parecer foi elaborado pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS) e traz alterações nos limites em relação ao texto original. O autor propunha um limite de 2% ao ano nos juros no cartão de crédito e no cheque especial. O relatório altera a taxa para 3% ao ano.

Martins também propôs que as linhas de cartão de crédito das instituições financeiras inovadoras, as chamadas fintechs, tenham um limite de 35% ao ano.

O projeto será encaminhado à Câmara.

Martins também modificou o tempo de validade da proposta para o fim de dezembro de 2020, quando termina o período de calamidade decretado por causa da pandemia. O texto original reduzia os juros até julho de 2021.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerri (MDB-PE), encaminhou voto contrário da bancada. Defendeu que a regulamentação fosse encaminhada ao Conselho Monetário Nacional — sugeriu rechaçar da pelo autor do projeto.

"Não é possível neste momento admitir essa agiotagem sem limites".

**Poupança tem saldo positivo de R\$ 27 bi em julho**

BRASILIA Os depósitos em poupança superaram os saques em R\$ 21 bilhões em julho. Os dados foram divulgados nesta quinta (6) pelo Banco Central. Esta é a terceira maior captação líquida mensal da história.

Desde o início da pandemia, a caderneta tem registrado valores elevados em captação líquida esalado, uma comparação com o restante da série. Em maio, a diferença entre depósitos e saques foi positiva em R\$ 37,2 bilhões, maior da série — superou abril, até então a maior, com R\$ 30,4 bilhões.

Benefícios do governo são pagos por meio de conta-poupança da Caixa.

**coronavírus mercado****Reserva contra****Provisão reduz ganho de bancos em todo o mundo**

Fornecedores... aumentou em 10%... e os bancos... aumentou em 10%... e os bancos... aumentou em 10%...

# calote também pesa no BB, e lucro cai 25%

Todos os principais bancos de capital aberto têm ganho menor em razão da alta nas provisões contra inadimplência

Isabela Bolzani

**GAUDES quer que eu continue no governo, e eu também gostaria, diz demissionário**  
O presidente demissionário do Banco do Brasil, Rubem Noves, afirmou nesta quinta-feira (6) que o ministro da Economia, Paulo Guedes, gostaria de mantê-lo na equipe econômica depois de sua saída da gestão do banco público. "O Paulo [Guedes] gostaria que eu continuasse [no governo] e eu também, mas ainda não definimos como se daria a minha participação na equipe econômica", afirmou. Segundo Noves, no entanto, ainda não existe nenhuma formalização sobre sua permanência no governo. Em comunicado ao mercado divulgado em julho, o Banco do Brasil afirmou que a saída de Noves do cargo de presidente deve acontecer ainda neste mês. O executivo afirma, no entanto, que ainda não há uma data estabelecida. O nome escolhido para substituir Noves foi André Brandão, do HSBC.

Segundo o presidente do BB, Rubem Noves, o aumento das provisões nos primeiros seis meses deste ano foi uma atitude conservadora, e há expectativa de diminuição das reservas e melhora no desempenho do banco ao longo do segundo semestre. "O desempenho não dá conta da economia, mas também da nossa clientela, está sendo bem melhor do que eu esperava. Estamos tendo resultados melhores do que a expectativa e, como continuamos muito cuidadosos na oferta de crédito, mantendo nossos parâmetros de exigência, tudo indica que o segundo semestre possa ser melhor do que o primeiro", afirmou Noves.

Segundo relatório divulgado nesta quinta (6), o principal motivo para o aumento das provisões foram as perdas por imparidade (redução do valor de um ativo), que demonstrou uma baixa de R\$ 1,3 bilhão — o triplo do registrado no segundo trimestre de 2019. De acordo com o banco, o aumento aconteceu no segmento de grandes empresas por ativos que já eram classificadas com reservas por imparidade e o resultado negativo de operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

Parte do resultado também está atrelada às concessões de crédito feitas pelo banco — que também incluem a prorrogação de prazos de pagamentos e as renegociações feitas para conter os efeitos da crise. A carteira de crédito do BB ficou em R\$ 721,6 bilhões, um aumento de 5,1% em relação ao segundo trimestre de 2019. No período, os empréstimos para pessoas físicas registraram alta de 6,6%, para R\$ 418 bilhões, enquanto o crédito para empresas subiu 5,3%, para R\$ 271,4 bilhões.

Em relação ao primeiro trimestre, no entanto, a carteira de crédito teve queda de 0,5%,

segundo levantamento de 4º trimestre [patamar que registrou no final de 2019] para 7%, por exemplo, estamos falando de uma perda de R\$ 16 bilhões para o sistema financeiro brasileiro", afirmou o analista do UBS Thiago Batista, na época.

O movimento aconteceu também entre os principais bancos dos Estados Unidos e da Europa. Somadas, as provisões dos americanos Bank of America, Citigroup e JP Morgan alcançaram aproximadamente US\$ 39,2 bilhões (R\$ 209,4 bilhões) — alta de mais de sete vezes. Da mesma forma, o lucro dos bancos americanos também continuou bilionário, apesar de ter caído na mesma relação: juntos, os três principais bancos dos EUA registraram lucro de US\$ 18,9 bilhões (R\$ 107,9 bilhões), queda de 6%, já nos europeus BNP Paribas, Deutsche Bank, HSBC e a sede espanhola do Santander, as provisões dobraram (12%), para a soma de US\$ 18 bilhões.

Nesse grupo, apenas o Santander registrou prejuízo no valor de R\$ 1,1 bilhão (R\$ 75,3 milhões) no segundo trimestre em razão de uma baixa

em lucros e provisões dos maiores bancos no primeiro semestre

**ITAÚ UNIBANCO**  
**Quanto lucro**  
2019: R\$ 13,911 bilhões  
2020: R\$ 8,117 bilhões

**Quanto provisionou**  
2019: R\$ 8,613 bilhões  
2020: R\$ 17,959 bilhões

**JPMORGAN**  
**Quanto lucro**  
2019: US\$ 18,831 bilhões  
2020: US\$ 7,549 bilhões

**Quanto provisionou**  
2019: US\$ 2,614 bilhões  
2020: US\$ 18,758 bilhões

**DEUTSCHE BANK**  
**Quanto lucro**  
2019: € 2,949 bilhões  
2020: € 126 milhões

**Quanto provisionou**  
2019: € 2,011 bilhões  
2020: € 1,267 bilhão

em lucros e provisões dos maiores bancos no primeiro semestre

**Guedes quer que eu continue no governo, e eu também gostaria, diz demissionário**  
O presidente demissionário do Banco do Brasil, Rubem Noves, afirmou nesta quinta-feira (6) que o ministro da Economia, Paulo Guedes, gostaria de mantê-lo na equipe econômica depois de sua saída da gestão do banco público. "O Paulo [Guedes] gostaria que eu continuasse [no governo] e eu também, mas ainda não definimos como se daria a minha participação na equipe econômica", afirmou. Segundo Noves, no entanto, ainda não existe nenhuma formalização sobre sua permanência no governo. Em comunicado ao mercado divulgado em julho, o Banco do Brasil afirmou que a saída de Noves do cargo de presidente deve acontecer ainda neste mês. O executivo afirma, no entanto, que ainda não há uma data estabelecida. O nome escolhido para substituir Noves foi André Brandão, do HSBC.

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
PÁTRIA AMADA BRASIL

**CONSULTA PÚBLICA**  
A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV torna pública que realizará Consulta Pública buscando identificar possíveis alternativas para Contratação de Solução de ERP (Enterprise Resource Planning).  
A documentação completa encontra-se na disposição dos interessados na página da empresa no endereço [www.dataprev.gov.br](http://www.dataprev.gov.br).

**Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2020**  
**Gustavo Henrique Rigobaldo Canuto**  
Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**sesc**  
O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.262/2012, de 08 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União — edição nº 144 de 20/07/2020, torna pública a abertura das seguintes licitações:

**MODALIDADE: Pregão Eletrônico**  
**Objetos:**  
**PE 060/2020** – Fornecimento futuro eventual de tablets para diversas Unidades. Abertura: 10/09/2020 às 10h00.  
**PE 062/2020** – Fornecimento futuro e eventual de equipamentos de proteção individual para diversas Unidades. Abertura: 14/09/2020 às 10h00.  
A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico [sescsp.gov.br](http://sescsp.gov.br) mediantes breve inscrição para obtenção de senha de acesso.

**COMUNICADO**  
A CLARO S.A. informa aos seus clientes os novos valores máximos homologados e promocionais do Plano Alternativo de Serviço PAS 094-LD, na modalidade Longa Duração Nacional, para chamadas originadas em terminais móveis, com vigência a partir de 08/08/2020. Confira tabela abaixo:

Destino das Chamadas	Novos Valores máximos homologados por minuto em minutos (R\$)		Novos Valores Promocionais por minuto em minutos (R\$)		Novos valores promocionais por minuto em minutos (R\$)								
	Hor. Normal	Hor. Reduzido	AC, ES, NR, SC e SP	MT e MG	BA e DF	AP, GO, MA, MS, PE, PI, RN, RS e SE	AL, AM, CE, PA, PR, RJ, RJ	RJ	RO				
Terminais Fios	Hor. Normal	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00
	Hor. Reduzido	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00
Terminais Móveis	Hor. Normal	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00
	Hor. Reduzido	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00

Observações: Valores promocionais válidos por tempo indeterminado. Qualquer alteração será precedida de comunicado público. Demais condições do PAS 094-LD permanecem inalteradas.  
A data-base para futuras negociações tarifárias dos valores máximos homologados é 15/08/2020. Informações de acesso ao 0800-20020 para obter dados e esclarecimento de dúvidas.  
Dados de identificação: CNPJ: 04.198.188/0001-90. End: Rua P. A. de Góes, 300, Bloco 6, Loja 601, CEP: 12245-900, Aracaju, SE. PABX: (16) 3326-3000. Fax: (16) 3326-3000. Website: [www.claromovel.com.br](http://www.claromovel.com.br)

**COMUNICADO**  
A CLARO S.A. informa aos seus clientes os novos valores máximos homologados e promocionais do Plano Alternativo de Serviço PAS 062-LD, 063-LD, 064-LD, 065-LD, 067-LD, 068-LD e 116-LD, na modalidade Longa Duração Nacional, para chamadas originadas em terminais móveis, com vigência a partir de 08/08/2020. Confira tabela abaixo:

Destino das Chamadas	Horários	Novos Valores máximos homologados por minuto em minutos (R\$)		Novos Valores Promocionais por minuto em minutos (R\$)		Novos valores promocionais por minuto em minutos (R\$)							
		AC, ES, NR, SC e SP	MT e MG	BA e DF	AP, GO, MA, MS, PE, PI, RN, RS e SE	AL, AM, CE, PA, PR, RJ, RJ	RJ	RO					
Terminais Fios	Hor. Normal	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00
	Hor. Reduzido	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00
Terminais Móveis para outros operadores	Hor. Normal	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00	R\$ 1.920,00
	Hor. Reduzido	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00	R\$ 1.132,00

Observações: Valores promocionais válidos por tempo indeterminado. Qualquer alteração será precedida de comunicado público. Demais condições do PAS 062-LD, 063-LD, 064-LD, 065-LD, 067-LD, 068-LD e 116-LD permanecem inalteradas.  
A data-base para futuras negociações tarifárias dos valores máximos homologados é 15/08/2020. Informações de acesso ao 0800-20020 para obter dados e esclarecimento de dúvidas.  
Dados de identificação: CNPJ: 04.198.188/0001-90. End: Rua P. A. de Góes, 300, Bloco 6, Loja 601, CEP: 12245-900, Aracaju, SE. PABX: (16) 3326-3000. Fax: (16) 3326-3000. Website: [www.claromovel.com.br](http://www.claromovel.com.br)

**COMUNICADO**  
A CLARO S.A. informa aos seus clientes os novos valores máximos homologados e promocionais do Plano Alternativo de Serviço PAS 216-LD, na modalidade Longa Duração Nacional, com vigência a partir de 08/08/2020. Confira tabela abaixo:

Destino das Chamadas	Horários	Novos Valores máximos homologados por minuto em minutos (R\$)		Novos Valores Promocionais por minuto em minutos (R\$)		Novos valores promocionais por minuto em minutos (R\$)							
		AC, ES, NR, SC e SP	MT e MG	BA e DF	AP, GO, MA, MS, PE, PI, RN, RS e SE	AL, AM, CE, PA, PR, RJ, RJ	RJ	RO					
Fio-Fixo	Franquia 1 (100 minutos) - Diária/Fora semana	23.000,00	23.000,00	R\$ 23,7750	R\$ 23,8050	R\$ 23,8050	R\$ 23,8050	R\$ 23,8050	R\$ 23,8050	R\$ 23,8050	R\$ 23,8050	R\$ 23,8050	R\$ 23,8050
	Franquia 2 (210 minutos) - Diária/Fora semana	47.000,00	47.000,00	R\$ 47,7675	R\$ 47,8575	R\$ 47,8575	R\$ 47,8575	R\$ 47,8575	R\$ 47,8575	R\$ 47,8575	R\$ 47,8575	R\$ 47,8575	R\$ 47,8575

Observações: Valores promocionais válidos por tempo indeterminado. Qualquer alteração será precedida de comunicado público. Demais condições do PAS 216-LD permanecem inalteradas.  
A data-base para futuras negociações tarifárias dos valores máximos homologados é 15/08/2020. Informações de acesso ao 0800-20020 para obter dados e esclarecimento de dúvidas.  
Dados de identificação: CNPJ: 04.198.188/0001-90. End: Rua P. A. de Góes, 300, Bloco 6, Loja 601, CEP: 12245-900, Aracaju, SE. PABX: (16) 3326-3000. Fax: (16) 3326-3000. Website: [www.claromovel.com.br](http://www.claromovel.com.br)

mercado coronavirus

Faria admite reforma tributária mais robusta

Ministro das Comunicações também diz que Guedes terá de ser mais didático para explicar proposta de imposto digital

Daniel Carvalho
BRASÍLIA Um dos responsáveis por ajudar a remendar a sempre instável relação entre o governo Jair Bolsonaro (sem partido) e o Congresso, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse a investidores nesta quinta-feira (6) que há condições de aprovar uma reforma tributária "mais robusta" ainda em 2020.

A proposta do governo é esperada no Parlamento desde o ano passado, mas uma versão desidratada foi apresentada no primeiro semestre. O presidente Rodrigo Maia (DEM-RR), substituiu cinco impostos que incidem sobre o consumo (ICMS, PIS, Cofins, ISS e IPI) por apenas um, chamado de IBS (imposto sobre Bens e Serviços).

"Vejo condições totais de tornarmos uma tributária mais robusta. Acredito que ainda

O presidente disse isso: 'Olha, eu deixei o ministro Paulo Guedes conversar com o Brasil. Se ele conseguir explicar, vamos em frente. Se ele não conseguir explicar, não vai'

Fábio Faria ministro das Comunicações

são mista que discute o tema. Guedes foi cobrado pelo relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e por outros parlamentares.

Paulo Guedes também, com certeza, vai trabalhar em relação a isso", disse o ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse a investidores nesta quinta-feira (6) que há condições de aprovar uma reforma tributária "mais robusta" ainda em 2020.

Nesa quarta-feira (5), durante a audiência na comissão mista que discute o tema. Guedes foi cobrado pelo relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e por outros parlamentares.

de Faria, fazendo menção ao programa que está em gestação no governo para substituir o Bolsa Família e que pode agregar outros benefícios, como o seguro-desemprego, por exemplo.

"Teremos aí 500 votos por que ninguém vai votar contra um projeto para ajudar 66 milhões de pessoas. Quando eu falo em criar um imposto em que ele envolve um monte de coisas, desoneração, que pu- de ser pago, não consegue comunicar nem para o Congresso, não veio isso ter aderência na população", afirmou Faria.

O ministro das Comunicações disse aos investidores que Guedes tem boa intenção, mas que "o brasileiro não quer que se mais didático nesse assunto porque, se vou criar um imposto novo, eu quero o Renda Brasil, que eram 66 milhões de pessoas para receber, se lá, R\$ 250, está-tionar nos R\$ 250 por um período de 12 meses, por 12 meses, e esse imposto, qual-quer imposto que seja criado, para isso, eu vejo que o Congresso inteiro aprovará", disse

drigo Maia afirmou que governadores e prefeitos que não aprovaram a PEC (proposta de emenda à Constituição) de reforma tributária que tramita na Câmara.

Em debate com empresários do setor de infraestrutura promovido pela Abdi (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base), Maia defendeu a PEC 45/2019, de autoria do líder do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). De acordo com ele, governadores e prefeitos — exceto os das capitais — apoiam a proposta.

"Acho que começou a ter apoio. Na segunda-feira [3] esteve com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que fez críticas à CBS, mas apresentou as propostas, e disse que apoiava a PEC 45. Os governadores estão cambaleando para aprovar a PEC 45. Os prefeitos quase todos, tirando os das capitais, querem a PEC 45. Acho que cresce uma boa oportunidade para nós, para avançar, para avançar no debate da reforma tributária", afirmou o presidente da Câmara. Colaborou Isabella Macedo

de Faria, fazendo menção ao programa que está em gestação no governo para substituir o Bolsa Família e que pode agregar outros benefícios, como o seguro-desemprego, por exemplo.

"Teremos aí 500 votos por que ninguém vai votar contra um projeto para ajudar 66 milhões de pessoas. Quando eu falo em criar um imposto em que ele envolve um monte de coisas, desoneração, que pu- de ser pago, não consegue comunicar nem para o Congresso, não veio isso ter aderência na população", afirmou Faria.

O ministro das Comunicações disse aos investidores que Guedes tem boa intenção, mas que "o brasileiro não quer que se mais didático nesse assunto porque, se vou criar um imposto novo, eu quero o Renda Brasil, que eram 66 milhões de pessoas para receber, se lá, R\$ 250, está-tionar nos R\$ 250 por um período de 12 meses, por 12 meses, e esse imposto, qual-quer imposto que seja criado, para isso, eu vejo que o Congresso inteiro aprovará", disse

drigo Maia afirmou que governadores e prefeitos que não aprovaram a PEC (proposta de emenda à Constituição) de reforma tributária que tramita na Câmara.

Em debate com empresários do setor de infraestrutura promovido pela Abdi (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base), Maia defendeu a PEC 45/2019, de autoria do líder do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). De acordo com ele, governadores e prefeitos — exceto os das capitais — apoiam a proposta.

"Acho que começou a ter apoio. Na segunda-feira [3] esteve com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que fez críticas à CBS, mas apresentou as propostas, e disse que apoiava a PEC 45. Os governadores estão cambaleando para aprovar a PEC 45. Os prefeitos quase todos, tirando os das capitais, querem a PEC 45. Acho que cresce uma boa oportunidade para nós, para avançar, para avançar no debate da reforma tributária", afirmou o presidente da Câmara. Colaborou Isabella Macedo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS (CBT)
Presidente eleito convidado a ser o primeiro presidente da Confederação Brasileira de Tênis (CBT) para o biênio 2020-2021.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DA
IDEAL DE CONVOCACAO ANUAL DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
MODALIDADE DE LICITACAO TOMADA DE PREÇOS Nº 2020/
TIPO: MENOR PREÇO

Soma de aposentadoria e pensão não pode superar R\$ 39,2 mil, decide STF

Thais Carranza
SÃO PAULO O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira (6), por maioria, que o teto remuneratório do funcionalismo deve incidir sobre a soma de aposentadoria e pensão, em casos em que o servidor acumula os dois benefícios. O valor do teto é de R\$ 39,2 mil, equivalente ao salário de ministro do Supremo.

A decisão foi tomada por 7 votos a 3, com os ministros Edson Fachin, Luiz Roberto Barroso, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Rosa Weber e Carmen Lúcia acompanhando o Marco Aurélio, relator do processo. Foram vencidos Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. Alexandre de Moraes defendeu a suspensão do processo.

Segundo a tese fixada por Marco Aurélio, ficou definido que "ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior à data da Emenda Constitucional 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e a pensão recebida por servidor".

No caso julgado, uma servidora pública do Distrito Federal reivindicava o direito de continuar a receber sua aposentadoria, mas a pensão por morte de seu esposo, cujos valores somados excediam o teto. Com a decisão, ela deve ter a soma dos be-

nefícios limitada ao salário máximo do funcionalismo. "Um lado defendia que o teto deveria valer para cada benefício, mas o Supremo decidiu que o teto está relacionado ao somatório de tudo que é recebido do serviço público", explica Almir Reis, diretor de atuação judicial do IDB (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário). A entidade atua como amicus curiae (amigo da corte) na ação.

Em um julgamento distinto, em 2018, o STF havia decidido que, no caso de acúmulo de cargos no serviço público, conforme autorização expressa da Constituição — como o acúmulo de dois cargos de professor, um cargo de professor e outro técnico ou científico, ou dois cargos de professor —, o teto incide individualmente sobre cada benefício. "Parece contraditório, mas são situações distintas", diz o advogado.

Após a decisão com bons olhos, devida ao impacto positivo sobre as classes públicas. "Essa decisão levanta uma pacificação sobre a questão e deve orientar os demais tribunais do país", avalia. Segundo o Supremo, o caso tem repercussão geral e servirá de parâmetro para a resolução de pelo menos 368 processos em que se discute tema semelhante. Já Wagner Balera, professor de direito previdenciário da PUC-RIO, avalia que a decisão é equivocada e ataca o direito adquirido.

ZUEHRMAN
LEILÃO DE IMÓVEL
DORA PLAT Leilão Oficial, Matr. 105.007.024, imóvel situado no centro financeiro de São Paulo, com área de 1.549,77 m², sendo 1.549,77 m² de terreno e 0 m² de construção.

CIDADE DE SÃO PAULO GOVERNO
CONCURRENÇA Nº 09/2020/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI: 6011.2020/0001622-0
INTERESSE: PMSF, SGM
OBJETO: CONCESSÃO DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DE ÁREAS ARTIFICIAIS NOS BARRIOS BAIXADA DO PINHEIRO, PARQUE GUARATUBA, VILA ANTARCTICA, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS (CBT)
Presidente eleito convidado a ser o primeiro presidente da Confederação Brasileira de Tênis (CBT) para o biênio 2020-2021.

**SESI SENAI** APRESENTAM  
PELO FUTURO DO TRABALHO



Affonso Celso Pastore, José Ricardo Roriz Coelho (ambos no telão), Aguilinaldo Ribeiro, Rodrigo Maia, Robson Braga de Andrade e o mediador, Leandro Colon, no auditório da CNI em Brasília

Fotos: Divulgação/CNI

# Reforma tributária é oportunidade para simplificar regras e estimular a recuperação econômica

Em seminário promovido pela Folha e pela CNI, presidente da Câmara, deputado, representantes da indústria e economista defendem unificação de tributos para garantir a transparência e ampliar a competitividade

Os desafios da recuperação econômica no pós-pandemia abrem uma oportunidade para o país reorganizar o sistema tributário com o objetivo de viabilizar investimentos e criar empregos, além de ampliar sua competitividade e inserção no comércio internacional.

A conclusão, unânime entre os participantes do seminário Indústria em Debate - Câmbio Brasil e Reforma Tributária, promovido pela Folha em parceria com a CNI (Confederação Nacional da Indústria) na semana passada, reforça a ideia de aglutinar a primeira fase do projeto de reforma tributária encaminhada pelo governo federal com as duas propostas de emenda constitucional (PEC) em tramitação no Congresso - PECs 45, da Câmara, e 110, do Senado - para criar um IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) agregado, como definem alguns especialistas federal que substitua todos os tributos incidentes sobre o consumo.

Patrocinado pelo Sesi e pelo Senai, o debate teve a participação do economista Affonso Celso Pastore, presidente do Centro de Debates de Políticas Públicas e ex-presidente do Banco Central, do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do relator da reforma tributária, Aguilinaldo Ribeiro (PP-PE), além do presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, e do vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), José Ricardo Roriz Coelho.

"O projeto do governo vai na mesma linha da PEC 45, é a mesma estrutura, apenas foca nos impostos federais, já que o ministro Paulo Guedes (Economia) entende que não deve entrar na questão da Federação, que é um problema que o Congresso deve tratar. Então, nós vamos tratar", afirmou Maia. "A PEC vai ser uma revolução na economia brasileira", completou.

Na visão do presidente da Câmara, a pandemia de Covid-19 gerou uma pressão para discutir com o Estado brasileiro arrecada e entrega seus recursos, além da qualidade dos serviços prestados. "É muito importante que gente possa fazer introdução do debate da reforma tributária de bens e serviços para que a gente não erre. Tem que desonerar a folha? Qual o formato? Vamos criar um imposto novo? Lembrando que já desoneramos a folha no governo Dilma e que isso não gerou um único emprego no Brasil", disse Maia.

O presidente da Câmara também refutou a criação de um imposto incidente sobre os movimentos financeiros, como a antiga CPMLF. Para ele, essa não é uma solução, já que a cobrança é cumulativa, faz economia para quem cresce e pesa sobre os mais pobres. "Duas vezes pouco inventaram nome enfeitado para ficar mais bonito, para que a sociedade aceite. A sociedade não quer mais impostos. Na minha opinião, não passa. Voto contra."

Para o presidente da CNI, um dos maiores entraves para a expansão da economia é a alta carga tributária. Ele defendeu uma reforma tributária em benefício do país, de saída de interesses setoriais. "Se avançarmos na questão da carga e na burocracia tributária, vamos dar um salto muito grande para que o Brasil possa enfrentar esse futuro pós-pandemia", disse Andrade.

Estados e municípios que temem perder receita com a reforma tributária, argumenta Andrade, deveriam pensar que a arrecadação aumentará com o crescimento da economia resultante da reforma.

**IVA 5,0**  
O relator da comissão mista da reforma tributária, deputado Aguilinaldo Ribeiro, lembrou que o Congresso já trabalhou em 2009 para fazer uma reforma que corrigiu distorções, traga segurança jurídica e promova



“Vamos aumentar a participação do cidadão na carga tributária para resolver o problema? Temos que cuidar da modernização do Estado brasileiro, melhorar a eficiência e a produtividade do setor público. Só assim a economia brasileira vai melhorar”

**Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, presidente da Câmara dos Deputados



“Se depender de mim, abrirei o relatório colocando no primeiro capítulo que não haverá aumento de carga tributária. Esse é um ponto de que tenho muita convicção num país em que você precisa corrigir distorções”

**Aguilinaldo Ribeiro (PP-PE)**, relator da comissão mista da reforma tributária



“Só o crescimento vai fazer com que nós tenhamos recursos para que estados e municípios tenham condições de investir, de se desenvolver e de ter melhor educação”

**Robson Braga de Andrade**, presidente da CNI

o que chama de "justiça tributária". Para que isso finalmente ocorra, defendeu a instituição de um IVA nacional, que unifique cinco impostos existentes hoje sobre o consumo: PIS, Cofins, IPI, ICMS e IOF. "Estou chamando de IVA 5,0, entrando na comparação com o 5G. Um IVA que tenha modernidade e transparência", disse.

O IVA incidirá de forma transparente sobre bens e serviços e será tributado no local em que o produ-

tor é consumido ou o serviço utilizado - diferentemente do ICMS, que é tributado "por dentro" (incide sobre ele mesmo) e no estado de origem, estimulando a chamada guerra fiscal e levando a uma série de créditos tributários de difícil compensação. "Nosso regime é um regime de exceções e não de regras", disse o relator da reforma.

"O imposto é cobrado por dentro, portanto é cumulativo e obscuro. Você não sabe quanto está

de, de fato, paga de imposto sobre o consumo no Brasil, de forma clara", disse.

## TRAMITAÇÃO

Maia afirma estar otimista com o avanço da reforma tributária no Congresso, que vem amadurecendo o debate em torno das reformas econômicas pelo menos desde o governo Michel Temer.

"É a certeza que deputados e senadores tinham fôlego para aprovar temas estruturantes, como a reforma tributária, até meados de 2021, quando começa a disputa pela sucessão do governo."

Para ele, é fundamental a construção de um consenso cada vez maior sobre a necessidade de revisão da estrutura tributária, com, inclusive, o apoio dos partidos de esquerda. "A maioria dos governadores entende que só leve a perder com a guerra fiscal. Falta fechar com os prefeitos das capitais. São eles que ainda não estão convencidos da importância de um IVA nacional", disse.

O presidente da Câmara acredita que talvez não seja preciso falar a reforma em diferentes fases para facilitar a aprovação. "Se nós tivermos votos, apoio e convergência dos prefeitos e governadores para injetá-los na primeira votação, por que fazer duas?", disse.

Para diminuir eventuais resistências, o relator da reforma afirmou que pretende tornar explícito que a mudança não elevará o nível de impostos. "Se depender de mim, abrirei o relatório colocando no primeiro capítulo que não haverá aumento de carga tributária. Esse é um ponto de que tenho convicção num país em que você precisa corrigir distorções", afirmou.

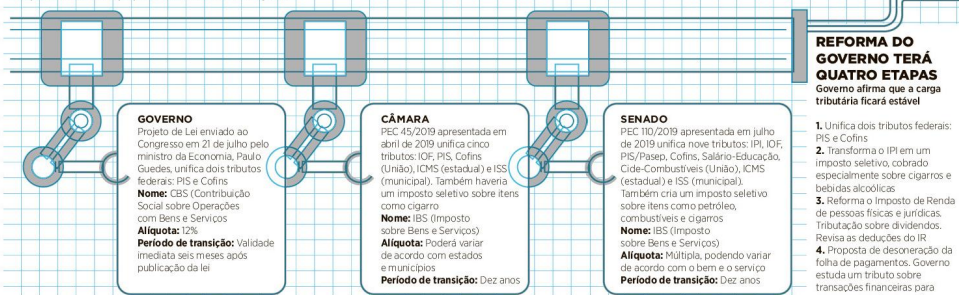
"Só o crescimento vai fazer com que estados e municípios tenham condições de investir, de se desenvolver e de ter melhor educação", afirmou Robson Braga de Andrade, da CNI.

**EstúdioFOLHA**  
projetos patrocinados

Atelê de produção de conteúdo para estratégia de marcas e mercado publicitário em todas as plataformas |

## O QUE ESTÁ NA MESA

Compare cada uma das propostas em discussão no Congresso



## REFORMA DO GOVERNO TERÁ QUATRO ETAPAS

Governo afirma que a carga tributária ficará estável

1. Unifica dois tributos federais: PIS e Cofins
2. Transforma o IPI em um imposto seletivo, cobrado especialmente sobre cigarros e bebidas alcoólicas
3. Reforma o Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas. Tributação sobre dividendos. Revisa as deduções do IR
4. Proposta de desoneração da folha de pagamentos. Governo estuda um tributo sobre transações financeiras para compensar a desoneração

## ‘É preciso investir para retomar o crescimento do país’

O vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), José Ricardo Roriz Coelho, afirmou que é preciso resolver com urgência a questão do Custo Brasil para melhorar as condições de competitividade das empresas nacionais no mercado global. “Se não atacarmos o Custo Brasil de maneira consistente e rápida, os investimentos não virão”, afirmou, durante o seminário Indústria em Debate - Custo Brasil e Reforma Tributária, promovido pela Folha em parceria com a CNL. “A reforma tributária é necessária para o Brasil atrair investimentos e voltar a crescer”, disse.

“Nossa prioridade deve ser resolver a questão do Custo Brasil, que afugenta os investimentos que precisam vir para modernizar e incorporar novas tecnologias que formam a chamada indústria 4.0. Vários países passaram muito à nossa frente na adoção dessas tecnologias, que entram com uma velocidade muito grande, enquanto ficamos um bom tempo sem crescer e investir”, afirmou.

De acordo com Roriz Coelho, é necessário ainda apostar em inovação e em tecnologia para contornar as desvantagens estruturais do país. “Os custos elevados, a baixa qualidade logística, a infraestrutura deficiente de telecomunicações, de energia e de saneamento, entre outros, resultam em um custo anual entre R\$ 90 bilhões e R\$ 210 bilhões”, disse.

Segundo Coelho, os problemas não são novos, e o Brasil já vinha em desvantagem no mercado internacional muito antes da pandemia de Covid-19. “Desde 2014, operamos com taxas de crescimento ne-

gativas. Nosso nível de renda voltou ao de 15 anos atrás. Quando olhamos para alguns países que há muito tempo tinham renda igual à do Brasil e que conseguiram dobrar renda per capita e, finalmente, entrar no grupo dos países em desenvolvimento, vemos que eles têm duas grandes coincidências: o investimento acima de 20% do PIB - com alguns países próximos a 30%. A outra é a participação da indústria no PIB - de cerca de 20% a 25%, alguns até mais.”

O acesso ao crédito é outro ponto levantado pelo empresário e que também consta de estudos recentes de competitividade e Custo Brasil. “Sabemos que, no Brasil, cinco bancos concentram 82% de todo o crédito concedido. Desse total, 64% vão para o governo. Só 36% estão disponíveis para o setor privado, e em condições de spread bancário muito maior do que as empresas têm lá fora”, completou.

Para atrair investimentos que impulsionem a retomada do crescimento, é preciso eliminar os principais entraves que afastam o capital. “Muitos deles precisam de reformas estruturantes na administração do país. A criação e geração de empregos passa pela aplicação das reformas”, afirmou Roriz.

O empresário alertou para outra questão que dificulta bastante a atração do investidor estrangeiro. “Quando vem de fora leva mais de 10 anos para conhecer o sistema tributário. Nem os brasileiros conhecem. E esse é mais um impedimento para atrair o capital estrangeiro. A maioria dos países converte o IVA (Imposto de Valor Agregado). Se caminhararmos na direção da aprovação da PEC-45, estamos na direção do que todos lá fora conhecem”, concluiu.

## IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA PARA A ECONOMIA

**11%**  
é a participação da indústria de transformação no PIB do país, segundo dados de 2019

**14,6%**  
é a participação do segmento no total de empregos formais do país - ou 6,7 milhões de trabalhadores com carteira assinada

**25%**  
é a participação da indústria de transformação na arrecadação total de tributos federais, o que correspondeu a R\$ 265,1 bilhões em 2019

**50,6%**  
é a sua participação sobre o total exportado, ou US\$ 131,3 bilhões

## O EMARANHADO DE REGRAS TRIBUTÁRIAS

**617 artigos**  
e atos foram editados sobre o imposto, segundo o decreto nº 7.212, que regulamenta a cobrança do imposto

**442 páginas**  
tem somente a tabela de incidência do IPI; alteradas por 7 decretos entre 2016 e 2020, e 8 atos declaratórios

**91 regras**  
e atos foram editados somente neste ano, segundo o sistema de normas da Receita Federal

**3.090 pareceres,**  
normas, atos, instruções normativas e portarias referentes ao imposto foram publicadas nos últimos 20 anos

**170 mil palavras**  
constam no regulamento do ICMS do Estado de São Paulo

**27 regulamentos**  
tem o país para regular o imposto, um por Unidade da Federação, cada qual com suas especificidades

**47 convênios**  
de ICMS no país foram firmados somente no período de 1º de fevereiro a 3 de junho deste ano

**PIS e COFINS**  
**75 leis**  
existiam até 2012, criadas para regular o imposto. 73 dessas leis ocupavam uma coletânea de três volumes, com 1.216 páginas

**Mais de 2.000 páginas**  
compõem a legislação, com 5 tipos de contribuições relacionadas ao PIS e a Cofins, segundo a Receita Federal

**O PESO NO DIA A DIA DAS EMPRESAS**  
**São 403.322 normas**  
tributárias editadas desde a Constituição Federal de 1988 até 2019

**30 novas**  
regras ou atualizações tributárias, em média, são editadas por dia, o que corresponde a 217 normas tributárias por hora (considerando dias úteis)

**63 tributos**  
e 97 obrigações acessórias (conjunto de documentos, registros e declarações usados para o cálculo de tributos e que precisam ser enviados à Receita Federal dentro de prazo preestabelecido, sob pena de multa) estão em vigor

**Mais de 3.790 normas,**  
em média, têm de ser seguidas pelas empresas

## ‘Assistimos a um processo precoce de desindustrialização’

O economista e ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore defendeu durante o seminário Indústria em Debate - Custo Brasil e Reforma Tributária a urgente necessidade de uma reforma tributária para frear o processo de desindustrialização pelo qual passa o Brasil.

“A indústria brasileira, que até 2006 vinha acompanhando o mesmo ritmo de crescimento do PIB (soma das riquezas produzidas no país), está perdendo importância na economia do país. Enquanto isso, no mundo inteiro, a produção industrial não parou de subir. Ela estagnou no Brasil e na América Latina, pois o país tem um peso grande na economia latino-americana”, afirmou.

Segundo Pastore, a desvalorização do crescimento chinês e a desvalorização do real desenharam um quadro de recessão agravado pelo Custo Brasil. “A crise de 2008 e a recessão de 2014 afetaram significativamente o setor industrial. Estamos assistindo a um processo precoce de desindustrialização no país. O setor não tem conseguido se recuperar, pois isso é urgente adição de medidas para solucionar esse problema.”

Questões relativas à elevada taxa de juros e ao câmbio desfavorável, que antes atrapalhavam a indústria, estão equacionadas, mas, de acordo com o economista, o problema do setor está longe de ter sido resolvido. “O Custo Brasil e, principalmente, a questão tributária, continuam dificultando as exportações. Isso é ruim para o país, pois as indústrias que exportam costumam ser muito mais eficientes e competitivas”, disse Pastore.

Para o economista, a reforma tributária deverá corrigir as distor-

ções que foram acumuladas ao longo de décadas. “Unir tributos como IPI, ICMS, PIS, Cofins e ISS em uma única alíquota federal por meio de um imposto sobre Valor Agregado, cobrado no ponto de destino do produto, é uma boa solução. Temos uma oportunidade de fazer uma reforma tributária revolucionária para a indústria e para o crescimento econômico”, disse.

O ex-presidente do BC afirmou que uma das maiores distorções que afeta a competitividade da indústria é o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). “A ideia original era boa. Quando foi criado, em 1966, tinha a função de ser um imposto sobre valor adicionado, mas se descaracterizou.”

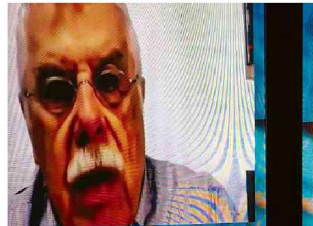
Hoje, o ICMS influi a vários níveis, sendo o principal, disse Pastore, o fato de ser cobrado na origem, onde o bem é produzido. Isso causa cobrança em cascata, gera uma fiscal entre estados e inviabiliza a recuperação de créditos. Além disso, muitas dessas empresas passam a produzir distante de portos, dos centros consumidores, aumentando custos como, por exemplo, de logística, prejudicando ainda mais a competitividade.

Segundo Pastore, a reforma tributária deve ainda permitir que as empresas recuperem todos os créditos que incidiram nas fases de processamento do produto. Também é importante isentar o produto exportado do imposto sobre bens e serviços. “O que o país precisa é de uma reforma tributária simples sobre bens e serviços que introduza um IVA verdadeiro, com alíquota única, que seja cobrado no destino do bem em sua origem. Isso colocaria um ponto final no estímulo à guerra tributária e fiscal entre os estados”, afirmou Pastore.



“Precisamos de uma reforma tributária urgente, que não é uma reforma do governo, da Câmara, do Senado ou de qualquer outro setor específico. É preciso uma reforma do Brasil”

**José Ricardo Roriz Coelho**, vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico)



“No mundo inteiro, a produção industrial não parou de subir. Ela estagnou no Brasil, e isso não é uma coisa que deriva da incapacidade dos empresários. O que está errado é a política econômica”

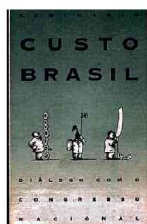
**Afonso Celso Pastore**, economista e ex-presidente do Banco Central

**SESI SENAI**  
PELO FUTURO DO TRABALHO

APRESENTAM

# Há mais de 25 anos, termo **Custo Brasil** sintetiza obstáculos ao desenvolvimento

Tema de seminário promovido pela CNI em 1995, expressão segue atual, já que problema ainda trava o crescimento da indústria e dos demais setores



Cartilha Custo Brasil, de 1995

Em 1995, no auge do lançamento do Plano Real, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) promoveu um seminário no qual, pela primeira vez, o termo **Custo Brasil** foi levado para um debate em âmbito nacional. Com a participação de empresários, economistas e parlamentares, o evento propiciou uma ampla discussão sobre o conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que, à na época, atrapalhava o ambiente de negócios no país. Esse conjunto encarece os custos das empresas e dificulta seus investimentos.

A estimativa é que o Custo Brasil drene R\$ 1,8 trilhão por ano das empresas instaladas no território nacional, o que representa 22% do PIB (Produto Interno Bruto).

Esse custo cria uma reação em cadeia que se reflete no preço final de produtos e serviços, tornando-os mais caros para todos.

No ano seguinte, em 1996, em documento elaborado pela CNI, o então presidente da entidade, Mário Amato, afirmava que o Brasil tinha pressa. As empresas industriais brasileiras, argumentava, haviam passado por um processo de crescimento, refletido em ganhos de qualidade e produtividade apesar das condições adversas, como "deterioração da infraestrutura, sistema tributário complexo e penalizador dos investimentos e das exportações, custos portuários excessivos e custos regulatórios incompatíveis com uma economia aberta".

Passados 25 anos do seminário, pouco ou quase nada mudou no cenário do Custo Brasil. Em março deste ano, o empresário Jorge Gentau, integrante do Grupo de Controladores da Gerdau S.A. e do MBC (Movimento Brasil Competitivo), voltou à carga em entrevista

na revista Indústria Brasileira, uma publicação da CNI: "Do cidadão comum ao setor produtivo, todos sofrem as consequências de um sistema tributário complexo, de excessos burocráticos, de elevados custos do crédito, de enormes gargalos logísticos e de uma insegurança jurídica que não estimula os investidores, que fez com que, em quase 20 anos, o Brasil ocupasse posições incômodas nos principais rankings internacionais de competitividade".

O empresário da indústria não é o único a apontar o problema. Em 2019, o senador Roberto Rocha (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária, afirmou que o Brasil não depende de grandes reformas constitucionais, que são mais difíceis de serem aprovadas, mas de ações sobre legislação comum, mudanças que partiriam de iniciativas dos poderes Executivo e Judiciário.

"Além de atacar os atuais entraves tributários, a redução do Custo Brasil requer a modernização e a ampliação da infraestrutura, o corte dos custos dos financiamentos, o combate à burocracia, o aumento da segurança jurídica e a qualificação profissional dos trabalhadores", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Quem vai decidir, no entanto, é o Legislativo, onde, segundo a maioria dos parlamentares, há boa vontade para o tema. "Não conheço um único setor contrário à reforma. O Brasil tem pressa em superar o manjão tributário em que vivemos", diz o senador Roberto Rocha (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária.

## 25 ANOS DE VAIVÉM TRIBUTÁRIO (1995-2020)

### FHC 1995-2002

- Agosto 1995**  
Poder Executivo encaminha ao Congresso Nacional a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 175-A, tratando apenas da tributação sobre o consumo
- Setembro 1995**  
Instituída a atual Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados
- Novembro 1996**  
Entra em vigor a "Lei Kandir", que isentou as exportações do ICMS. Governadores se preocupam com a perda da arrecadação
- Janeiro 1997**  
Começa a vigorar a CPMF (Contribuição Provisória Sobre Movimentações Financeiras) para arcar com gastos em saúde
- Setembro 1997**  
O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, propõe uma reforma mais abrangente. Surgem duas linhas: uma baseada na PEC 175-A e fundamentada na ideia do ICMS ou IVA partilhado; outra originada da chamada Primeira Proposta Parente, com IVA federalizado
- Novembro 1998**  
O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, propõe uma reforma mais abrangente. Surgem duas linhas: uma baseada na PEC 175-A e fundamentada na ideia do ICMS ou IVA partilhado; outra originada da chamada Primeira Proposta Parente, com IVA federalizado
- Novembro 1998**  
Entrou a 2ª Proposta Parente, com repartição de competência mais descentralizada entre União e Unidades da Federação
- Agosto 1999**  
CPMF é estendida por mais 3 anos
- Junho 2000**  
Alíquota da CPMF é reduzida para 0,3%
- Agosto 2000**  
Poder Executivo apresenta nova proposta e questiona a excessiva constitucionalização da matéria tributária no Brasil; documento não é sequer apreciado pela Comissão na Câmara
- Março 2001**  
Alíquota da CPMF volta para 0,38%
- Junho 2002**  
CPMF é prorrogada por mais 2 anos

### LULA 2002-2010

- Abril 2003**  
Poder Executivo encaminha PEC 41, que busca simplificar o sistema tributário, reduzir a cumulatividade e acabar com a guerra fiscal
- Dezembro 2003**  
CPMF é estendida por mais 4 anos
- Junho 2004**  
Poder Executivo apresenta a PEC 293, aprovada na CCJ e pela comissão especial da Câmara somente em dezembro de 2013 e que serviu de base para a PEC 110/2019
- Dezembro 2007**  
CPMF é derrocado pelo Congresso
- Fevereiro 2008**  
PEC 235 é aprovada pela Comissão, mas não entra na pauta do plenário da Câmara

### DILMA 2010-2016

- Abril 2012**  
Poder Executivo envia ao Congresso as MPs 563 e 564, que concedem isenções fiscais e ampliam as fontes de financiamento para alguns setores da economia

### TEMER 2016-2018

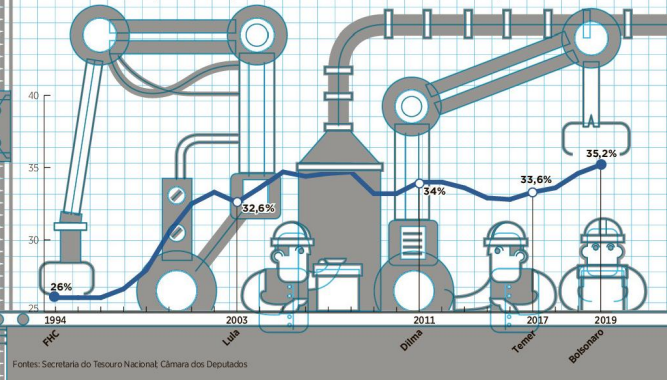
- Março 2017**  
Presidente Michel Temer promete editar medidas provisórias para mudar regras do PS e da Cofins
- Agosto 2017**  
Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) apresenta minuta de reforma tributária, mas a intervenção federal no Rio frustra as expectativas, pois a Constituição proíbe mudanças por meio de emendas quando uma intervenção está em vigor

### BOLSONARO 2018-2020

- Abril 2019**  
Câmara dos Deputados apresenta a PEC 45, que propõe a substituição de três tributos federais (IPI, Cofins e PS), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS) por um único: o IBS (Imposto Sobre Bens e Serviços)
- Julho 2019**  
Senado apresenta a PEC 110, que propõe a extinção de seis tributos federais (PI, IOF, PS, PISn, Cofins, Salário Educação e Cide), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS) e a criação de dois novos impostos: IBS e imposto seletivo
- Agosto 2019**  
Frente Parlamentar Mista de Reforma Tributária protocola PEC 128, que prevê o IBS, mas mantém o IPI e cria o IMF (Imposto Sobre Movimentação Financeira)
- Julho 2020**  
Governo começa a enviar ao Congresso, em partes, seu projeto de lei, que prevê a unificação do PS e da Cofins e cria a CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços)

## EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL ENTRE 1995 E 2020

Quanto todos os impostos, taxas e contribuições pagos no Brasil representaram do PIB do país ano a ano; aumento foi de 35% em 25 anos







Relatório Competitividade Brasil 2019-2020 elaborado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) coloca o Brasil na 17ª posição na comparação com outras 17 economias com características similares à brasileira. Segundo o estudo, o ambiente de negócios no país até melhorou nos últimos dez anos, mas não o bastante.

Na classificação geral, levando-se em conta variáveis que mensuram o conjunto de características favoráveis à realização de negócios, o Brasil fica em penúltimo lugar, à frente apenas da Argentina. Coreia do Sul, Canadá e Austrália lideram o ranking quando o assunto é competitividade global.

O estudo avalia fatores que impactam diretamente os negócios internos e externos dos 18 países, como Ambiente Macroeconômico, Ambiente de Negócios, Educação, Estrutura Produtiva, Escala e Concorrência, Financiamento, Infraestrutura e Logística, Tecnologia e Inovação, Trabalho e Tributação.

De todos os itens, o Brasil se saiu melhor em Tecnologia e Inovação (8º lugar) e Trabalho (9º lugar), mostrando avanços ao longo dos últimos dez anos com redução de burocracias e melhoria na legislação trabalhista.

Na outra ponta, que poderia ser chamada de "arcaria engrenagem", emperrou no penúltimo lugar em Tributação e no último em Financiamento. O levantamento mostra que aqui é mais difícil obter dinheiro para investir na produção e mais fácil prendê-lo na complexa e desigual trama tributária.

O custo do capital no Brasil é muito superior ao encontrado nos demais países avaliados. Em 2018, a economia brasileira apresentou a mais alta taxa de juros real de curto prazo (8,8%) e o maior spread de taxa de juros (32,2%). Em relação aos tributos, a carga no país mostrou estar entre as mais elevadas quando medida em relação ao lucro das empresas. Segundo dados da pesquisa Doing Business 2020 do Banco Mundial, em 2019 o montante de impostos e contribuições pagos pelas empresas brasileiras representou 65,3% do seu lucro.

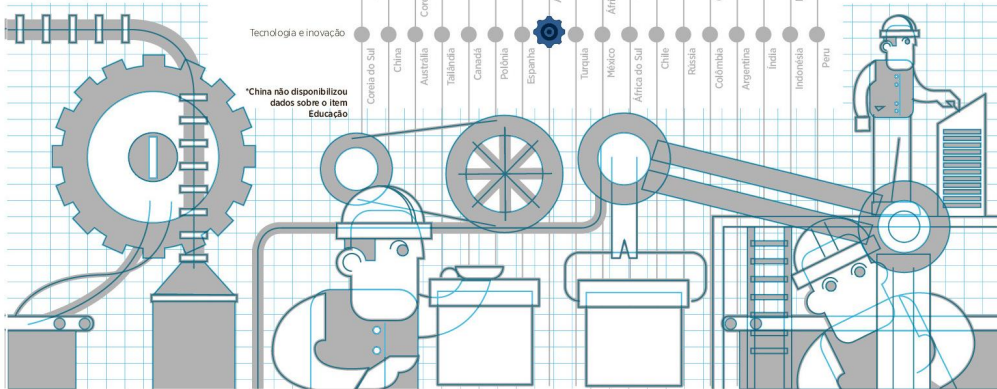
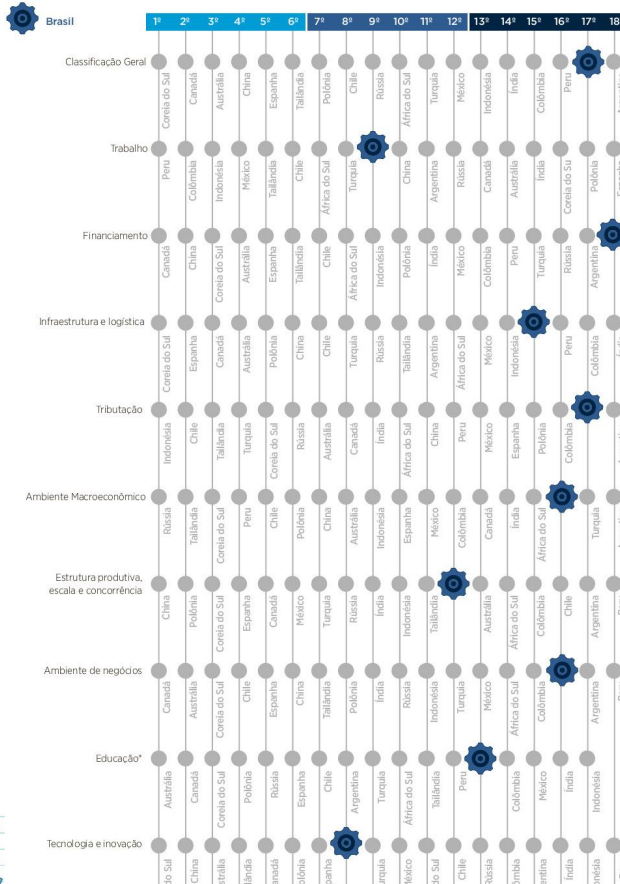
A Turquia, que na classificação geral ficou em 11º lugar, demonstrou ter possível reequilibrar a carga fiscal que onera de modo assimétrico os agentes econômicos de um país. No fator Tributação, ela subiu da 14ª para a 4ª posição, passando do terço inferior (6º ao 18º lugar) para o terço superior do ranking (1º ao 6º). Entre 2018 e 2019, a Turquia realizou reformas que facilitaram o pagamento de impostos no país, melhorou o portal online para cumprir as obrigações tributárias e isentou do IVA (Impostos sobre Valor Agregado) certos investimentos.

# Brasil ocupa penúltimo lugar em competitividade

Relatório da CNI compara país com outras 17 nações, levando em conta as condições para realização de negócios

## PAÍS VAI MAL NO RANKING MUNDIAL

Estudo analisa condições dos países para realizar negócios



Também no fator Ambiente Macroeconômico, o Brasil não se saiu bem: ficou em 16º lugar, à frente apenas da Turquia e Argentina. O resultado é determinado, especialmente, pela falta de equilíbrio fiscal, importante elemento para garantir um ambiente macroeconômico favorável ao investimento, ao lado da estabilidade monetária e do equilíbrio externo.

"Não estamos isolados no mundo e temos de enfrentar os nossos entraves. O importante é que saibamos quais são eles, a tributação e o spread bancário", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. "É necessário reduzir o Custo Brasil e aumentar a competitividade do país para chegarmos à posição de nação desenvolvida. Precisamos de uma indústria forte, dinâmica e competitiva, que olhe para o futuro, sendo cada vez mais inovadora, global e sustentável."

Atualmente, o Brasil não está entre os seis primeiros do ranking em nenhum dos nove fatores avaliados, mas apresentou desempenho mediano em alguns deles. Em Tecnologia e Inovação, por exemplo, realizou o quinto maior investimento em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) sobre o PIB (1,26%). O país também ocupa posição intermediária quanto à publicação de artigos científicos e técnicos em jornais de alto impacto e às exportações de alta tecnologia – uma medida de inovação nas empresas.

O Brasil obtve ainda, pela segunda edição consecutiva, redução no tempo dos procedimentos para abertura de empresa (caiu de 79,5 dias para 2015 e, agora, para 17). Nessa edição, registros queda, na comparação com a anterior, no custo para completar os procedimentos para abertura de empresa: representava 5% da renda per capita, caindo para 4,2% do cálculo final, de acordo com o estudo da CNI, a média geral do Brasil cresceu. A média das notas obtidas nos nove fatores subiu de 4,26 para 4,4, mostrando que a situação do país melhorou. No entanto, como o Brasil está distante dos países imediatamente acima e como tais países também avançaram, a melhora da situação brasileira não foi suficiente para o país subir de posição no levantamento.

O relatório Competitividade Brasil foi publicado pela primeira vez em 2010. Houve edições posteriores em 2012, 2013, 2014, 2016, 2017-2018, 2018-2019 e, a mais recente, 2019-2020.

Segundo a CNI, o estudo tem como foco um conjunto limitado de países que, por suas características econômico-sociais e posicionamento no mercado internacional, constituem um referencial mais adequado para a avaliação do potencial competitivo das empresas brasileiras.



APRESENTAM

# Estudo revela supercustos para a empresa nacional

Indústrias brasileiras pagam R\$ 1,5 trilhão a mais por ano para realizar seus negócios na comparação com os países membros da OCDE; governo diz que meta é zerar o Custo Brasil

**N**o campo da competitividade global e também interna, as empresas brasileiras começam o jogo em desvantagem na comparação com as de países desenvolvidos. Culpa do chamado Custo Brasil, que agrega alta e complexa tributação, burocracia excessiva e gargalos de logística. Essa certeza foi quantificada por um estudo encomendado pelo Ministério da Economia e realizado pelo movimento Brasil Competitivo (MBC) e associações do setor produtivo. O estudo, inédito, comparou o Brasil com membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e estimou o tamanho da desvantagem: R\$ 1,5 trilhão, que é o valor

pagado a mais pelas empresas brasileiras para realizar seus negócios. Essa cifra representa 2,2% do PIB, que é a soma de todas as riquezas produzidas no país.

A redução do Custo Brasil sempre foi uma das principais bandeiras da CNI (Confederação Nacional da Indústria) (leia na pág. 4). O tema é crucial para o crescimento e desenvolvimento econômico do país, uma vez que a redução deste custo impulsionaria a retomada da atividade econômica, do emprego e da renda.

O trabalho do MBC levou quatro meses de coleta e agrupamento de centenas de dados e índices e contou com a parceria da iniciativa privada e do poder público. Mas a questão mais importante é: como reduzir esse custo que tira a competitividade das empresas brasileiras?

Para o secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepce), do Ministério da Economia, Carlos da Costa, a estratégia é atuar em cada um dos temas levantados no estudo, mas priorizando aqueles que têm maior impacto para as empresas brasileiras. Costa é responsável pelo Programa de Melhoria Contínua da Competitividade, que usa como guia o estudo sobre o Custo Brasil.

"Os trabalhos práticos para reduzir os custos para as empresas já foram iniciados e nossa ambi-

ção é zerar o Custo Brasil. Até o final deste ano deveremos fechar as metas com os índices de redução a cada ano: 2021, 2022, 2023 e assim sucessivamente. Mas o mais importante é que já sabemos o caminho, o que precisa ser feito e contamos com o apoio e ajuda dos setores privados e produtivos. Eles estão indicando o rumo a ser seguido e estamos trabalhando juntos para solucionar esse problema", afirmou Costa.

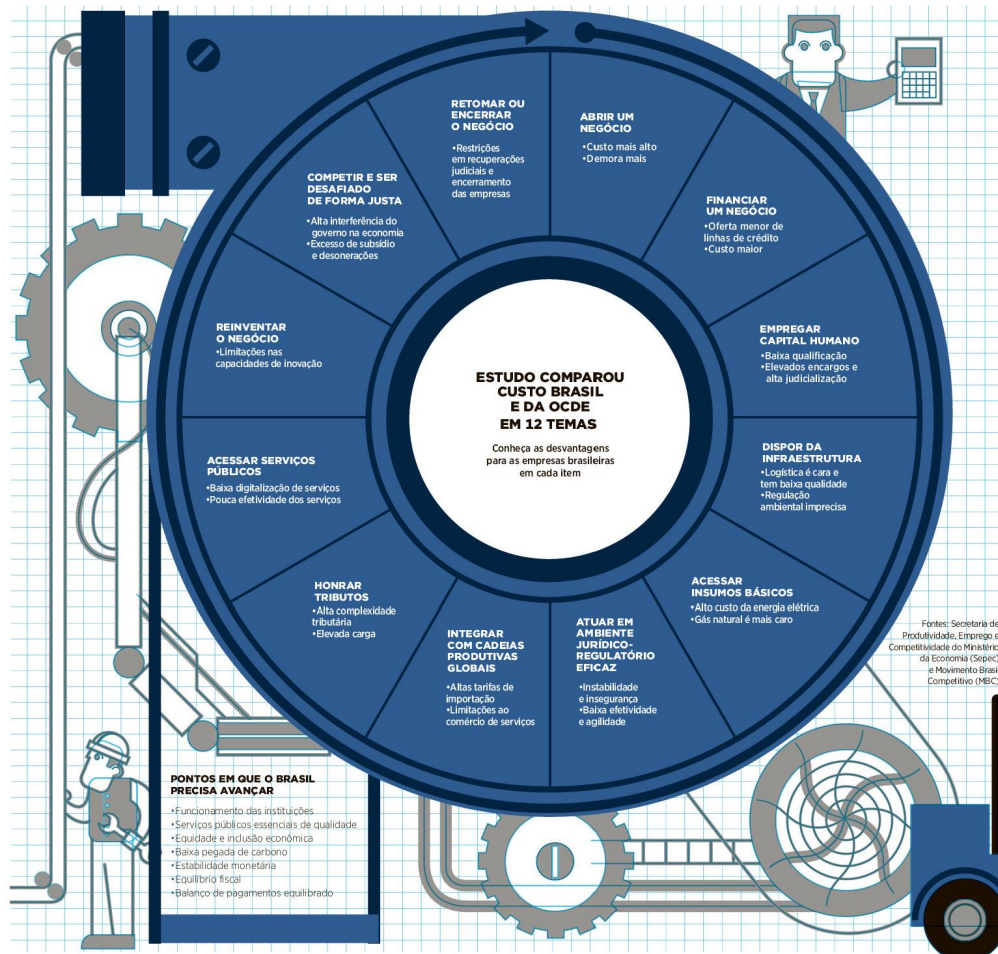
Para se chegar ao cálculo do Custo Brasil foram analisados 12 temas (veja quadro abaixo), representando o ciclo de vida de uma empresa. De total de itens analisados, cinco impactam de forma mais significativa os negócios e representam quase 80% do Custo Brasil. São eles: empregar capital humano, que está estimado entre R\$ 260 milhões e R\$ 320 milhões; honrar tributos, que custa cerca de R\$ 260 milhões a mais às empresas brasileiras; dispor de infraestrutura, fundamentalmente logística e comunicação, que causa um impacto a mais nos negócios de cerca de R\$ 10 milhões; acesso a capital ou financiar o negócio, estimado em cerca de R\$ 200 milhões; e insegurança jurídica, cujo custo é de cerca de R\$ 80 milhões.

Para o empresário e presidente do Conselho Superior do MBC, Jorge Gerdaun, a cifra é catastrófica. "Se as empresas brasileiras

não estiverem no mesmo patamar que suas concorrentes globais, elas não terão mercado. A competitividade global é cada vez mais acirrada", disse Gerdaun.

Humberto Barbatto, presidente da Abinec (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), afirma que as empresas do setor que representa sentem ainda mais os impactos do Custo Brasil. "Antes mesmo da pandemia chegar ao Brasil, em fevereiro, as empresas eletroeletrônicas já sofriam com a falta de componentes, que vêm da China. O Brasil não consegue atrair fábrica de componentes por tem um custo muito alto. Esse problema precisa ser resolvido, pois quando falamos em indústria 4.0 temos que ter uma indústria eletrônica de altíssimo nível. Não podemos depender totalmente da China", diz Barbatto.

O estudo, segundo José Velloso, presidente executivo da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas), mostrou os enormes desafios enfrentados pelas empresas no Brasil. "No caso específico da indústria, o peso dos tributos é ainda mais pesado que para qualquer outro setor. Por isso, a urgência da necessidade da reforma tributária. Para o orçamento do país, a principal reforma foi a da Previdência, mas para o setor produtivo, a principal é a tributária, sem dúvida", disse Velloso.



# Complexidade e distorções tributárias travam inovação

Para empresários, sistema brasileiro é um verdadeiro "manicômio tributário" que atrasa integração no país e no mercado global

O sistema tributário brasileiro é complexo, burocrático e com distorções que elevam os custos das empresas, penalizam as exportações e os investimentos e trazem insegurança jurídica e problemas com o fisco.

A combinação desses fatores cria barreiras para a indústria nacional se integrar a cadeias produtivas globais e focar recursos no que deveria: inovação, pesquisa e qualificação da mão de obra.

Esses são considerados elementos fundamentais para o setor sobreviver a crises, como a que o país enfrenta, em consequência da pandemia do coronavírus, e competir com outros mercados.

A afirmação é unânime entre empresários, líderes de associações de diferentes segmentos da indústria, advogados tributários, economistas e pesquisadores consultados. Parte deles participa ativamente do debate e das propostas de reforma tributária, defendida para simplificar a tributação e minimizar os impactos desse sistema.

"Infernal", "esquizofrênico", "anacrônico", "cheio de puxadinhos" e "manicômio tributário" são expressões frequentemente usadas por eles para dar dimensão do que envolve a questão.

Enquanto em apenas 19 países as indústrias pagam um imposto único, o IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) ou uma variação dele, aqui são cinco tributos, cobrados pela União (IPI, PIS, Cofins), por estados (ICMS) e municípios (ISS), que incidem direta ou indiretamente sobre o consumo de bens e serviços.

Cada um dos 26 Estados e DF tem normas e especificidades para as legislações do ICMS, o imposto considerado mais nocivo à competitividade das empresas, segundo pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria). E cada um dos mais de 5.500 municípios tem, por sua vez, regras para o ISS.

Em um arcabouço de regras federais, estaduais e municipais que já reúne quase 400 mil normas e leis nos últimos 30 anos, segundo especialistas, por dia, 30 regras são criadas ou atualizadas.

Responsável por um terço de toda a arrecadação de impostos federais por 30% das contribuições à Previdência, o setor industrial, cuja participação é de 2% na economia, é um dos mais penalizados não só pelo peso da carga tributária, mas pela estrutura do sistema.

As regras permitem desde a sobreposição de impostos até a impossibilidade de receber de volta os créditos gerados pelos tributos pagos em várias etapas da produção. "A carga tributária da indústria, que já é o dobro da média dos demais setores, fica maior ainda com o impacto das distorções, que são agravadas ainda mais pela crise econômica que vivemos", diz Mario Sérgio Carraro Telles, gerente de Políticas Fiscal e Tributária da CNI.

Entre abril e maio, a pandemia reduziu o faturamento de 57% das empresas exportadoras brasileiras, em cada esfera administrativa. O resultado é uma avalanche de autuações, que custa aos dois lados, mas onera ainda mais o contribuinte.

Coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-S/P), o professor Isaias Coelho, que foi consultor para reformas tributárias do FMI, chama a atenção para as distorções geradas na tributação do ICMS – cobrado de forma mista, em parte pelo estado de ori-

gem (onde o produto é fabricado) e no destino (onde será consumido). Na tributação, os estados usam suas alíquotas para favorecer determinados produtos, atrair empresas, o que gera guerra fiscal, muitas vezes sem transparência, e desequilíbrio a concorrência entre indústrias de um mesmo segmento.

"Com mudanças oportunistas, manipulações de base de cálculo e competição tributária predatória entre os estados, o ICMS precisa ser reformulado. Existem vários problemas", diz o professor. Europa e EUA, assim como países de outras regiões, adotam a tributação no destino de seus impostos sobre valor agregado. "Para um país ser competitivo, não pode ter um clima de negócios como existe aqui", diz Coelho.

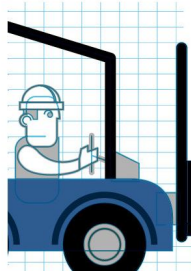
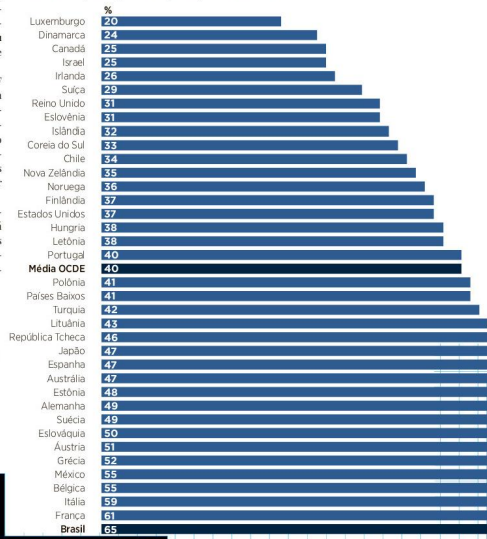
A complexidade do sistema também inibe o desenvolvimento, principalmente de indústrias de menor porte, que são desestimuladas a crescer e gerar empregos porque não têm como arcar com custos da complexidade da tributação, diz Fernando Pimentel, presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção).

"No Brasil, as empresas menores vivem a síndrome de Peter Pan. São condenadas a ficar pequenas porque, se saírem do Simples (regime de tributação simplificado), não sobrevivem", diz Pimentel.

A multiplicidade de alíquotas também gera dívidas frequentes no contribuinte e no próprio fisco, em cada esfera administrativa. O resultado é uma avalanche de autuações, que custa aos dois lados, mas onera ainda mais o contribuinte.

## MAIS TRIBUTOS

Empresas da OCDE dedicam, em média, 38% a menos de seus lucros para impostos do que empresas brasileiras



## O NÓ TRIBUTÁRIO NO BRASIL

Principais problemas e distorções do sistema tributário brasileiro

**1. Excesso de cobranças**  
São cinco grandes tributos cobrados de forma fragmentada por três esferas de governo:

**IPI** (Imposto sobre Produtos Industrializados)  
**PIS** (Programa de Integração Social)  
**Cofins** (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)



Todos incidem sobre bens e serviços em várias etapas da cadeia produtiva enquanto a maior parte dos demais países têm um imposto só, que incide sobre valor agregado.

### OUTRAS COBRANÇAS

- Sobre os lucros, as indústrias pagam RRPJ (Imposto de Renda da PJ) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- Sobre a base na folha de salários, são pagas contribuição patronal à Previdência Social Patronal e FGTS
- Imposto sobre a Exportação, Imposto sobre a Importação e Imposto sobre operações de Crédito (IOF)
- Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre combustíveis, royalties e energia elétrica, além de taxas municipais como Coleta de Lixo, Combate à Incêndio, Conservação e Limpeza Pública, Iluminação Pública e Alvará

### 2. Sistema de cumulatividade

Tributos incidem em duas ou mais etapas, sem a possibilidade de ser descontados na fase posterior da cadeia, com isso empresas acumulam créditos que não são recuperados totalmente

### 3. Deficiências na compensação e no ressarcimento dos créditos tributários

Compensação de créditos tributários é parcial e demorada, o que gera desvantagem na concorrência internacional. O ISS, por exemplo, não gera crédito tributário e acaba incidindo em todas as etapas de um produto produzido no Brasil

### 4. Oneração dos investimentos

Tributos pagos na compra de máquinas ou equipamentos, por exemplo, adiantados na fase de construção de uma empresa, só podem ser debitados após a empresa entrar em operação

### 5. Adoção do cálculo por dentro e transferência

Tributos incidem sobre eles mesmos. Exemplo: um produto que custa R\$ 100 e cuja alíquota de ICMS é de 18% paga, na verdade, R\$ 21,95, porque a alíquota é calculada também sobre o imposto devido

### 6. Tributação na origem e no destino

A arrecadação do ICMS é mista – cobrada na origem (pelo estado em que o produto é fabricado) e no destino (pelo estado em que produto será consumido). Alíquotas variam de estado para estado, o que abre uma guerra fiscal entre eles

### 7. Complexidade e insegurança jurídica

Grande número de tributos, diferentes métodos de apuração, constantes alterações de regras tributárias e a quantidade significativa de regimes de exceções fazem com que o recolhimento e a fiscalização tributária tenham custos extremamente elevados

### 8. Falta de coordenação entre legislações tributárias

Tributos são cobrados pela União, pelos estados e pelos municípios sem unificação de regras. De 1988 até 2019, foram editadas 403.322 normas tributárias. Isso corresponde a 217 normas por hora (considerando dias úteis)

### 9. Calendário desfavorável de recolhimento

Empresas pagam os tributos antes de receberem pela venda que gerou o recolhimento do imposto. Ex: indústria espera em média 45 dias para receber por uma venda, mas deve recolher IPI e PIS/Cofins no dia 25 do mês subsequente ao da venda





APRESENTAM

# Sistema tributário inibe investimentos

Impostos e custo financeiro fazem instalação de uma siderúrgica no Brasil ser 10,6% mais cara

**O**ito em cada dez empresários reprovam o sistema tributário brasileiro, apontado como um fator de desestímulo aos investimentos no setor industrial. Os dados constam de uma pesquisa realizada pela UNI com indústrias de todos os segmentos em diferentes regiões do país.

A reprovção faz sentido quando se sabe que somente para instalar uma siderúrgica no Brasil, por exemplo, o custo é 10,6% mais alto que em outros países por causa de impactos diretos e indiretos dos tributos sobre bens e serviços.

"Significa dizer que as muitas tribuições geram um gasto adicional de R\$ 8 bilhões no investimento, considerando uma simulação que fizemos", diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, ao se referir ao estudo feito pela Ernst & Young para calcular o custo de instalação de uma siderúrgica aqui e lá fora.

O que pesa mais nessa conta é que existem tributos pagos que não podem ser recuperados ao incidirem nas aquisições feitas pela empresa ainda na fase de realização do projeto, como o ISS, o Imposto de Importação (II) e o IPI. Só esse grupo responde por 6% de aumento no custo final.

O adicional de 4,6 pontos percentuais (para chegar na soma total de 10,6% de impacto) vem das restrições para usar os créditos de tributos que podem ser recuperados (parcial ou integralmente) ao incidirem na fase pré-operacional.

No caso do PIS e do Cofins, por exemplo, os créditos só podem ser recuperados depois que a indústria entra em operação. No ICMS, também há limitações: a devolução dos créditos é feita em 48 meses, sem correção, após a unidade começar a operar. Na prática, uma empresa que realizasse o investimento (citado no estudo) levaria 15 anos para recuperar os créditos acumulados na fase de construção.

Desde 2000, uma lei complementar estabelece prazo de 48 meses para recuperar créditos de ICMS na compra de bens de capital (máquinas, equipamentos, material de construção e bens para produção).

"Bens de capital representam 1/3 da taxa de investimento total do país. Como podemos incentivar investimentos se a empresa tem que carregar por quatro anos um crédito tributário?", diz José Velloso, presidente da Abimaq, associação das fabricantes de máquinas.

Daniushe, presidente das Sudepicas, que reúne as indústrias de autopeças, tem a mesma avaliação. "Se a empresa está investindo, comprando uma máquina, tem que se creditar imediatamente. É natural tomar o crédito daquilo que gastou. No Brasil, esse processo é lento e funciona como se fosse a decretação do ativo", diz.

O ICMS é considerado o tributo mais negativo para a indústria em todas as regiões e segmentos do setor, segundo a pesquisa da UNI. Como grande parte das indústrias exporta ou compra eventos paradiplomáticos, nas vendas e nas

compras interestaduais, os créditos vão sendo gerados e acumulados.

"Mínimo de centenas de regimes especiais, a cada semana, em média, a legislação de ICMS de um estado sofre alteração", diz Joshepe. "A reforma tem que simplificar a quantidade de alíquotas, tributar no destino não na origem, o que deve acabar com a guerra fiscal que contribui para criar ainda mais distorções no sistema."

Para Carlos Abijoadi, diretor de Desenvolvimento Industrial da UNI, é preciso rever a tributação nos investimentos de bens e serviços de uma forma geral e principalmente se ligados à inovação. "Quando a empresa compra um serviço técnico, o 'know-how' de outro país, ele é fortemente tributado, com royalties. Isso cria barreiras para a tecnologia ser acessível e chegar a um preço melhor às indústrias que queiram investir", explica o diretor.

## IMPACTO AO EXPORTAR

Outra distorção é que alguns produtos exportados chegam a carregar até 7% de resenhas de tributos, dependendo do tamanho da cadeia produtiva.

Cadeias mais longas, como a têxtil e a automotiva, por exemplo, sofrem com a questão - porque os tributos pagos vão gerando créditos não compensados ou devolvidos em parte) e se acumulando em cada etapa da produção. As deficiências do sistema encarecem os produtos nas etapas finais das cadeias de valor e limitam a competitividade do produto brasileiro.

Sem a perspectiva de retomada da economia e do mercado interno, a solução imediata é a exportação, diz o presidente do Instituto Aço Brasil. Por causa da crise, o setor industrial opera com capacidade ociosa média de 45% a 50%. "Mas não compete com outros mercados se exportamos impostos por meio dos resíduos tributários que nosso sistema não permite zerar?"

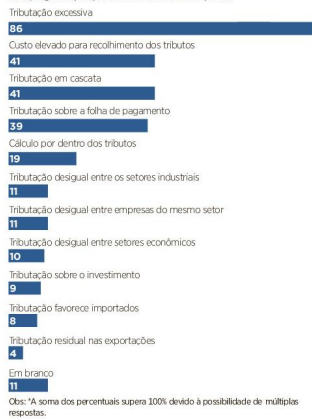
A indústria defende o aumento da alíquota do Reintegra, programa que incentiva exportações por meio da devolução de créditos tributários. A alíquota de 7% foi reduzida para 0,1% no governo Temer como parte de uma política de diminuir incentivos. Para a indústria, que disputa na Justiça a volta dos 7%, o programa é um instrumento de ressarcimento, não de benefício fiscal.

"Enquanto falamos em um mecanismo para ressarcir créditos de 7%, a China tem programa com alíquota de 17%", diz Mello Lopes.

O cenário pós-pandemia deve acirrar a disputa entre os países e as empresas exportadoras, o que vai dificultar a situação do setor industrial se a reforma tributária demorar para sair. "Todos os países já fizeram avaliação de cessa, reformando os sistemas tributários, trabalhistas e eliminando barreiras da burocracia", diz o diretor da UNI. "O país tem potencial para atrair mais investimentos, por suas condições estratégicas de localização, mercado consumidor, matéria e mão de obra. Mas pesam na balança as dificuldades da insegurança jurídica e da bagunça tributária."

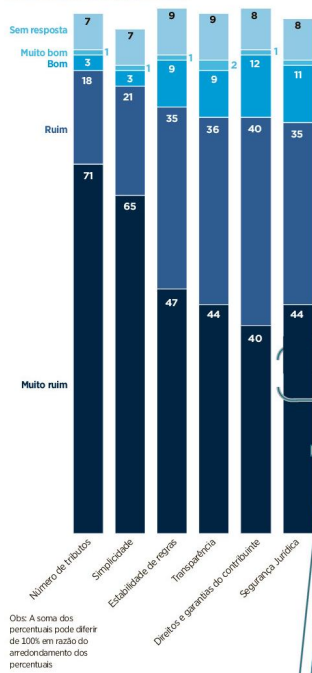
## PRINCIPAIS PROBLEMAS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Em % segundo pesquisa da UNI com 2.083 empresas



## AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Em percentual (%) sobre total de respostas



## ICMS é o tributo mais perverso para a indústria

### FORA DE PADRÃO

Pesquisa divulgada pela UNI no ano passado mostrou que 42% dos empresários consideram o ICMS, de uma lista de sete tributos, como o mais prejudicial para seus negócios. "O pior imposto de todos é o ICMS. Cada estado arrecada de uma forma diferente sobre um produto que, por exemplo, já tinha sido tributado em São Paulo", disse Humberto Gonçalves, sócio da TecStan, fabricante de parafusos e materiais de construção que comercializa seus produtos em todo o país.

Depois do ICMS, o IBCA e o Cofins foram apontados como mais perversos, com 10% das respostas. Na pesquisa, que ouviu 2.083 companhias de diferentes portes, 4% dos empresários consideram o imposto em cascata, quando uma taxa compõe a base de cálculo de outra, como um dos principais problemas do sistema de arrecadação. Só perdeu em respostas pela "carga tributária total", vista como excessiva por 86% dos entrevistados (veja ao lado).

A pesquisa constatou ainda que 70% dos empresários do setor consideram a estrutura tributária brasileira como "ruim" ou "muito ruim". O aspecto mais mencionado, com 86% das respostas negativas, foi o elevado número de tributos.

Dos entrevistados, 86% consideraram o sistema muito complexo e defenderam mais simplicidade.

O sistema brasileiro de tributação sobre consumo também destoa completamente do padrão internacional. Enquanto lá fora o IVA incide sobre o consumo de forma integrada, no Brasil há fragmentação com vários tributos para taxar as mercadorias e os bens.

A União Europeia, por exemplo, adota norma que busca harmonia entre as legislações nacionais dos países membros desde 1977, explicou o professor Isaias Coelho, coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV-SP.

Na UE, as exportações feitas para fora do bloco estão livres de IVA, e o exportador recupera o imposto que pagou na compra das mercadorias, inclusive, materiais e serviços aplicados nos bens ou serviços exportados.

Em relação aos investimentos, EUIA, UE e de outras regiões do mundo possuem sistemas tributários mais simples e com regras que reduzem o custo tributário sobre o que é investido.

No Reino Unido, o imposto sobre valor agregado pode ser recuperado integralmente em dinheiro ainda durante a fase de construção de uma fábrica. No México, o saldo credor do IVA também é devolvido à empresa que investe ainda na fase de construção, e o ressarcimento (em dinheiro) tem prazo máximo de 40 dias, com correção da inflação.

## MAIS GASTOS DESDE A IMPLANTAÇÃO

Quanto custa instalar uma siderúrgica no Brasil x outros países em %



## RAZÕES PARA O CUSTO FINANCEIRO NO BRASIL

**Brasil**  
PIS e Cofins: só é possível usar saldos de créditos na fase de construção após a fábrica entrar em operação. ICMS: créditos são recuperados em 48 parcelas mensais após o início das operações.

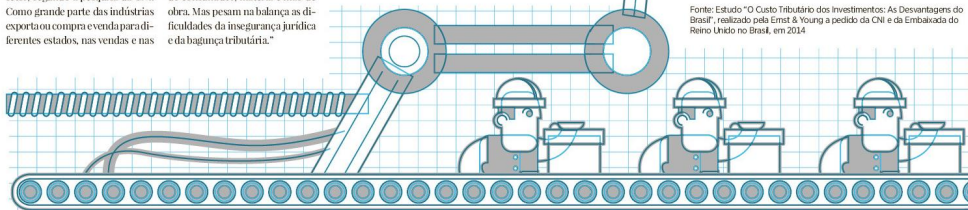
**Demais países**  
Possuem sistemas tributários mais simples e que permitem recuperar créditos rapidamente:

**Reino Unido**  
O IVA (Imposto sobre Valor Agregado) é integralmente recuperável em dinheiro ainda durante a fase de construção.

**México**  
O saldo credor do IVA é restituído em dinheiro ainda na fase de construção e o ressarcimento tem prazo máximo de 40 dias.

**Austrália**  
As empresas que acumulam saldos credores do equivalente ao IVA, o Goods and Service Tax (GST), são restituídas 14 dias após a declaração do imposto.

Fonte: Estudo "O Custo Tributário dos Investimentos: As Desvantagens do Brasil", realizado pela Ernst & Young a pedido da UNI e da Embaixada do Reino Unido no Brasil, em 2014.



# Excesso de alíquotas distorce o princípio da neutralidade

Para empresários, IVA seria capaz de tributar todos os bens e serviços de forma homogênea sem elevar a carga tributária

## TEMPO GASTO PARA PREPARAR IMPOSTOS (em horas/ano)



**A**lém de outras distorções, o atual sistema tributário brasileiro peca pela multiplicidade de alíquotas. Nos tributos sobre consumo (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS), há uma infinidade de alíquotas. Isso acarreta maior dificuldade de enquadramento, pois, em diversos casos, a distinção entre um produto e outro é subjetiva. Um bom exemplo é o caso da Crocs. Afinal, o calçado é uma sandália de borracha ou um sapato impermeável? Dependendo do enquadramento que se dê, o produto Crocs pode pagar uma alíquota maior ou menor. Em casos assim, que não são poucos, a dívida quase sempre acaba nos tribunais.

A multiplicidade de alíquotas pode ser resolvida, segundo especialistas, com a criação de

um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) nacional, em substituição ao IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS e IOF. A alíquota do novo tributo deve ser fixada de modo que não acarrete aumento da carga tributária atual (leia mais na pág. 10).

O excesso de alíquotas é um fator que distorce o princípio da neutralidade, cujo objetivo é evitar a distorção de preços dentro de um mesmo mercado em razão da tributação que incide sobre ele.

Quando um produto tem, por exemplo, alíquota de 5% e outro de 10%, o princípio da neutralidade se perde, e a tributação passa a interferir no preço relativo dos bens e serviços, retirando eficiência da economia.

A CNI entende que o IVA traz essa neutralidade pretendida, ou seja, as regras serão iguais para todos. Um sistema neutro faz com que a taxação sobre o con-

sumo não gere distorções no ambiente de negócios. Sem a neutralidade, corre-se o risco de os tributos distorcem o processo de decisão dos investimentos.

Para Clóvis Panzarin, ex-coordenador tributário da Secretaria da Fazenda de São Paulo, se a tributação do consumo for por um IVA de boa qualidade, seu efeito será neutro para o produtor. O ônus do tributo recairá sobre o consumidor, pois seu bolso seria impactado em maior ou menor intensidade de acordo com os bens e serviços que ele escolher consumir.

Pela proposta defendida pela CNI, haveria uma regra única para o IVA, com a legislação e o regimento unificados nacionalmente. Hoje, os estados e o Distrito Federal têm regras próprias, ou seja, há 27 legislações.

Para o advogado Plínio Marafon, sócio do escritório Marafon, Soares e Nagai Advogados, o IVA a ser criado tem de conservar a seletividade do IPI, mas com faixas de tributação bem menores, como ocorre nos países mais desenvolvidos.

Outra proposta da CNI é o fim do chamado cálculo "por dentro", quando o imposto incide sobre ele mesmo (leia na pág. 10 e 11).

Além de simples, o sistema tem de ser transparente, ou seja, o consumidor precisa saber quanto está pagando de tributos quando compra algum produto ou serviço. Segundo o que propõe a CNI, essa característica também deve nortear o novo sistema tributário brasileiro. Todos ganham com a maior transparência do sistema, pois com ela há uma compreensão mais clara do peso dos tributos, tanto para quem produz (as empresas) quanto para quem compra (os consumidores).

Outra característica que deve

nortear a reforma tributária é a isonomia, ou seja, todas as empresas em situações semelhantes devem ter o mesmo tratamento perante os fiscais.

A CNI defende que é impraticável atuar em um segmento onde os contribuintes recebem tratamento diferenciado, mesmo possuindo perfis semelhantes. A equidade tributária é um dos requisitos básicos para a concepção de um ambiente de concorrência plena. O não cumprimento desse requisito distorce a condição de concorrência entre as empresas, retirando eficiência dos mercados.

## OBRIGAÇÕES ACESÓRIAS

Além de pagar os tributos, as empresas ainda precisam cumprir uma série de exigências para ficar em dia com os fiscais federais, estaduais e municipais.

São as chamadas "obrigações acessórias". Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação indica 93 obrigações acessórias. A maioria delas é mensal, mas há algumas trimestrais e anuais.

Um relatório do Banco Mundial de 2019 revela que o Brasil é o campeão de tempo gasto para o cumprimento das obrigações acessórias (a lista tem 189 países). São necessárias, em média, 1.501 horas por ano para essa tarefa. A média dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é de 150 horas/ano; na América Latina e Caribe, 317; nos Estados Unidos, 175; no Reino Unido, 114 horas/ano.

Quando a comparação é com os nossos vizinhos a situação é praticamente a mesma: Argentina, 312 horas; Colômbia, 256; Paraguai, 278 horas. Quem mais se aproxima do Brasil é a Bolívia, com 1.025 horas/ano.

## Insegurança jurídica leva à judicialização

O Brasil é o campeão mundial em disputas tributárias entre o Estado e as empresas, em um contencioso que chega a R\$ 5 trilhões. O valor corresponde a quase 7% do PIB, segundo estudo do IUPERJ, com base em dados de 2018.

Na média, o contencioso tributário dos países que compõem a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), apenas na esfera federal administrativa, não chega a 1% do PIB. No Brasil, considerando apenas os processos em curso nos tribunais administrativos da União, esse indicador é de 16,4%.

"As decisões proferidas pelos tribunais não são claras nem uniformes, o que causa enorme insegurança jurídica às empresas", diz o advogado tributarista Sibirian Treinetti. O problema, diz, é que de-

cisões desiguais sobre os mesmos temas afetam a concorrência e a gestão das indústrias.

Além de decisões não uniformes, há disputas que se arrastam há décadas na Justiça e deixam as empresas inseguras em relação a como pagar seus tributos. Exemplo disso é o processo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e do Cofins, que há duas décadas tramita na Justiça.

A cobrança "por dentro", como é chamada, é uma das distorções tributárias que só existe no Brasil.

O STF (Supremo Tribunal Federal) já considerou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo das duas contribuições, e hoje muitas ações na Justiça questionam também a inclusão do ISS na mesma base de cálculo. Mas a União está recorrendo.

## Substituição Tributária precisa ser aperfeiçoada

O regime de Substituição Tributária (ST) no ICMS foi criado para facilitar o controle da arrecadação estadual em setores caracterizados por ter produção concentrada e venda pulverizada, além de dedicar-se à produção de bens homogêneos (combustível e cerveja, por exemplo). Assim, esse mecanismo tem a finalidade de evitar a sonegação e, consequentemente, a concorrência desleal.

Contudo, esse propósito original foi se perdendo, e os fiscais estaduais passaram a adotar ICMS/ST para diversos bens, independentemente de respeitarem ou não aquelas características iniciais. Isso simplesmente porque o ICMS/ST facilita o trabalho dos fiscais.

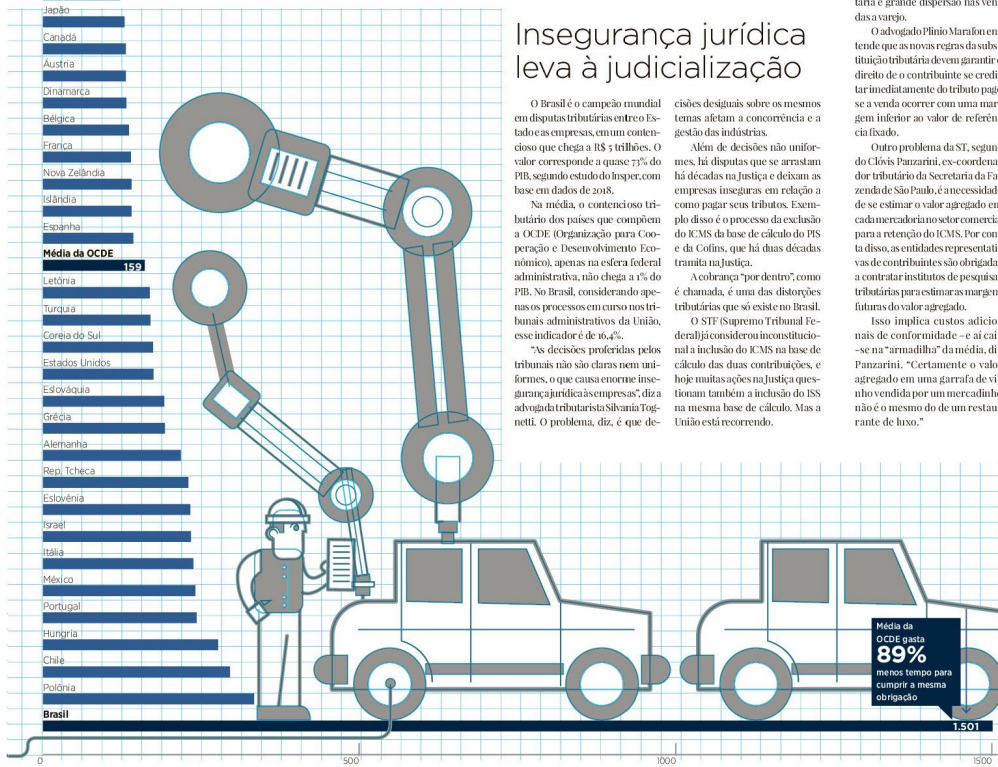
O uso indiscriminado do ICMS/ST traz resultados negativos para as empresas, sobretudo aquelas que optam pelo Simples Nacional. Isso porque, entre outras razões, elas antecipam o pagamento do tributo, aumentando, assim, suas despesas financeiras. Além disso, a aplicação do ICMS/ST nas empresas do Simples Nacional iguala as pequenas empresas grandes para fins de ICMS, retirando delas parte das vantagens geradas pelo regime simplificado de tributação (o Simples).

O ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel ressalta que um caminho para sanar as impropriedades da ST seria disciplinar, no Código Tributário Nacional, os requisitos para a instituição da ST. Ela seria limitada, por exemplo, a produtos com elevada carga tributária e grande dispersão nas vendas a varejo.

O advogado Plínio Marafon entende que as novas regras da substituição tributária devem garantir o direito de o contribuinte se creditar imediatamente do tributo pago se a venda ocorrer com uma margem inferior ao valor de referência fixado.

Outro problema da ST, segundo Clóvis Panzarin, ex-coordenador tributário da Secretaria da Fazenda de São Paulo, é a necessidade de se estimar o valor agregado em cada mercadoria no setor comercial para a retenção do ICMS. Por conta disso, as entidades representativas de contribuintes são obrigadas a contratar institutos de pesquisas tributárias para estimar as margens futuras do valor agregado.

Isso implica custos adicionais de conformidade – e aí cai-se na "armadilha" da média, diz Panzarin. "Certamente o valor agregado em uma garrafa de vinho vendida por um mercadinho não é o mesmo do de um restaurante de luxo."



**SESI SENAI** APRESENTAM  
PELO FUTURO DO TRABALHO

**A** proposta inicial de reforma tributária apresentada pelo governo federal, que unifica PIS e Cofins, representa um avanço, apontam empresários da indústria. Mas, para preservar empregos e ampliar a competitividade, é preciso aprofundar a revisão da estrutura arrecadatória do setor público com a criação de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) nacional que incida sobre o consumo.

Novo imposto, na visão do setor, deve tributar o consumo como um todo – incluindo comércio eletrônico, aplicativos de serviços, entretenimento – e substituir também o IPI, o ICMS, o ISS e o IOF.

Na avaliação dos empresários da indústria, representados pela CNI, o sistema tributário atual inibe investimentos e contratações, onera as exportações e o consumidor. As ineficiências do sistema de arrecadatória dificultam mecanismos de compensação tributária já existentes e ocasionam a chamada "incidência em cascata", quando um imposto é cobrado sobre o valor de um produto que já foi taxado em etapas anteriores.

A criação do IVA nacional já consta de duas propostas de emenda constitucional na Câmara dos Deputados e no Senado e se acopla à proposta de unificação do PIS e Cofins encaminhada pelo governo. Nas propostas, o IVA nacional incidiria sobre o produto ou serviço entregue pela empresa. Esse valor se somaria o imposto, que ficaria com o governo (e não com a empresa), para compor o preço final ao consumidor – o chamado imposto "por fora". O atual ICMS, por exemplo, incide sobre o valor cheio final – o chamado "por dentro" – que implica pagamento do imposto sobre o produto e outros tributos e acaba por elevar o preço ao consumidor (veja quadro na p. 14).

A ideia é que os contribuintes tenham menores custos para atender às exigências dos fiscais. Mais transparente, a legislação única regula uniformemente os países dentro de uma chamada "guerra fiscal", quando os entes federativos competem entre si para atrair investimentos.

Nesse sentido, os empresários defendem que a arrecadatória fique com o estado de destino do produto ou serviço. Hoje, parte do ICMS é cobrado na origem e parte destinada, levando as empresas a escolherem centros de produção e de distribuição em locais com vantagens tributárias em detrimento da lógica econômica, encarecendo a cadeia e reduzindo a competitividade do setor (leia texto na p. 14).

"Para vender no Nordeste, por exemplo, tenho que pagar novamente o ICMS que já foi recolhido

# Propostas pedem imposto único sobre consumo e mais transparência

Modelo de IVA (cobrado sobre o valor agregado) é o mais adotado pelos países

em São Paulo", afirma Humberto Gonçalves, sócio da TecStan, fabricante de material de construção.

Para implementar a mudança, os empresários sugerem a adoção de um período de transição até que entre em vigor o novo imposto com sua alíquota definitiva. As propostas da Câmara e do Senado preveem prazos de até dez anos, prazo considerado muito longo pela CNI.

Na transição, as alíquotas atuais diminuiriam gradualmente, enquanto um novo tributo aumentaria, de modo a não penalizar nem os contribuintes nem os fiscais com uma mudança na carga tributária. Os empresários da indústria pedem ainda transparência na calibragem das alíquotas, com participação e monitoramento do setor produtivo nas discussões, e que sejam mantidos os atuais incentivos fiscais durante o período de transição para reduzir eventuais resistências e preservar o funcionamento das cadeias produtivas. "Não adianta fazer a reforma tributária sem ouvir os empresários, que sentem o peso dos tributos todos os dias", afirma Danny Braz, sócio da Triga-tec, de material hidráulico.

Para a CNI, ter um sistema tributário eficiente é fundamental para a prosperidade econômica do país. "O sistema hoje conside a empresa não crescer. Depois de muito esforço, expandimos no ano passado e tivemos que deixar a tributação pelo Simples. Só que a complexidade do sistema não justifica isso. O sistema tributário brasileiro pune quem cresce", diz Marcelo Bois, sócio da Biosonda, fabricante de material para construção e saneamento.

A confederação demanda que a política tributária ideal preserve as condições de competitividade e equilíbrio das cadeias produtivas dos mercados para estabelecer um ambiente de negócios favorável a investimentos.

O mecanismo mais simples de arrecadatória do IVA nacional também deve facilitar a desoneração das exportações, ampliando a competitividade com os produtos de outros países no mercado internacional.

Hoje, o esforço para desonerar os produtos vendidos no exterior se perde em grande parte no encaixilhado da estrutura tributária brasileira com impostos em cascata, levando ao que os empresários chamam de "exportação de impostos". Para fazer valer a desoneração prevista na cadeia produtiva, de modo a impedir que o imposto seja pago duas ou mais vezes num mesmo produto, os empresários pleiteiam que seja adotado um mecanismo amplo de crédito tributário financeiro, com base no pagamento do IVA, em substituição ao crédito fiscal existente hoje.

A formalização permite o crédito de imposto pago pelos fornecedores no que for incorporado fisicamente ao produto final de uma determinada indústria – por exemplo, uma fábrica de pneus consegue crédito de imposto pago pelo fornecedor da borracha, que permanece no produto, mas não das demais aquisições necessárias a essa atividade. "Para ter direito ao crédito tributário, preciso escolher muito bem os fornecedores e fazer o controle de quem comprou sendo não consigo recuperar o imposto a que tenho direito", explica Bois.

Além dessa dificuldade, a restituição dos saldos tributários que as empresas têm direito esbarra na limitação fiscal dos tesouros estaduais. Para evitar essa dificuldade, os empresários sugerem a determinação de um prazo máximo para as devoluções tributárias. "O problema maior é que a empresa não consegue receber depois que o dinheiro entrou no cofre dos tesouros estaduais", diz Mário Sérgio Telles, gerente de Políticas Fiscais e Tributária da CNI.

## QUE A INDÚSTRIA PROPÕE

**1. Criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado)**  
Imposto de alcance nacional sobre o consumo de produtos e serviços, como ocorre nos EUA e na Europa, em substituição dos tributos atuais:

**PIS e Cofins:** incidem sobre faturamento, folha de pagamentos e importações, destinados para seguro-desemprego e benefícios trabalhistas (PIS) e saúde e seguridade social (Cofins)

**IPI:** imposto federal sobre industrializados nacionais e importados, com alíquota variável de acordo com o produto

**ICMS:** imposto estadual incidente sobre a circulação e transporte de mercadorias e serviços, com alíquota entre 17% e 18%, com exceção de RJ (20%)

**ISS:** imposto municipal sobre prestação de serviços, com alíquota variável de acordo com a localidade e teto nacional de 5%

**IOF:** imposto federal sobre transações financeiras, com alíquotas variadas e incidente sobre crédito, câmbio de moedas, seguros e investimentos

**Vantagens do IVA**  
Simplifica a cobrança e dá maior transparência; evita cobrança em cascata e reduz competitividade entre entes federativos (guerra fiscal)

**Dificuldades e desafios**  
Temor dos fiscais de perder arrecadatória; resistência de Estados e municípios; articulação complexa no Congresso

**COMO FUNCIONARIA O IVA**  
**Incidência:** base ampla tanto sobre bens como sobre serviços, incluindo a exploração de bens e direitos, tangíveis e intangíveis, como streaming de vídeo e áudio e comércio eletrônico em geral

**Regra única:** legislação e regulamento unificados nacionalmente

**Transparência na calibragem das alíquotas:** o setor privado deve ter acesso a dados e mecanismos de participação e monitoramento do peso do novo tributo na cadeia produtiva

**Substituição Tributária:** no IVA, o regime deve ser limitado apenas aos bens com características homogêneas, produção concentrada e venda pulverizada de forma a combater a sonegação e, assim, evitar a concorrência desleal

## Cálculo 'por dentro' eleva preço final do produto

O chamado cálculo "por dentro" do ICMS é apontado por empresários da indústria como um dos fatores mais prejudiciais para a competitividade e geração de empregos no país. Ele incide sobre o valor final ao consumidor, fazendo com que o tributo faça parte da sua própria base de cálculo, ocasionando o pagamento de imposto sobre imposto e tornando o alíquota efetiva maior do que a nominal prevista na legislação (veja ao lado).

"O ICMS é o imposto de maior impacto na cadeia produtiva. O cálculo por dentro, além de difícil compreensão, aumenta o preço final do produto", afirma Mário Sérgio Telles, da CNI.

Na visão dos empresários, o ICMS com alíquota "por dentro" torna o sistema tributário pouco transparente porque o consumidor não sabe exatamente quanto paga de imposto. É diferente do chamado imposto "por fora", apresentado de forma linear nas notas fiscais da maioria dos países no exterior, em que o montante pago pelo consumidor é a soma do preço do produto cobrado pela empresa e do imposto arrecadado pelo governo.

O imposto "por fora" faz parte da proposta do IVA nacional e também do projeto encaminhado pelo governo para unificar o PIS e a Cofins, tributos que também têm cálculo "por dentro".

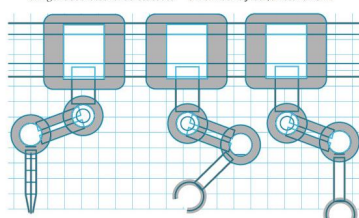
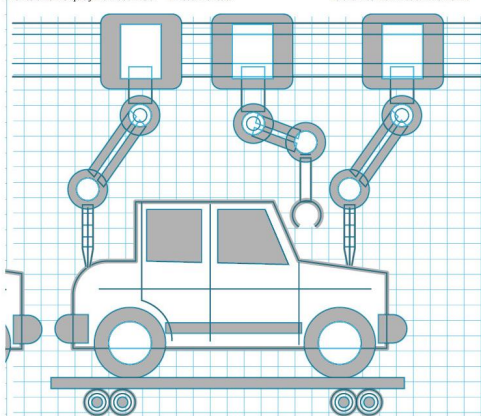
## Falta de clareza afasta o capital estrangeiro

A complexidade do sistema de tributos brasileiros afasta empresas estrangeiras, que têm grande dificuldade para entrar no mercado nacional, pois tudo o que conhecem de tributação dos outros países não vale aqui.

Adriana Bianca Xavier, professora de direito financeiro e tributário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, afirma que não existe somente o problema de sobreposição de incidências de imposto sobre a mesma base de cálculo (consumo, faturamento ou lucro), mas também alíquotas diferentes, regimes diversos, além de que informar investidores estrangeiros sobre todas as discussões

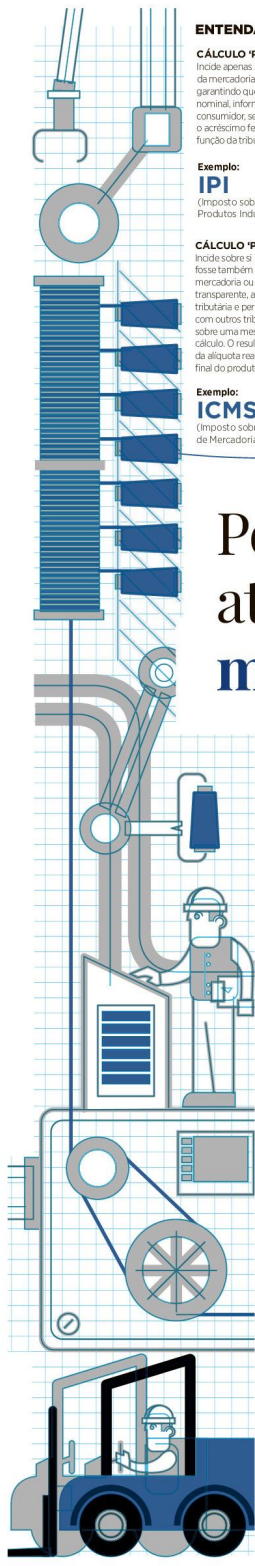
judiciais em andamento. "Já perdemos muito investimento ao explicar que a carga tributária pode variar de 12% a 40%, e a margem de lucro ser zero ou extremamente positiva. O que complica é que não existem parâmetros exatos para calcular o custo tributário no país", afirma Bianca.

Outro problema apontado pela CNI, em desacordo com as expectativas de outros países, é a legislação que se refere à tributação sobre lucros obtidos no exterior: "O Brasil é um dos poucos países que tributa o lucro exterior, o que inibe a operação de multinacionais no país e de empresas brasileiras no exterior", diz Carlos Abjoadi, diretor da CNI.



## INDÚSTRIA É SETOR MAIS TRIBUTADO NO PAÍS





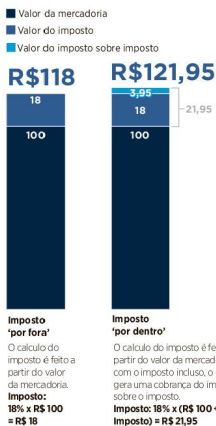
## ENTENDA A DIFERENÇA ENTRE TRIBUTAÇÃO 'POR DENTRO' E 'POR FORA'

**CÁLCULO 'POR FORA'**  
Incide apenas sobre o valor da mercadoria ou serviço, garantindo que a alíquota nominal, informada ao consumidor, seja exatamente o acréscimo feito no preço em função da tributação.

**Exemplo: IPI**  
(Imposto sobre Produtos Industrializados)

**CÁLCULO 'POR DENTRO'**  
Incide sobre si próprio, como se fosse também uma parte da mercadoria ou serviço. Pouco transparente, aumenta a carga tributária e permite o acúmulo com outros tributos que incidem sobre uma mesma base de cálculo. O resultado é a elevação da alíquota real e do preço final do produto.

**Exemplo: ICMS**  
(Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)



# Peso dos tributos atinge indústria com maior intensidade

Responsável por 20,9% do PIB, setor que responde por 33% da arrecadação de impostos federais defende modernização e alinhamento a regras globais

**A** indústria é o setor com a maior carga tributária no país e o mais prejudicado pela atual estrutura de arrecadação. O setor é responsável por 20,9% do PIB nacional, mas responde por 33% da arrecadação de impostos federais. Enquanto a média nacional entre pessoas jurídicas é de 25,2% do PIB, a indústria de transformação assume uma carga de 46,2%.

Apesar da carga tributária prejudica a competitividade da indústria, maior geradora de postos formais de trabalho no país, e ameaça o emprego de cerca de 20 milhões de trabalhadores, segundo análise da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Para atrair investimentos e impulsionar a economia, os empresários da indústria defendem uma reforma tributária com a instituição de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) nacional e a redução da alíquota nominal de tributação das empresas - IRPJ (Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) - para abaixo da média do país e da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), organização à qual o Brasil pleiteia aderir.

O último relatório da OCDE, publicado em julho deste ano, mostra que a tributação das empresas chegou a 34% no Brasil, a quarta maior entre 100 países. No relatório anual "Estatísticas Tributárias Corporativas", a organização aponta que o en-

cargos médio global sobre a renda das companhias é de 20% - 14 pontos percentuais menor que o brasileiro.

"O peso dos impostos é muito elevado no país e faz com que as empresas estudem com muito cuidado se vale a pena crescer, contratar mais trabalhadores e ampliar os investimentos. É muito injusto em relação ao que ocorre na maioria dos países do mundo, em que o setor produtivo é estimulado a gerar e distribuir riqueza para a sociedade", afirma Marcelo Bois, sócio da Biosonda, fabricante paulista de material para construção.

"Para desafogar a indústria, temos de evoluir para padrões mundiais de tributação, com impostos mais simples, transparentes, incidentes diretamente na venda, como propõe o IVA", disse Humberto Gonçalves, sócio da TecStan, fabricante de material metalúrgico.

A OCDE coordena hoje os esforços internacionais para harmonizar as regras tributárias com o objetivo de reduzir a elisão fiscal nos países membros e associados, além de evitar uma "guerra fiscal" em âmbito internacional por meio do programa BEPS (Erosão da Base Tributária e Desvio de Lucros). A ideia é cobrir o planejamento tributário de multinacionais com arbitragem entre impostos cobrados por diferentes países.

Com base nos dados apresentados pela OCDE neste ano, a organização não governamental Tax Justice Network estima que as empresas multinacionais trans-

ferem mais de US\$ 1,3 trilhão de lucros por ano para paraísos fiscais ou jurisdições com taxaço menor com o objetivo de reter lucros em outros países.

No relatório, a OCDE constata que há um desajuste entre o país em que o lucro é declarado e onde de fato é produzido, reforçando a necessidade de aprofundar as questões endereçadas pelo BEPS.

Atualmente, um ponto de atenção da iniciativa do BEPS é a tributação da chamada economia digital, que tem escapado dos fiscos. O projeto do governo de unificar PIS e Confins prevê taxar algumas operações eletrônicas que hoje não são tributadas, como vendas entre pessoas físicas em plataformas digitais e aquisições de bens e serviços em sites sediados em outros países.

Para os empresários da indústria, a nova ordem tributária internacional, iniciada com o projeto BEPS e o pleito do Brasil de acesso à OCDE, oferecem um ambiente favorável às mudanças que o país precisa realizar. Essa nova ordem, no entanto, também apresenta riscos ao crescimento econômico e à base tributária brasileira em caso de não adaptação do país às normas.

Na visão dos empresários, o aperfeiçoamento da tributação de renda das empresas no Brasil não pode ser mais rigorosa do que o padrão internacional nem seletiva, com regras que interessem apenas ao Fisco e sem atenção aos efeitos econômicos no setor produtivo.

"A convergência permitirá uma maior inserção do Brasil nas cadeias globais de valor e tende a incrementar o investimento estrangeiro direto no país. Mas as empresas devem ser seletivas, com regras que interessem apenas ao Fisco e sem atenção aos efeitos econômicos no setor produtivo.", afirma Mario Sérgio Telles, gerente de Políticas Fiscais e Tributárias da CNI.

## Engenharia tributária afeta eficiência e produção

Para minimizar os efeitos da tributação e do sistema cumulativo de impostos, as empresas acabam organizando a produção da forma nem sempre mais eficiente e produtiva.

"As indústrias passam a concentrar etapas produtivas, verticalizar a cadeia, em vez de focar na fabricação do produto e buscar eficiência e produtividade. É uma estratégia de engenharia tributária muito comum no setor industrial", diz o advogado tributarista Maurício Fregonesi Júnior, sócio do escritório Siqueira Castro.

Como existe uma diversidade de tributos, de diferentes características, com uma multiplicidade de regimes especiais e benefícios fiscais, a carga tributária pode variar muito de uma empresa para outra, em um mesmo segmento, dependendo da forma como ela se organiza.

A produção acaba sendo verticalizada ou fragmentada, com fábricas instaladas em regiões distantes, em função da guerra fiscal e incentivos regionais. O sistema tributário influencia na alocação de recursos produtivos, na organização da produção e na decisão de investir, dizem os especialistas.

No setor de máquinas, por exemplo, muitos fabricantes de equipamentos optam por montar uma fábrica de fundição em vez de comprar peças fundidas de um fornecedor, por causa do sistema de cumulação que impede a recuperação de créditos gerados pelos tributos pagos.

"A empresa deixa de focar em seu negócio principal, que é fazer máquinas, de buscar eficiência, de comprar de um especialista, porque precisa diminuir o imposto", diz José Velloso, presidente da Abimaq. "Se eu fundir a peça 'dentro de casa', vou pagar um imposto só sobre o insumo da fundição, que tem um valor agregado e uma carga tributária menores. Sai a lógica econômica e entra a lógica tributária."

Em outras situações, indústrias de diversos segmentos deslocam a produção, atraídas por benefícios de outros estados, e têm de arcar com custos de logística, infraestrutura, que acabam gerando impacto negativo nos negócios. Caso da cadeia automobilística, uma das mais afetadas por essa disputa.

Guerra fiscal, no início, foi vista como uma forma de suprir a falta de uma política de desenvolvimento regional mais efetiva, dizem os especialistas. Com o passar do tempo, isso mudou, porque hoje todos os estados, inclusive os mais desenvolvidos, concedem incentivos.

Com a situação fiscal dos estados, as indústrias não conseguem receber os créditos tributários a que têm direito, mesmo quando a causa é ganha na esfera administrativa ou na justiça.

Os valores totais de créditos devidos por segmento não conseguem nem ser mensurados, segundo associações da indústria. Mas casos pontuais dão noção da dimensão da questão.

"Uma empresa do nosso setor tem ao menos R\$ 23 milhões de crédito a receber e não consegue. Com a dificuldade causada pela crise, teve de recorrer ao crédito bancário porque o estado não paga", diz Fernando Pimentel, presidente da Abit, que reúne as indústrias têxteis.

**SESI SENAI**  
PELO FUTURO DO TRABALHO

APRESENTAM

# Reforma tributária ampla é crucial para saída da crise



**Robson Braga de Andrade**  
Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A reforma tributária, defendida há mais de 30 anos pelo setor produtivo para reduzir o Custo Brasil e impulsionar o crescimento econômico, tornou-se ainda mais relevante diante da grave crise provocada pela pandemia da Covid-19. Ao encaminhar ao Congresso Nacional o projeto que cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), a partir da unificação do PIS/Pasep e da Cofins, o governo demonstra estar engajado na implementação de uma reforma que reduza cumulatividade de impostos, bem como que aumente a transparência e simplifique o atual modelo tributário.

Entretanto, é importante que o Executivo esclareça a alíquota de 12% prevista na proposta de criação da CBS significaria um aumento da carga tributária ou se o nível da receita seria mantido no patamar atual. É essencial que seja viabilizada a união das propostas que tramitam no Congresso: a proposta do governo federal de criação da CBS, as duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados e PEC 100/2019, do Senado) e a emenda apresentada pelo Comitê Nacional de Secretários Estaduais da Fazenda (Comsefaz), que prevê alterações na PEC 45.

As mudanças previstas nas propostas em discussão no Congresso vão na direção correta e devem nortear a elaboração de um projeto único, que promova uma reforma ampla, incluindo impostos federais, estaduais e municipais. São pontos que desperdiçam oportunidade de corrigir as distorções que elevam os custos das empresas, comprometem a competição dos produtos nacionais com os importados e penalizam exportações e investimentos. Nesse sentido, é crucial ainda que seja encontrada uma solução para resolver o atual contencioso tributário e, também, para que se evite novos contenciosos durante o período em que o país terá que conviver com dois sistemas tributários.

As ineficiências e as distorções do atual sistema tributário nacional prejudicam, sobretudo, o setor industrial, que enfrenta uma acirrada concorrência externa e está sujeito a uma carga tributária superior à dos demais setores. Com uma participação de 20,6% no econômico brasileiro, a indústria é responsável por 35% da arrecadação de impostos federais e por 41,2% das contribuições à Previdência Social.

O Estudo Competitividade Brasil, elaborado pela CNI, revela que o custo do capital e tributação travam o desempenho do país frente a 17 economias com características similares, em 11 variáveis, tais como: Ambiente macroeconômico, Ambiente de negócios, Educação, Estrutura produtiva, escala e concorrência, Financiamento, Infraestrutura e Logística, Tecnologia e Inovação e Tributação. Na classi-

ficção geral, o país está à frente apenas da Argentina.

O intrincado sistema tributário também encarece e desestimula os investimentos. Outro levantamento, também da CNI, mostra que o custo de instalação de uma siderúrgica no Brasil tem um acréscimo de 10,6% devido aos impactos diretos e indiretos dos tributos sobre bens e serviços. Em outros países, esse custo é muito menor. Na Austrália, a tributação chega em 1,7% o valor do mesmo tipo de investimento. No México, o acréscimo é de 1,6%. No Reino Unido, de apenas 0,4%.

Por tudo isso, a Indústria defende uma reforma tributária abrangente, que englobe impostos federais, estaduais e municipais. O caminho para isso é a substituição dos tributos incidentes sobre o consumo (PIS-Cofins, ICMS, ISS, IPI e IOF) pelo Imposto sobre Valor

**A expectativa da indústria é que o Congresso Nacional e o governo busquem a conciliação de interesses do setor privado, da União, de estados e municípios para acelerar a aprovação de um projeto que fortaleça as bases da economia brasileira**

Adicionado (IVA). O novo imposto, de alcance nacional, precisa ter alíquota uniforme para todos os bens e serviços, garantindo uma distribuição mais equitativa da carga tributária. Deverá atingir também algumas operações eletrônicas que atualmente não são tributadas, como streamings, plataformas digitais sediadas em outros países e sites comerciais que não pagam impostos. Esse é um debate que está ocorrendo no âmbito da OCDE, e o Brasil não pode ficar fora dele.

O IVA também deve permitir a apropriação como crédito do tributo pago em todas as compras feitas pelas empresas e a devolução àgil dos saldos credores. É importante que a arrecadação seja feita no destino do produto, para inibir a guerra fiscal entre os estados. É crucial, ainda, que a reforma permita o crédito imediato do imposto nas compras de máquinas e equipamentos, reduzindo a fase pré-operacional das empresas, garantindo a completa desoneração dos investimentos. Outro ponto importante é o estabelecimento de um período curto de transição, mas que permita a adaptação das empresas ao novo modelo.

Além disso, a reforma não pode resultar, em hipótese alguma, em aumento da carga tributária total, pois há de se evitar que a adoção de novos concorrentes no mercado internacional, como mostra o relatório Competitividade Brasil 2019-2020, da CNI. Entre os 18 países analisados, o Brasil é o penúltimo colocado, à frente apenas da Argentina. No



Fotos Instituto Aço Brasil/Divulgação



questão peso dos impostos. A carga tributária brasileira representa quase um terço (31,3%) do Produto Interno Bruto (PIB) e 65,4% do lucro das empresas.

A expectativa da indústria é que o Congresso Nacional e o governo busquem a conciliação de interesses do setor privado, da União, de estados e municípios para acelerar a aprovação de um projeto que fortaleça as bases da economia brasileira. A crise decorrente da pandemia da Covid-19 demonstrou a importância de o Brasil ter uma indústria forte e competitiva, e com uma base ampla de produção. Atualmente, é o segmento econômico mais tri-

butado do país. Este fator, aliado à burocracia e à insegurança jurídica, inviabiliza o aumento da sua competitividade do setor.

Uma reforma abrangente, que permita a implantação de um sistema tributário moderno, simples, eficiente, sem cumulatividade e alinhado às boas práticas internacionais, é fundamental para tornar a indústria nacional mais competitiva. É também um pressuposto para que ocorra uma retomada consistente e sustentável da economia nacional no pós-pandemia, possibilitando a criação de mais e melhores empregos para a população brasileira.

**“O país tem potencial** para atrair mais investimentos, por suas condições estratégicas de localização, mercado consumidor, matéria e mão de obra. Mas pesam na balança as dificuldades da insegurança jurídica e da bagunça tributária”

**Carlos Abijaodi**, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI

**“Em nenhum dos 14 países** que a Gerdau exporta tem cumulatividade de impostos. Estamos começando, com atraso de 20 anos, as discussões para a criação do IVA, que é crucial para acabar com essas distorções e para colocar o país no rumo do crescimento”

**Jorge Gerdau**, empresário e presidente do Conselho Superior do MB (Movimento Brasil Competitivo)

**“O Brasil não consegue** atrair fábrica de componentes por ter um custo muito alto. Esse problema precisa ser revolido, pois temos que ter uma indústria eletrônica de altíssimo nível. Não podemos depender totalmente da China”

**Humberto Barbato**, presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica)

**“Para o orçamento do país,** a principal reforma foi a da Previdência, mas, para o setor produtivo, a principal é a tributária, sem dúvida”

**José Velloso**, presidente executivo da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas)

**“Se, há mais de 30 anos,** já precisávamos muito de uma reforma tributária eficaz e alinhada aos melhores modelos globais, agora, inclusive com a tendência digital da economia, é de extrema urgência”

**Fernando Pimentel**, presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção)

**“A reforma tem que simplificar** a quantidade de alíquotas e tributar no destino e não na origem, o que deve acabar com a guerra fiscal que contribui para criar ainda mais distorções no sistema”

**Dan Ioschpe**, presidente do Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores) e do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial)

**“O mundo pós-pandemia** será mais complicado, com competição ainda mais acirrada e com a diferença que muitos países já fizeram o dever de casa em relação às estruturas tributárias, enquanto nós ainda temos de reformular um sistema tributário anacrônico para que o país seja mais competitivo”

**Marco Polo de Mello Lopes**, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil

**“Com o tempo,** as distorções se acumulam e tornam o sistema tributário mais complexo, injusto e ineficiente. Para um país ser competitivo não pode haver um clima de negócios, como existe aqui”

**Isaias Coelho**, professor e coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Direto de São Paulo

**“O Brasil tem pressa** em superar o manicômio tributário em que vivemos”

**Roberto Rocha (PMBB-MA)**, senador, presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária

**“A quantidade de normas,** artigos, parágrafos, incisos e alíneas corresponde a 61 quilômetros se fosse impressa em papel A4. Entre 1988 e 2019, foram editadas 403.322 normas tributárias nas esferas federal, estadual e municipal no Brasil”

**João Eloi Olenka**, presidente do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação)

**Operários no setor de siderurgia, um dos mais impactados pela alta carga tributária vigente no país**



**O GLOBO**

# Aumento de gastos poderia pôr em risco inflação e juros baixos

*Taxa real de juro segue negativa, mas isso não perdurará caso tenha êxito a pressão por mais despesas*

**C**om o corte da taxa Selic para 2%, o Brasil ganha destaque no grupo de países em que vigoram taxas negativas de juro real (juro abaixo da inflação). Do ponto de vista econômico, para quem viveu décadas de pressão inflacionária, não parece fazer sentido. Mas o momento deflacionário da economia global é real e desafia os melhores economistas. Mesmo que haja desequilíbrios fiscais, a monumental recessão na esteira da Covid-19 deprime os preços e leva os bancos centrais a usar as armas à mão para tentar reerguer a economia.

O juro real negativo em princípio estimula o crédito e o investimento. Um risco é a corrida por dinheiro vivo ou ativos como ouro. Outro é o endividamento excessivo. Dívidas demais costumam resultar em bolhas, e bolhas estouram. Isso significa que, em algum momento, o “velho

normal” se reinstala.

Mas, como Brasil é Brasil, há no Executivo e no Congresso quem considere ser hora de aumentar as despesas. A primeira manobra, já em andamento, é tentar derrubar ou driblar o teto de gastos, criado para impedir a constante corrida ao Tesouro, parte dos usos e costumes da política brasileira. A ideia básica é que o Estado sempre tem como arrumar o “dinheirinho” a que se referiu em entrevista ao GLOBO o senador Flávio Bolsonaro, ao se dizer confiante em que o ministro Paulo Guedes conseguirá alguns bilhões para reabrir canteiros de obras públicas fechados país a fora. Desse “dinheirinho” deve sair o financiamento do Bolsa Família bolsonarista, o Renda Brasil, para auxiliar os pobres e a campanha de reeleição do presidente.

O orgulho dos juros básicos (Selic) tem aliviado bastante a conta do serviço da dívida interna, em parte corrigida

por essa taxa. Em 2019, os juros pagos pela dívida bruta brasileira foram de 7,8%, contra 8,3% no ano anterior. A economia foi de R\$ 68,9 bilhões, mais que os investimentos públicos federais. Confirmada a expectativa de que a Selic ficará em 2% este ano, ou pouco menos, a redução de gasto ultrapassará os R\$ 120 bilhões. Juros baixos ajudam, portanto. Mas nem as teorias monetárias mais mirabolantes negam a relevância do equilíbrio fiscal para a dinâmica de preços. No fim da trilha do desequilíbrio há a volta da inflação e, por consequência, pressão sobre os juros.

O fato de as taxas serem negativas agora não significa que o Brasil tenha se tornado um país normal. Os desajustes estruturais nas contas públicas persistem. O teto obriga a que governos e políticos escolham onde gastar, sejam forçados a fazer opções. Não devemos deixar a cultura do “arrumar um dinheirinho” pôr em risco a combinação de inflação e juros baixos.

Veículo: Estadão	
Data: 07.08.2020	Caderno: Economia



## Alíquota de 12% em substituto do PIS/Cofins visa a manter R\$ 55 bi em isenções

Empresas do Simples Nacional, da Zona Franca, de transporte coletivo e do agronegócio devem ser beneficiadas com a criação do novo tributo

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

07 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - A alíquota de 12% fixada para o novo tributo que deve substituir o **PIS/Cofins** na proposta de **reforma tributária** do governo federal, foi calibrada pelo governo para manter R\$ 55,4 bilhões por ano em isenções e benefícios a empresas do **Simples Nacional**, da **Zona Franca de Manaus**, de transporte coletivo e do setor agropecuário, além da desoneração dos produtos da cesta básica. Criticada por parlamentares na comissão mista de reforma tributária do **Congresso**, a alíquota de 12%, na prática, poderia ser mais baixa caso mais benefícios tributários tivessem sido cortados.

Por outro lado, a definição em 12% só foi possível graças a um corte de R\$ 12,2 bilhões de incentivos direcionados por meio de regimes especiais para uma série de finalidades e setores, entre eles desenvolvimento de portos, tecnologia da informação, petróleo e gás,

indústria de semicondutores, empresas exportadoras e indústria audiovisual. Sem o corte desses benefícios, a alíquota poderia ser ainda maior do que os 12%.

Veículo: Estadão	
Data: 07.08.2020	Caderno: Economia



## Guedes, a nova CPMF e o Congresso

Quando se trata de distribuir benesses, nosso Parlamento tende a dispensar tutela. Prefere suas próprias ideias

**Rogério L. Furquim Werneck\***, O Estado de S.Paulo

07 de agosto de 2020 | 04h00

Com sua obsessiva fixação na recriação da **CPMF**, o ministro da **Economia** não só vem tumultuando o esforço de reforma tributária do **Congresso**, como se arriscando a dar força decisiva à coalizão contrária à preservação do Teto de Gastos. É fácil entender por quê. Nunca é demais lembrar o que há de profundamente errado com a CPMF. Em 2007, último ano em que foi cobrada, com alíquota de 0,38%, a extinta contribuição permitiu que o governo arrecadasse nada menos do que R\$ 36,5 bilhões. A divisão do valor da arrecadação pela alíquota de 0,0038 revela o assombroso valor da base fiscal sobre a qual incidia a CPMF: R\$ 9,6 trilhões. Cifra mais de três vezes e meia maior que o **PIB** de 2007!

A mágica decorria da incidência em cascata da CPMF, que dava lugar a uma base fiscal fictícia, sem contrapartida econômica real, em contraste com o que ocorre com formas mais civilizadas de tributação, que incidem sobre renda, consumo, valor adicionado, folha de

pagamento e riqueza. Uma alíquota “diminuta” sobre uma base gigantesca e artificial. O sonho da tributação populista.

Mas Paulo Guedes continua obcecado. Quer porque quer que o **Brasil** se junte ao grupo exclusivo de países nada exemplares que impõem esse tipo de tributo: **Argentina, Bolívia, Peru, Colômbia, Honduras, República Dominicana, Venezuela, Hungria, México, Paquistão e Sri Lanka.**

No afã de quebrar resistências à recriação da CPMF, o ministro deixou de lado sua proposta mais simples de compensar, com a receita do novo tributo, a perda de arrecadação que adviria da redução de encargos sobre a folha. A CPMF passou a ser vendida, agora, como um tributo de 1.001 utilidades que, além da desoneração da folha, permitiria bancar novos dispêndios, como o programa Renda Brasil, e até mesmo, assegurou o ministro, “reduzir, cinco, seis, sete, oito, dez impostos” (*O Globo*, 29/7).

O ministro não percebeu que está brincando com fogo. Sua tentativa de quebrar as resistências do Congresso à criação da CPMF pode acabar tendo três desfechos distintos. No primeiro cenário, tais resistências se mostrariam insuperáveis. No segundo, o ministro teria pleno sucesso. Convenceria o Congresso não só a recriar a CPMF, como a dar à receita do novo tributo as exatas destinações que Guedes tem em mente.

Mas há, ainda, um terceiro cenário, altamente provável, que parece ter escapado ao ministro. É bem possível que o Congresso, afinal, se encante com as múltiplas possibilidades desse tributo de tão “fácil arrecadação” que é a CPMF. E, tão encantado fique, que prefira tomar para si a tarefa de alocar como bem entender a “folga fiscal” que deverá

advir da receita do novo tributo. Quando se trata de distribuir benesses, o Congresso tende a dispensar tutela. Prefere suas próprias ideias.

A aprovação da CPMF representaria séria derrota da ala parlamentar mais lúcida que vem tentando vertebrar a agenda de reforma fiscal. E deixaria a Câmara e o Senado muito mais propensos a compactuar com uma condução irresponsável da política fiscal, num quadro em que, é bom lembrar, o governo não tem nenhum poder de bloqueio no Congresso.

A preservação do Teto tem sido ajudada pela percepção de que não há disponibilidade de recursos fiscais para bancar uma expansão de gastos. Com a CPMF, tudo pareceria mais fácil. Bastaria uma “pequena” elevação de alíquota para abrir amplo espaço para gastos adicionais.

Dentro do próprio governo, ganham corpo as pressões contra o Teto de Gastos. Ministros influentes se batem pela expansão de investimentos públicos. Generais querem que projetos militares sejam excluídos do Teto. E o próprio presidente, já em campanha aberta, parece fascinado com a possibilidade de turbinar o **Bolsa Família** e se transformar em novo **Lula**, no **Nordeste**.

A menos que o plano de jogo tenha passado a ser reeleger **Bolsonaro** a qualquer custo, com apoio da pior parte do **Centrão**, o ministro deveria se preocupar com o quão desastroso poderá lhe ser o terceiro cenário, caso ainda pretenda retomar a agenda fiscal anterior à pandemia.

# Alcolumbre monta força-tarefa para analisar vetos

Desoneração de folha não deve ser examinada na primeira sessão do Congresso

Por Vandson Lima e Renan Truffi — De Brasília

07/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), vai convocar uma série de sessões conjuntas do Congresso Nacional nas próximas semanas para analisar os mais de 30 vetos do presidente Jair Bolsonaro que aguardam deliberação. Entre eles, o que acabou com a desoneração da folha de salários de 17 setores da economia e vetos ao marco legal do saneamento.

A primeira sessão será convocada para terça-feira, mas nenhum dos dois temas estará na pauta, salvo por uma reviravolta no plenário. Isto porque o volume de liberações na fila é imenso - separando os itens de cada veto, são mais de 100 artigos para serem analisados.

Com a pandemia inviabilizando as reuniões presenciais, o jeito é Câmara e Senado realizarem sessões separadas, já que não há um sistema remoto conjunto. Assim, a Câmara vota pela manhã e o Senado delibera os mesmos temas à tarde.

Ao **Valor**, líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), disse que a primeira sessão “será um teste”, no qual se verá a efetividade de um acordo de procedimento para limpar a longa pauta. “Desoneração não estará na pauta [desta primeira sessão]. Só na segunda ou terceira”, projetou o líder. Os vetos do saneamento, disse, só devem ser analisados daqui a, pelo menos, três semanas.

Alcolumbre quer chegar à sessão com um acordo definido entre deputados e senadores, para que já se saiba o que será mantido e o que será derrubado. “Sem acordo, podemos até começar uma sessão, mas ela não vai acabar nunca. Por isso trabalho por uma conciliação em torno desses vetos”, disse anteontem na saída do Ministério de Minas e Energia, onde participou do evento que designou a Eletronorte como a executora no Amapá do programa “Mais Luz para a Amazônia”.

Interlocutores de Alcolumbre confirmaram que a previsão é de que a desoneração tende a ir a voto apenas em uma nova sessão daqui a duas semanas - por volta dos dias 18 ou 19.

Alinhado ao governo, Alcolumbre vem sendo pressionado por parlamentares a votar os vetos, num momento em que a equipe econômica também discute se amplia o benefício das desonerações dentro das propostas de reforma tributária que estão em negociação no governo.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já anunciou que é a favor de reverter a decisão do presidente Bolsonaro sobre as desonerações.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende abordar a desoneração, inclusive ampliando a atual, mas cobrando uma contrapartida, que pode ser a inclusão de um imposto sobre transações, como a antiga CPMF, na reforma tributária, ou a criação de uma outra nova fonte de receita, como a taxação sobre lucros e dividendos.

No caso do saneamento, os parlamentares se revoltaram com o veto presidencial ao artigo 16, que era a espinha dorsal do acordo feito por parlamentares, governadores e prefeitos, com aval do governo. O dispositivo permitia que as estatais de saneamento negociem com os municípios acordo para alterar seus respectivos contratos de programa e prorrogar o serviço por até 30 anos. Sem este ponto, os governos locais serão obrigados a realizar licitações para substituir esses contratos mesmo que investimentos estejam em andamento.



# As possibilidades para a educação e o Fundeb

Novo Fundeb está longe de ser uma “bomba fiscal”

Por Priscila Cruz, Olavo Nogueira e Gabriel Corrêa

07/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



A PEC do novo Fundeb, aprovada pela Câmara e encaminhada ao Senado, é um extraordinário avanço. Não obstante, artigos recentes têm exposto críticas à sua pertinência com preocupações relativas à saúde fiscal do país e questionamentos acerca da eficácia do aumento de investimento em educação. Dada a complexidade do tema, é preciso descer nos detalhes.

Primeiro, vale lembrar a lógica do Fundeb: são 27 fundos, um por Unidade da Federação, que reúnem parte dos recursos já vinculados à Educação dos estados e municípios e os redistribuem com base no número de matrículas de cada rede de ensino. O governo federal complementa com um percentual (hoje de 10%) sobre o valor arrecadado nacionalmente, também utilizando para parte dessa aplicação recursos já vinculados. Ou seja, o cerne do Fundeb está na redistribuição de recursos já destinados à educação pela Constituição.

## **Se a regra de reajuste do Piso não for revista, ela aumentará os graves desequilíbrios existentes**

Sem esse mecanismo, as redes mais pobres ficariam apenas com recursos de receitas próprias. Mais de duas mil não chegariam a R\$ 3.000 anuais por aluno e a desigualdade de financiamento chegaria perto de 13.800%. Com o Fundeb atual, o patamar mínimo é de R\$ 3.700 por aluno/ano e as disparidades reduzidas a 570%.

A elevação do valor mínimo investido foi um dos fatores que possibilitou a diversos municípios fazer investimentos na melhoria da qualidade educacional. Entre 2007 e 2017, a parcela de alunos com aprendizagem adequada em língua portuguesa no Ensino Fundamental I, atribuição municipal, saltou de 28% para 60%.

Na iminência do fim da vigência do Fundeb, a Câmara foi além de sua prorrogação. Ampliou a complementação da União de 10% para 23% e mudou as regras de distribuição dos recursos, beneficiando ainda mais os municípios mais pobres. No novo modelo, o patamar mínimo saltará de R\$ 3.700 para R\$ 5.700 aluno/ano em 2026.

E por que isso é importante? Ao relacionarmos investimento per capita e resultados de aprendizagem encontramos um limite - por volta de R\$ 5.500 por aluno/ano - abaixo do qual se torna muito difícil uma oferta educacional de qualidade minimamente aceitável. O drama é que 46% das redes brasileiras encontram-se abaixo desse patamar. Com o direcionamento de mais recursos para as localidades mais pobres, o novo Fundeb pode finalmente viabilizar melhorias de qualidade em escala nacional.

Ainda na linha da qualidade, o novo Fundeb introduz mecanismos de indução de melhorias na gestão. Primeiro, redefine as regras de distribuição do ICMS, incentivando a replicação do "ICMS-Educação", modelo exitoso do Ceará. Segundo, as novas regras destinam parte do aporte da União às redes de ensino que mais melhorarem seus indicadores educacionais, com equidade.

Em relação aos gastos públicos, o aumento da participação da União será de R\$ 3 bilhões no primeiro ano, estabilizando em R\$ 20 bilhões a partir de 2026. A soma de todo o investimento adicional até 2026 (R\$ 65 bi) é equivalente a 0,7% da arrecadação federal prevista para o período. Além disso, 1/3 da complementação da União pode ser suportado por recursos já vinculados à educação pela Constituição. O novo Fundeb está longe de ser uma "bomba fiscal".

Há também críticas ao estabelecimento de um piso de 70% do fundo para o gasto com pessoal. É preciso esclarecer que as novas regras se referem a profissionais da educação, ampliando o número de categorias consideradas (atualmente, a regra é de 60% para profissionais do magistério) e que 98% das redes municipais já gastam mais de 80% do que recebem via Fundeb com salários. Se há uma preocupação, legítima, de que os orçamentos estão praticamente todos destinados à folha salarial, não é a regra existente no Fundeb que causa esse fenômeno.

Isso nos leva à relação do Fundeb com o Piso do Magistério. Atualmente, a Lei do Piso vincula o reajuste do piso salarial do magistério à elevação do menor valor por aluno observado no Fundeb. Assim, com crescimento de receitas e queda no número de alunos, nos últimos anos houve uma elevação do piso superior ao aumento do salário mínimo e da inflação, o que vem corrigindo a discrepância entre o valor social do professor e sua remuneração. No entanto, isso também gerou problemas fiscais, especialmente onde as carreiras não são bem desenhadas.

Adicionalmente, os reajustes do piso também são aplicados aos inativos, como prevê a legislação.

Agora, como o patamar mínimo de investimento por aluno será elevado substancialmente com o novo Fundeb, se a regra de reajuste do Piso não for revista, ela aumentará os graves desequilíbrios existentes, como já alertado pelo Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed), pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), pelo Todos Pela Educação e outros. O Governo Lula, inclusive, propôs que o reajuste do piso passasse a ser pela inflação (INPC), mas as discussões não prosperaram.

Notemos, portanto, que não são as normativas do Fundeb que causam distorções nas folhas salariais e no pagamento de inativos. As soluções para isso passam, entre outras, pela Lei do Piso, pelas reformas da previdência nos estados e municípios e pela Emenda Constitucional 41/2003.

Por fim, com a aprovação da PEC pelo Senado, o próximo passo é a lei que regulamentará o novo Fundeb. Um regulamentação importante é a do Custo Aluno Qualidade (CAQ), que deve resgatar seu sentido original como referência de oferta de qualidade. É preciso assegurar recursos para uma educação digna, como já exposto, com especificação a partir de premissas e conceituação mais robustas do que as normalizadas no debate atual, que reduz a discussão à uma lista extensiva de insumos e a um valor monetário correspondente. Ignorar a diversidade de contextos no Brasil e o fato de que a relação gasto/qualidade depende de boa gestão, será um retrocesso. O mal encaminhamento dessa matéria poderá inibir a produção de soluções e causar uma explosão de judicializações, sem que isso resulte em melhor qualidade. Aprofundaremos esses pontos nas próximas semanas.

Como aqui exposto, o saldo do novo Fundeb é altíssimo. Não é a solução mágica para a educação, mas eleva consideravelmente as chances de implementarmos uma agenda de melhoria da qualidade educacional em todo o país. Melhoria esta que terá nos resultados efetivamente conquistados a verdadeira expressão do direito à educação.

# Senado limita juros do cartão de crédito e do cheque especial

Teto será de 30% ao ano para as duas linhas; “fintechs” terão limite de 35%

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

07/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Lasier Martins: relator optou por restringir vigência do teto, que valerá para as linhas de crédito contraídas a partir de março até dezembro deste ano — Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

O Senado aprovou ontem projeto de lei que estabelece um teto para os juros do cartão de crédito e do cheque especial durante o estado de calamidade pública, em vigor até o dia 31 de dezembro deste ano. A proposta limita em 30% ao ano os juros para essas duas linhas. Já as “fintechs” terão teto de 35%. Agora o projeto de lei seguirá para a análise da Câmara dos Deputados, que também precisa aprovar a medida.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já sinalizou que é contra a proposta, mas dificilmente os deputados devem resistir ao apelo popular do projeto. No Senado, por exemplo, prevaleceu o argumento de que a regra é temporária e que o setor financeiro também precisa dar sua contribuição para a crise. Apesar disso, o **Valor** adiantou ontem que a tendência é que o Palácio do Planalto seja orientado pela equipe econômica a vetar a proposta na íntegra.

O projeto de lei é de autoria do líder do Podemos no Senado, Alvaro Dias (PR), mas recebeu substitutivo do senador Lasier Martins (Podemos-RS). Originalmente, o texto limitava os juros em 20% ao ano, mas Lasier Martins decidiu elevar esse percentual para 30%, como forma de diminuir a resistência de algumas bancadas na Casa.

Na primeira versão do texto, Alvaro Dias também havia fixado um período específico para a vigência do teto extraordinário - entre março de 2020 e julho de 2021. O relator, por sua vez, optou por restringir essa janela: o teto valerá para as linhas de crédito contraídas a partir de março até dezembro deste ano.

Os senadores também aprovaram uma emenda que possibilita a efetivação do tabelamento de juros no país. Isso porque, por 51 votos a 22, a Casa decidiu dar ao Conselho Monetário Nacional (CMN) o direito de regulamentar os juros do cartão de crédito e do cheque especial após o fim da vigência da calamidade pública. Na prática, seria uma espécie de transição. De acordo com essa emenda, o CMN assume a responsabilidade de definir um limite para os juros apenas depois que a regra aprovada pelo Senado perder sua validade. A proposta é de autoria do senador Rogério Carvalho (SE), líder do PT na Casa, mas recebeu apoio de diversas bancadas, incluindo PSD, MDB e até PSDB, que votou contra o mérito principal do projeto. Apenas o governo encaminhou contra a sugestão.

O projeto estava pronto para ser apreciado há semanas, mas sua votação vinha sendo adiada por conta das divergências que o tema provocou na Casa. Nos bastidores, integrantes da base do governo reconhecem que o forte “apelo popular” dificultou as negociações com os senadores. Alguns interlocutores enxergaram nessa movimentação um recado dos parlamentares ao setor financeiro.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que a matéria é inconstitucional e traz insegurança jurídica para investidores. “A proposição é um instrumento inconstitucional para tratar essa matéria. Nós vamos fixar por lei os juros de um produto financeiro e vamos terminar por elevar os juros de outros produtos. O resultado tende a ser uma piora na disponibilização do crédito. Isso vai representar uma restrição na recuperação do varejo”, disse.

O texto aprovado também permite que as prestações de contratos de crédito que não puderem ser pagas, durante o estado de calamidade, possam ser convertidas em parcelas extras com vencimentos subsequentes à data original, sem adição de penalidade ou juros. Só terão direito ao benefício os consumidores que, comprovadamente, tiverem redução de renda.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer  
NATURA

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade  
SKINCAPS

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora  
AFTERNOON EDITION

### LINK PATROCINADO

É por isso que você deve dormir com um dente de alho embaixo do travesseiro  
CONSELHOS E TRUQUES

### LINK PATROCINADO

Mãe tira uma foto da filha, mas um momento depois, ela grita em pânico.

## Renda Brasil deve atender 26 milhões de pessoas

O novo program deve se concentrar nos 20 milhões que já eram atendidos pelo Bolsa Família, acrescidos de cerca de 6 milhões de “invisíveis” que seguirão dependentes de alguma transferência de renda, segundo Guedes

Por **Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro** — De Brasília

07/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Nem todos os 38 milhões de “invisíveis” que hoje recebem o auxílio emergencial deverão ser atendidos pelo Renda Brasil, o novo programa de transferência de renda em elaboração pelo governo. O universo de beneficiados será de aproximadamente 26 milhões, segundo informou ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento da Fundación Internacional para la Libertad (FIL), organização não governamental baseada na Espanha.

Esse grupo corresponde aos 20 milhões que já eram atendidos pelo Bolsa Família antes da pandemia, acrescidos de cerca de 6 milhões de “invisíveis” que seguirão dependentes de alguma transferência de renda.

“Já tem gente vendendo coisas nos semáforos”, disse o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos, para explicar que nem todos os beneficiários do auxílio emergencial seguirão dependentes do repasse para sobreviver. Ele informou que os técnicos trabalham em filtros para definir quem realmente precisará.

Para os 12 milhões que ficarão de fora do Renda Brasil, há duas estratégias principais: a Carteira Verde-Amarela, para estimular o emprego formal, e o microcrédito, para fortalecer a atuação dos microempreendedores individuais (MEI).



A Medida Provisória (MP) 975, aprovada pelo Congresso e no aguardo de sanção pelo presidente Jair Bolsonaro, prevê R\$ 10 bilhões para a concessão de crédito via maquininhas de cartão de crédito.

“Serão recursos do Tesouro”, informa Afif. O dinheiro será repassado ao BNDES, que o entregará a bancos para operar a linha. Os juros serão de até 6%, para empréstimos de até R\$ 50 mil. O pagamento será feito em 36 meses, dos quais seis serão de carência.

Paralelamente a essas duas iniciativas, discute-se a formatação de um forte programa de qualificação profissional. “É uma reorientação do Sistema S”, disse Afif. Ele avalia que os cursos oferecidos pelo sistema são mais voltados para o mercado formal. Seria necessário atender a outro público, sem prejuízo do trabalho que já vem sendo desenvolvido.

O governo espera ainda lançar em breve a segunda fase do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), informou o assessor. São mais R\$ 12 bilhões, já aprovados pelo Congresso.

No evento da FIL, Guedes disse que o auxílio de R\$ 600 é insustentável. E que a nova transferência de renda será viabilizada com a focalização de programas sociais que não dão o resultado esperado.

A intenção do governo é que as parcelas adicionais do auxílio, a serem pagas de setembro a dezembro, sejam de R\$ 300, disse Afif. Mas o valor pode ser menor devido a restrições orçamentárias.

Guedes reiterou seu compromisso de não elevar a carga tributária. Questionado sobre como evitar a “tentação populista” de elevar gastos com a pandemia e cobrir a conta com novos tributos, ele disse que, se houver imposto novo, será para substituir impostos “estúpidos” que existem hoje, como os cobrados sobre a folha de salários.

Em outro evento, do Aspen Security Forum, o ministro da Economia rebateu questionamento de jornalistas americanos sobre a política ambiental do governo Jair

Bolsonaro e disse que os Estados Unidos destruíram suas florestas e querem nos “poupar” de cometer o mesmo erro.

“Nós conhecemos a história dos Estados Unidos, sabemos que tiveram guerras civis, escravidão... Nós pedimos que sejam gentis, porque nós somos. Nós entendemos a sua preocupação. Vocês querem nos poupar de destruir nossas florestas como destruíram as suas”, acrescentou.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Pílula para pele velha e rugas usada por atrizes de Hollywood chega ao Brasil  
SKINCAPS

### LINK PATROCINADO

É por isso que você deve dormir com um dente de alho embaixo do travesseiro  
CONSELHOS E TRUQUES

### LINK PATROCINADO

SALVADOR coloque filmes para que seus filhos vejam, e ganhe mais tempo para cuidar da casa!  
AMPLIFICADOR DE TELA 3D

### LINK PATROCINADO

A gordura da barriga pode reduzir drasticamente usando isto. Confira!  
DRENEFORT

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora  
AFTERNOON EDITION

### LINK PATROCINADO

Mãe tira uma foto da filha, mas um momento depois, ela grita em pânico.  
FOREVER-MOM

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Copom foi engenhoso ao mirar inflação de 2022, diz JGP

## Carga sobe para quem ganha mais de R\$ 20 mil, diz governo

Projeto do governo ainda deve beneficiar as rendas de até R\$ 10 mil, de acordo uma fonte da área econômica

Por **Fabio Graner** — De Brasília

07/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O processo de reforma tributária que o governo desenha deve aumentar a carga de impostos sobre população que ganha mais de R\$ 20 mil mensais, enquanto deve beneficiar as rendas de até R\$ 10 mil, de acordo uma fonte da área econômica. Entre esses dois grupos, o resultado seria neutro.

Essa leitura considera não só a implementação da já enviada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substitui o PIS/Cofins, mas também medidas em gestação, como a desoneração da folha de pagamentos e redução de deduções do Imposto de Renda (IR) combinada com aumento na faixa de isenção.

Assim, esse interlocutor do governo afasta a ideia de que o processo de reforma prejudicaria a classe média. Esse conceito, aliás, é complicado de se definir, para um país em que a renda familiar per capita é de R\$ 1,4 mil e mais de 70% das famílias ganham até seis salários mínimos. Mas há um conceito mais baseado na “tradição”, recorda a fonte, no qual se considera classe média aquela família com um carro, casa própria e eventualmente até filho em escola particular, o que esticaria o universo de análise para uma renda entre R\$ 3 mil e R\$ 10 mil mensais.

Ao defender que a reforma até beneficia a classe média, a equipe econômica considera que a CBS não atingirá o universo de profissionais liberais inscritos no Simples, grande maioria do setor. Além disso, a fonte lembra que a medida deve ter

efeitos positivos em termos de redução de custos na produção de bens e seus preços finais, o que favoreceria a classe média e os mais pobres.

Já a ideia de desoneração dos salários, explica, vai fomentar a geração de empregos, problema agudo para essa camada da população. Mesmo a hipótese de redução de 8% para 6% do FGTS, se for levada a cabo, não necessariamente empobreceria esse trabalhador, dada a possibilidade de ter efeito positivo no emprego e no salário direto.

As medidas de imposto de renda, por sua vez, tendem a ter um efeito mais forte naqueles mais ricos, com renda superior a R\$ 20 mil. As deduções de educação e, principalmente, de saúde, que não tem limite, favorecem os mais abastados, lembra a fonte. Além disso, a mexida na regra de dividendos, que hoje beneficia uma parte de profissionais liberais, afetaria os mais ricos, um volume menor de pessoas. “A proposta favorece a esmagadora maioria da população que ganha até R\$ 10 mil”.

Para o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, a proposta de CBS deve diminuir a renda do grupo que se convencionou chamar no Brasil de “classe média alta”, em especial os profissionais liberais, como advogados e médicos. “Hoje eles pagam muito menos que o restante. Em relação à situação atual esses profissionais e o setor de serviços vão pagar mais impostos”, disse. “Por isso que essa reforma não andou até hoje. Tem grande oposição no Congresso. Mas ela é absolutamente necessária.”

Ele avalia que ao elevar a base de arrecadação pode-se chegar a uma alíquota menor do que os 12% definidos pelo governo, diminuindo o impacto da medida. Barbosa considera que a transição de seis meses é curta por conta das mudanças fortes que a medida deve impor para alguns setores.

O ex-ministro acha difícil avaliar as demais medidas que estão sendo estudadas pelo governo, pois ainda não há propostas formais. Mas defende a correção da tabela do IR, uma alíquota maior para pessoas com renda mais alta e reavaliação das deduções, embora aponte que este não é um tema simples. Também sugere a tributação de dividendos, com a redução do IRPJ/CSLL. Ele concorda com a estratégia de envio fatiado da reforma.

Membro da comissão da reforma tributária, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) aponta que é difícil prever os impactos da reforma tributária em termos de classes sociais porque o governo ainda não apresentou todo o seu plano de reforma. Ela menciona que medidas como o imposto sobre transações, por exemplo, deve atingir diretamente a classe média, por afetar toda a cadeia de consumo, mesmo com a contrapartida de desoneração da folha de pagamentos. “O governo não mostra a fotografia, aonde ele quer chegar.”

Ela indica que faria mais sentido atuar com medidas que tributem mais a alta renda, como taxar dividendos. Mas ressalva que ideias como a tributação sobre grandes fortunas têm forte resistência, por conta da tese de que estimularia fuga de capitais.

Para o deputado Afonso Florence (PT-BA), também do colegiado, as propostas do governo e do Congresso são regressivas, porque colocam foco na tributação sobre o consumo. Ele também aponta que as ideias de rever as deduções do imposto de renda e criar um tributo sobre transações também atingirão esse segmento. “Elas estão pesando na classe média.” Florence defende que o caminho para diminuir o impacto na classe média e nos mais pobres é ampliar a tributação sobre renda, em especial do que chama de “super-ricos”, um universo de cerca de 60 mil pessoas multimilionárias que proporcionalmente pagam menos tributos. Proposta nesse sentido foi lançada ontem no Congresso.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Criação de site profissional para o seu negócio  
WEEPAGES

### LINK PATROCINADO

Simples receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

# Aneel define valor de crédito tributário das distribuidoras

Montante final ficou acima das expectativas e atingiu R\$ 37,7 bilhões

Por **Rafael Bitencourt** — De Brasília

07/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Pepitone, da Aneel, diz que R\$ 11,7 bilhões já foram habilitados pela Receita Federal e podem ser acessados pelas empresas — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fechou o cálculo do crédito tarifário, em favor do consumidor de energia, que surgiu este ano por efeito de decisões

judiciais que excluem a alíquota de ICMS da base de cálculo PIS/Cofins. O diretor-geral do órgão, André Pepitone, informou que o montante é de R\$ 37,7 bilhões.

Conforme informou o **Valor** em junho, a Aneel já vinha projetando um “bônus tarifário” para o consumidor superior a R\$ 20 bilhões, podendo chegar a R\$ 30 bilhões. Porém, após finalizar a consulta a todas as distribuidoras do mercado, o resultado superou as expectativas. O valor é mais que o dobro da “Conta Covid”, empréstimo de R\$ 15,29 bilhões estruturado por iniciativa do governo para dar liquidez ao setor e conter aumentos extraordinários da tarifa durante a pandemia.

Do total do crédito tributário apurado pela Aneel, R\$ 15 bilhões ainda cumprem algum trâmite judicial. Porém, outros R\$ 22,7 bilhões já estão com trânsito em julgado, sem possibilidade de apresentação de novo recurso por parte da União. Pepitone afirmou que R\$ 11,7 bilhões já foram habilitados pela Receita Federal como crédito tributário, o que pode ser acessado pelas distribuidoras.

O impasse sobre a cobrança do tributo federal foi encerrado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), mas, só agora, produz efeito prático com as sentenças de juízes de todo o país seguindo o entendimento da corte superior. Os recursos já começaram a entrar no caixa das distribuidoras.

Os valores que serão convertidos em descontos na conta de luz foram apresentados durante a aprovação do reajuste anual das tarifas da distribuidora EDP Espírito Santo (Escelsa). A companhia aplicará o aumento médio de 8,02% no custo da energia fornecida a partir de hoje. Contudo, a devolução de R\$ 159,1 milhões como crédito tributário permitiu conter a alta adicional de 4,82% na tarifa de 1,6 milhão de clientes da concessionária.

A discussão sobre os descontos tarifários associada à cobrança indevida do tributo federal chegou ao comando da Aneel em junho, na atualização das tarifas da Cemig. Na ocasião, o diretor Efrain da Cruz tentou aplicar um desconto correspondente a R\$ 800 milhões. A companhia mineira já havia recebido R\$ 6,08 bilhões em depósitos judiciais.

Na ocasião, o benefício para os consumidores da Cemig não foi aplicado porque a diretoria achou que precisava definir um critério único para todas as distribuidoras.

Agora, a Aneel resolveu repassar o benefício ao consumidor.

“Não há nenhuma insegurança regulatória. É natural que o consumidor se beneficie diretamente desse crédito”, disse o diretor geral, durante a análise da incorporação dos créditos tributários ao reajuste tarifário da EDP.

A Aneel chegou a enviar carta aos presidentes das distribuidoras de energia para levantar o valor que dever retornar ao caixa de cada concessionária.

A Enel SP (Eletropaulo), em ofício enviado à agência, indicou que seus créditos totalizam R\$ 7,3 bilhões. A Copel informou que os consumidores paranaenses contam com R\$ 5,7 bilhões a serem convertidos em desconto.

A distribuidora Coelba, da Bahia, informou que discute na Justiça o recebimento de R\$ 2,7 bilhões, ainda pendentes de decisão. As coligadas Enel RJ e Enel GO registraram que o valor deve ficar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Criação de site profissional para o seu negócio  
WEEPAGES

### LINK PATROCINADO

Simples receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.  
PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Preço de atacado  
HAYLO MÁSCARAS





Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

## De novo surgem pressões para gastar

É fruto de imaturidade econômica a percepção de que o Estado pode tudo, que não há limites para o gasto público

07/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

É fruto de uma imaturidade econômica a percepção de que o Estado pode tudo, que não há limites para o gasto público e que, se há maneiras de burlar a lei do teto de gastos, é preciso usá-las. Não é. Mesmo tendo uma permissão legal para retirar, por exemplo, os recursos do Fundeb (que financia a educação básica) do teto, o gasto é computado como aumento do endividamento. A relação da dívida bruta/PIB caminha célere para insustentáveis 100%. Impacto igual sobre o endividamento terá uma eventual capitalização da empresa estatal Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil) ou, ainda, a expansão dos pedidos de crédito extraordinário. Essa visão decorre de uma certa confusão entre a ideia econômica - que é impedir o crescimento do gasto público - e contábil do teto.

Aliás, na época da discussão sobre a lei do teto - que permite que o gasto de um ano para o outro seja corrigido apenas pela inflação passada e não haja, portanto, aumento real da despesa -, dois economistas se posicionaram contra a retirada da capitalização das empresas estatais do cálculo do teto. Foram eles: Adolfo Sachsida, hoje secretário especial de Política Econômica do Ministério da Economia, e Roberto Ellery, diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB).

## As taxas de juros descem de escada e sobem de elevador

Sachsida lembra que foi mediante o excessivo endividamento externo das empresas públicas que o governo financiou as contas do balanço de pagamentos nos anos de 1970 até o país quebrar, em 1982.

Mesmo diante de críticas no então governo Temer, a lei foi promulgada mantendo tal possibilidade e, pouco tempo depois, ele capitalizou a Caixa em R\$ 15 bilhões. É bem verdade que tal como aprovada a lei do teto, no fim de 2016, não colocou o governo Temer em apuros, pois as despesas na ocasião estavam distantes dos limites estabelecidos.

Um dos aspectos positivos da lei era forçar a discussão dos governos sobre a repartição dos gastos. Ela tornaria obrigatório o debate sobre onde cortar e foi o pano de fundo da redução de gastos imposta na reforma da Previdência. A economia obtida então, de cerca de R\$ 1 trilhão em dez anos, contudo, foi consumida neste ano no enfrentamento dos efeitos da pandemia da covid-19.

Ao invés de estar discutindo onde cortar, o que se vê no Executivo e no Congresso, contudo, é a elevação das pressões para mudar a lei e poder, finalmente, furar o teto. Há uma ânsia pelo aumento do gasto sobretudo para investimentos, que hoje é uma rubrica praticamente sem dinheiro. Os olhares estão voltados para as eleições municipais e para a eventual reeleição, em 2022, de Bolsonaro.

Imaginem alguns que o investimento público é que vai dar sustentação ao desejado crescimento econômico. Os que pensam assim acreditam que os mercados se acomodariam diante dessa decisão e não haveria, portanto, efeitos nefastos sobre as condições macroeconômicas do país.

Os que querem manter inalterada a lei do teto têm outros argumentos: sem uma disciplina fiscal não será possível manter a taxa básica de juros (Selic) baixa. Hoje ela é de 2% ao ano, menor percentual da história.

“A equipe econômica está firme contra mexer no teto. Para nós essa hipótese não existe, pois se estourar o teto estoura junto toda a expectativa de juros baixos e cai por terra a estabilidade econômica”, disse um secretário do Ministério da Economia.

“Vamos resistir bravamente a essas pressões”, completou. O teto é, atualmente, a garantia de disciplina fiscal. É a única âncora.

“Nós resistiremos e, se é para bater de frente, vamos bater”, assegurou outra fonte qualificada do Ministério da Economia. Infelizmente as fontes que defendem o teto preferiram falar “off the record”, mantendo o anonimato. O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi insistentemente procurado pela coluna para se manifestar, mas não retornou até a conclusão desta. O mesmo aconteceu com o secretário Especial da Fazenda, Waldery Rodrigues.

É curioso observar que desde os anos de 1980 - quando estourou a crise da dívida externa - que os governos se comprometem com a austeridade fiscal, mas foram poucos os que de fato cumpriram com um regime de equilíbrio rigoroso das contas do setor público. Em 1983 o Fundo Monetário Internacional (FMI), como prestador de última instância, trouxe para o Brasil uma metodologia para a apuração do resultado das contas do setor público.

Calculava-se o déficit nominal pela necessidade de financiamento do setor público. Diante das dificuldades de cumprir as metas fiscais, foram-se adaptando os objetivos a novos e flexíveis conceitos de déficit operacional e, depois, primário. Ou seja, tirava-se da conta final o gasto com o pagamento de juros da dívida.

De 1999 a 2013 o setor público gerou superávits primário suficientes para pagar uma fração da conta de juros. Depois que a administração da taxa de câmbio pós-plano Real afundou o país, o governo de FHC adotou o tripé representado pelo regime de taxas de câmbio flutuantes, metas para a inflação e superávit primário. Lula seguiu esse modelo de superávits, embora decrescentes, nas finanças públicas, até que Dilma Rousseff enterrou o tripé ao gastar muito acima do que as receitas permitiam e produzir déficits.

Se ter inflação baixa é um direito adquirido da sociedade brasileira, o mesmo deveria ser imputado à política fiscal, pois, à medida que os rombos nas contas públicas vão se tornando um modo de vida, os juros não vão se sustentar na casa dos 2% ao ano, a inflação vai subir e começa-se, de novo, um ciclo de muita inflação e pouco crescimento econômico.

“Se vence a turma que quer furar o teto, para onde vai a taxa de juros? E a inflação? E a estabilidade econômica? Será que tem alguém disposto a pagar pra ver?”, pergunta outro secretário Especial da Economia. Presidentes do Banco Central costumam alertar que “a taxa de juros desce de escada e sobe de elevador”.

Não se trata de interditar o debate, mas não deixa de ser espantoso não ter se formado um consenso no país de que a responsabilidade fiscal, compromisso com o equilíbrio das contas públicas, é condição para conter a inflação e, portanto, também deve ser um direito adquirido pela sociedade brasileira depois de ter vivido anos de superinflação. O primeiro sinal de que tem coisa muito errada é o encurtamento dos prazos da dívida mobiliária.

**Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras**  
**E-mail: [claudia.safatle@valor.com.br](mailto:claudia.safatle@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Mulher de Salvador descobre solução para varizes em planta  
VARICLEAR

### LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Salvador e região  
TTCENTER

### LINK PATROCINADO

A próstata melhora muito fazendo isto todos os dias

# Transação tributária valerá para o Simples

Previsão está na Lei Complementar nº 174, publicada ontem

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

07/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



As empresas que participam do Simples Nacional poderão realizar transações com a Fazenda Nacional para negociar o pagamento de dívidas tributárias. A previsão está na Lei Complementar nº 174, publicada ontem no Diário Oficial.

O procedimento já existe para outras empresas. Para o Simples, que envolve tributos federais, estaduais e municipais, havia necessidade da edição de uma lei complementar. A nova norma também prorroga o prazo para enquadramento no regime em todo o território brasileiro. Vale para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.

As empresas podem inscrever na transação débitos com a Fazenda, em discussão no contencioso administrativo ou judicial ou já inscritos na dívida ativa. A transação vai seguir a previsão da Lei nº 13.988, editada neste ano.

A norma prevê a transação por proposta individual ou adesão. No segundo caso, devem ser aceitas as condições gerais propostas em edital. Não é possível incluir na transação multas de natureza penal, nem créditos do FGTS, enquanto não autorizado pelo seu conselho curador, ou dívidas de devedor contumaz.

A transação por adesão deve ser realizada por meio eletrônico. As reduções e concessões são limitadas ao desconto de 50%, com prazo máximo de quitação de 84 meses.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai publicar nos próximos dias uma regulamentação com as regras específicas para a transação das empresas no Simples.

A iniciativa estimula a conformidade fiscal e auxilia o incremento de arrecadação, segundo Maria Rita Ferragut, sócia do contencioso tributário do Trench Rossi Watanabe e vice-presidente da Comissão de Contencioso tributário da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP). “A transação acaba

contribuindo para a retomada da economia e, agora, auxilia o micro e pequeno empresário, tão afetado pela pandemia”, afirma.

Os acordos, no caso do Simples Nacional, afirma a advogada, vão incluir a parcela referente aos tributos federais, que representa a maior parcela do que é pago. “O governo vai arrecadar valores que não conseguiria, porque as empresas não teriam condições de pagar”, avalia Maria Rita, ao destacar o sucesso da iniciativa.

Em ofício à OAB-SP, a PGFN informou que até junho foram promovidos 2,917 mil acordos na 3ª Região (que envolve SP e MS) e 31,964 mil no país. Foram transacionados R\$ 9,6 bilhões.

O procedimento surgiu no fim de 2019 com a Medida Provisória nº 899, a MP do Contribuinte Legal, convertida na Lei nº 13.988. Duas portarias trouxeram as regras para a transação em abril, a de nº 9.917 e a de nº 9.924.

A primeira tratava das normas gerais. Só podiam participar contribuintes com situação cadastral que indicasse irrecuperabilidade dos créditos em dívida ativa ou com o CNPJ baixado. A Portaria nº 9.924 estabeleceu condições para a transação em razão dos efeitos da pandemia.

Hoje estão vigentes a transação extraordinária, que não prevê descontos, só o parcelamento, e tem prazo de adesão até o fim deste mês, e a transação excepcional, com adesão até 29 de dezembro.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Criação de site profissional para o seu negócio

## Flexibilizar teto de gastos é má ideia, mas cada vez mais provável, diz Ramos

Reformas de médio e longo prazos dariam sinal positivo, segundo diretor do Goldman Sachs

Por **Hugo Passarelli** — De São Paulo

07/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Alberto Ramos: teto tem poucos defensores e Brasil perdeu “um pouco do encanto” para investimento estrangeiro — Foto: Silvia Zamboni/Valor

A eventual flexibilização do teto de gastos públicos como maneira de abrigar as despesas com a pandemia tem chances crescentes de ocorrer, mas representa um risco à credibilidade da política fiscal, opina Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs. A manobra poderia ser



realizada, porém, desde que de maneira extraordinária, limitada a 2021, e acompanhada de outras medidas na área.

“Quase que chegamos a um ponto em que o teto não tem defensores. A equipe econômica ainda luta um pouco contra isso, mas não necessariamente com a intensidade e o vigor que se via há um ano”, afirmou Ramos ontem durante “live” do **Valor**.

Segundo ele, o Congresso parece hoje bastante receptivo à ideia de ampliar o benefício emergencial aos mais vulneráveis. “O governo também entendeu o dividendo político desse assistencialismo fiscal.”

O tema é delicado e abrir um precedente para “furar” o teto é temerário, a exemplo do que aconteceu com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), disse Ramos. “O teto é a única âncora fiscal que temos no momento, abrir exceções não é uma boa.”

Segundo Ramos, a continuidade de reformas fiscais estruturais, já necessárias e ainda mais urgentes após a pandemia, seria a única maneira de passar um sinal aos investidores de que o aumento de gastos é algo temporário. “Reformas de médio e longo prazos dariam sinal positivo para mercado se houver flexibilização do teto”, afirmou ele.

Com ou sem o teto, o déficit primário do governo deve seguir elevado no ano que vem, embora em ritmo menor ao que se projeta para 2020. “O Brasil não vai ter ajuste fiscal em 2021, apenas diminuição do déficit primário de 2020”, afirmou, lembrando que 2022 será ano eleitoral, o que tende a afastar também ações de controle de gasto.

Tudo somado, o Brasil não deve caminhar para uma situação como à vivida pela Argentina, mas o cenário vai inspirar cautela. “O Brasil não vai ter crise fiscal, mas terá período de vulnerabilidade fiscal”, afirmou ele.

Ramos considerou que, a partir dos indicadores já conhecidos, deve melhorar sua projeção para o crescimento do país em 2020. “Possivelmente, a queda do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2020 será menor do que 7,7%”, disse em referência à previsão atual do banco.

Por ora, já é possível enxergar uma recuperação positiva da atividade após o tombo provocado pela pandemia do novo coronavírus, afirma. “Indicadores mostram que a economia do Brasil está voltando com bastante energia, a questão é até quando se sustenta”, disse. Ramos lembrou que não se sabe ainda qual será a velocidade de reação do PIB quando começarem a ser retiradas as medidas de estímulo fiscal e monetário, como o programa de auxílio emergencial.

O investimento estrangeiro, candidato natural a impulsionar a taxa de crescimento, será mais tímido do que o padrão dos últimos anos. “O Brasil perdeu um pouco do encanto como destino de investimento estrangeiro, com ruído político, juros e crescimento baixos”, afirmou, destacando que a percepção sobre a questão ambiental também é negativa no exterior.

Assim como no Brasil, o diretor do Goldman Sachs destaca que o novo coronavírus piorou uma trajetória que já era de baixo crescimento na América Latina. Em contrapartida, a demanda fraca deve manter baixos os juros e inflação. “Inflação não é problema macro na região, vai se manter comportada. Então, os juros também devem se manter baixos, mas será uma coisa boa por razão ruim”, afirmou.

De modo geral, ele considera que a economia global tem se recuperado de maneira razoável, ajudada por um grau “inusitado” de estímulo fiscal e monetário nas principais nações. Na China, origem da pandemia, a perspectiva do banco é mais otimista do que a de boa parte do mercado. “A China dará contribuição bastante razoável à economia, projetamos altas de 3% do PIB em 2020 e 8,1% em 2021.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito

SANTANDER FREE

### LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil

VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

# Reforma alivia baixa renda e pode pesar para classe média


Serviços podem subir, mas efeito pode ser neutralizado

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

07/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





Eduardo Fleury, da FCR Law: alguns serviços podem ficar mais caros, mas vai recair para quem pode pagar — Foto: Claudio Belli/Valor

O conjunto de projetos de reforma tributária já colocados à mesa aponta para um sistema de tributação sobre consumo mais uniforme, com carga menor para as rendas mais baixas, principalmente se concretizada a ideia de devolução de imposto para os mais pobres, segundo analistas. A classe média, segundo eles, pode ser impactada com aumento de preços nos serviços às famílias, mas é possível que isso seja neutralizado pela redução de preços em bens industrializados ou por tratamentos diferenciados ainda em discussão para os segmentos de saúde e educação.

Analistas ouvidos pelo **Valor** consideram conjuntamente as principais propostas para criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados, além do projeto da Contribuição de Bens e Serviços (CBS), proposto pelo governo federal.

O economista e tributarista Eduardo Fleury, sócio do FCR Law, lembra que essa tendência de atenuar a tributação para os mais pobres considera necessariamente a unificação em um IVA não somente do PIS e da Cofins - como propõe a União -, como também do ICMS cobrado pelos Estados e do ISS municipal. E a devolução do IVA à baixa renda é dispositivo essencial para isso, principalmente se for retirada a isenção da cesta básica. A proposta de CBS mantém a isenção desses produtos, mas o debate do IVA envolve uma uniformização de tratamento que tiraria esse incentivo da cesta básica.

Fleury lembra que a ideia é de uma reforma neutra do ponto de vista fiscal. Se o IVA tiver alíquota mais homogênea, com poucas isenções e tratamentos diferenciados, diz ele, haverá realinhamento de preços. “Na ponta alguns serviços podem ficar mais caros, como serviços às famílias consumidos por quem tem renda maior: academia, procedimentos dermatológicos, escola particular etc. Mas essa tributação deve recair para quem tem capacidade de pagar.” Nesse efeito de realinhamento de preços, a transição faz diferença e possibilita inclusive calibrar as alíquotas do novo imposto, segundo ele.

O economista Sergio Gobetti, especialista em contas públicas,

avalia que ainda assim o resultado da reforma pode ser neutro para a classe média, que pagaria um pouco mais por alguns serviços, mas teria menos gastos com bens industrializados. “Obviamente depende da cesta de consumo. É preciso lembrar que o efeito distributivo de uma reforma na tributação sobre consumo é indireto”, explica, já que a ideia principal é a simplificação e uniformização do sistema.

Já a tributação dos mais ricos, diz Gobetti, demanda mudança na tributação sobre renda. Alterações nesse sentido vêm sendo comentadas por membros da equipe econômica. O impacto distributivo ainda é considerado incerto, já que não há proposta formal.

A redução da carga de Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as empresas aliada à tributação de lucros e dividendos, já mencionada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, poderia ser um caminho, aponta Gobetti. Mas nesse caso, diz ele, seria preciso criar faixas com alíquotas mais altas de IR sobre a pessoa física e garantir que lucros e dividendos sejam submetidos a elas. Caso contrário, os valores não seriam distribuídos e seriam tributados como renda do capital, em busca de redução de carga, via “pejotização”.

O efeito da “pejotização” na tributação sobre renda, diz Fleury, é um desafio a ser contornado. Para ele, uma das ideias estudadas pela equipe econômica do governo federal - de reduzir a atual alíquota máxima de 27,5% do IR das pessoas físicas paralelamente à restrição da dedução de despesas médicas - pode fazer sentido caso se consiga garantir a tributação pela tabela progressiva do imposto de parte da classe média que hoje se declara como pessoa jurídica. Essa parte, explica, paga hoje menos IR que os assalariados. E a redução de alíquotas de IR pode compensar o fim das deduções para quem já está na tabela progressiva, aponta. “Os efeitos dependem muito dos detalhes de cada medida.”

No campo da desoneração de folha, os estudos do governo envolvem redução na contribuição previdenciária patronal (de 20% para 15% ou 10%, por exemplo) ou da contribuição do empregador ao FGTS de 8% para 6%. Parte disso seria financiada por um imposto sobre transações financeiras, cuja arrecadação também poderia

financiar a ampliação dos benefícios de proteção social e também uma desoneração para o salário mínimo.

Para Gobetti, a desoneração do salário mínimo beneficia os mais pobres, mas ele não acredita que o caminho de financiamento seja por um imposto sobre transações financeiras. “Essa tributação seria extremamente distorciva até num patamar de 0,2% a 0,4%.”

Fleury tem avaliação semelhante. Ele acredita que, para arrecadar o que o governo espera, o tributo teria que ter alíquota mais alta ainda. Isso, num momento de juros baixos, diz, causaria desintermediação financeira.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer  
NATURA

### LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Criação de site profissional para o seu negócio  
WEEPAGES

### LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.  
PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
DR. RAFAEL FREITAS

por taboola

---

**Leia em Valor Investe**